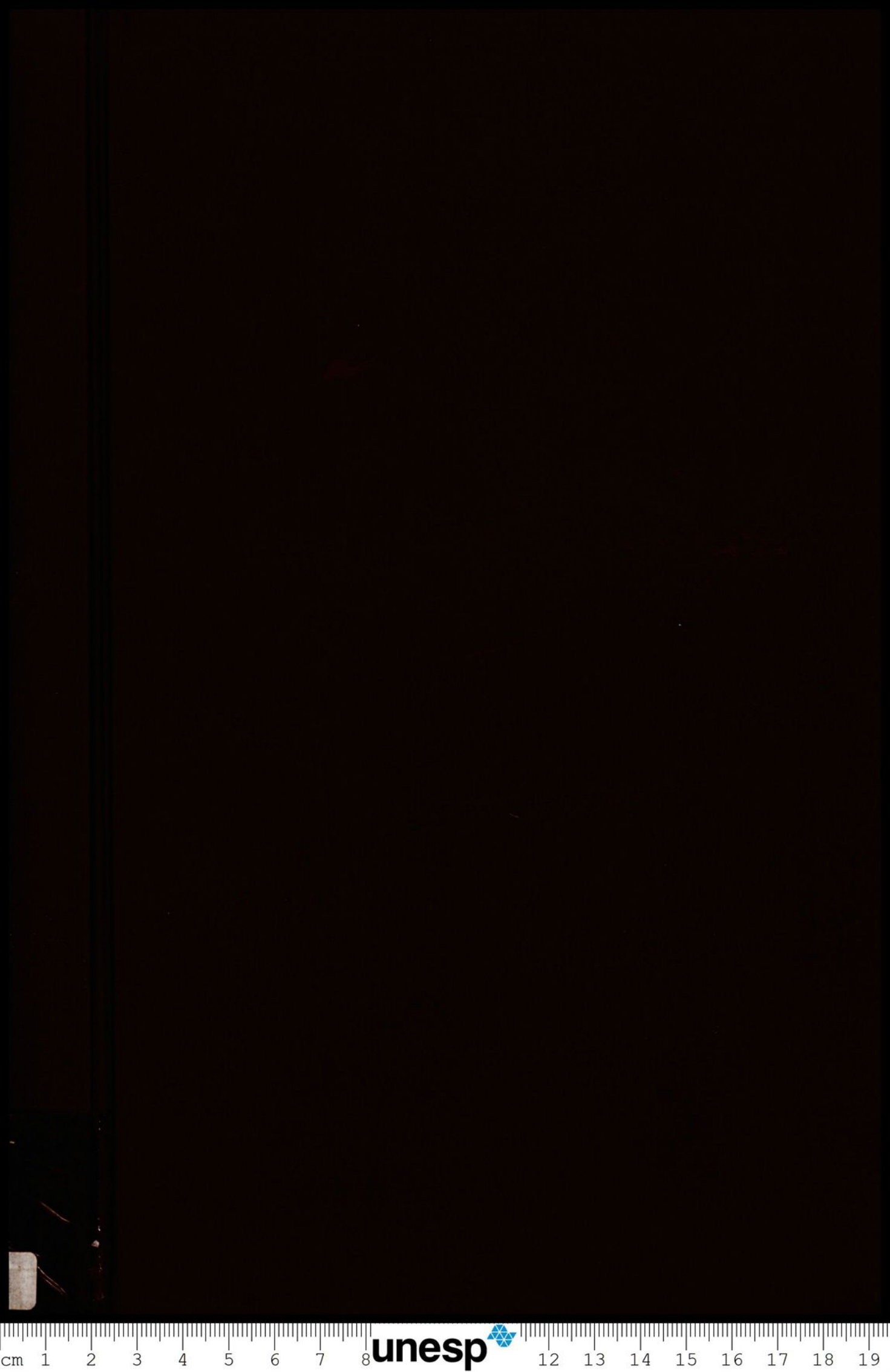
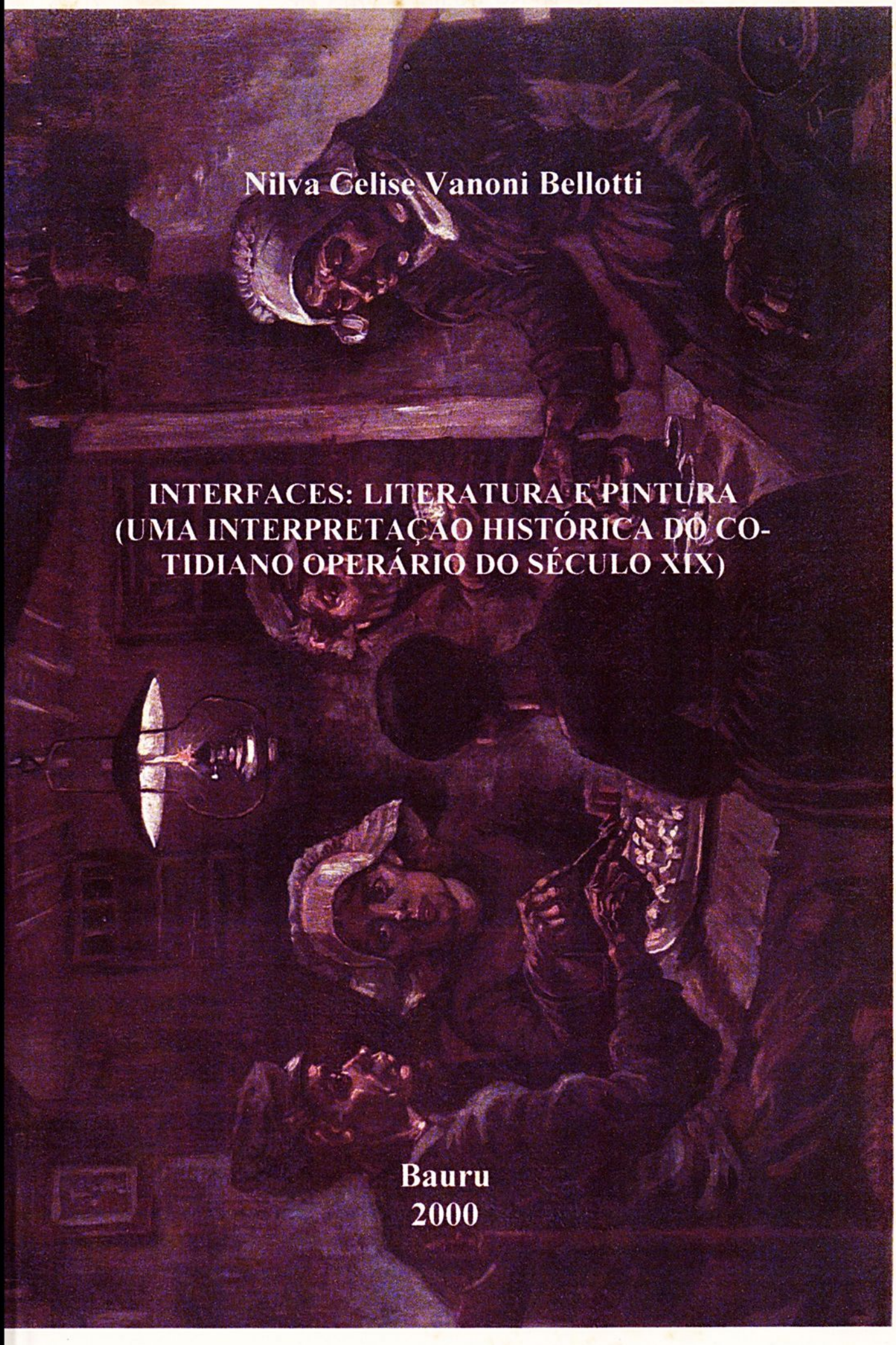




Nilva Celise Vanoni Bellotti

INTERFACES: LITERATURA E PINTURA (UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DO COTIDIANO OPERÁRIO DO SÉCULO XIX)

Bauru
2000

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

Nº CAPES 8.03.01.02-9
História da Arte
Unidade: História - Literatura e pintura

Número de chamada
Clas. T/UNESP
PHA 16 387i
Tombo n.º 946

Nilva Celise Vanoni Bellotti

BIBLIOTECA - UNESP - CAMPUS BAURU

INTERFACES: LITERATURA E PINTURA (UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DO COTIDIANO OPERÁRIO DO SÉCULO XIX)

T-946

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poéticas Visuais, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre, sob a orientação da Profª. Drª. Elaine Caramella.

Bauru, Agosto de 2000

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Bellotti, N. C. V., Interfaces: Literatura e Pintura (uma interpretação histórica do cotidiano operário do século XIX)
Bauru/SP, 2000

Tese – Mestrado – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Bauru

1 – História – Pintura – Literatura – Cotidiano

Comissão Examinadora

_____

_____

_____

Dedico esta dissertação à minha mãe, Serafina Vanoni Bellotti, pelo incentivo, compreensão dos meus silêncios e ausências, neste percurso de reflexão.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e força para a realização deste trabalho.

À Profª. Drª. e Orientadora Elaine da Graça de Paula Caramella pela competência, paciência e incentivo a cada etapa percorrida.

À Profª. Drª. Nelyse Apparecida Melro Salzedas e a Profª. Drª. Solange Bigal pela colaboração e sugestões, que tanto contribuíram para o enriquecimento deste trabalho, quando do exame de qualificação.

Ao colega Prof. Mestre Fabrício Reinaldo Cerini pelo incentivo e colaboração.

À Ademir Aparecido Alves Pereira pela sua prontidão e paciência na digitação da dissertação.

Aos meus colegas e alunos pelas perguntas e dúvidas.

Bellotti, N. C. V., *Interfaces: Literatura e Pintura (uma interpretação histórica do cotidiano operário do século XIX)*. Mestrado – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Campus Bauru – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

RESUMO

O objetivo da dissertação é reler o cotidiano operário do século XIX através da literatura e da pintura. Este estudo se tornou possível devido à mudança que ocorreu na História empreendida pela Escola dos Annales que deixou de lado o enfoque nos grandes homens e nos documentos oficiais, para destacar a História dos que até então foram deixados de lado: os trabalhadores, os excluídos e os oprimidos. A novidade dessa historiografia é o dia-a-dia dos homens comuns, dos desconhecidos, daqueles de quem nunca se fala, que não são célebres – Essa história do cotidiano do homem é tão significativa, dramática e sedutora quanto a dos grandes homens e dos grandes trabalhos. Dentro das novas possibilidade inauguradas pelos Annales, é que buscamos a literatura e a pintura como fontes históricas, para resgatar índices do cotidiano do trabalhador como: sua maneira de viver, de morar, de vestir, de comer, suas doenças, sexualidade, entre outros.

Palavras Chave: História – Pintura – Literatura – Cotidiano.

Bellotti, N. C. V., *Interfaces: Literature e Painting (a historic interpretation of the workman daily routine of the nineteenth century)*. Mestrado – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Campus Bauru – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

ABSTRACT

The objective of the dissertation is to reread the daily routine of the nineteenth century workmen through literature and painting. This study was possible due to the changes occurred in History undertook by the Annales School that left aside the study of great men in official documents, to point out the history of the one left aside: the workmen, the excluded and the oppressed. The novelty point this Historical study is the unknown men, those who nobody talk about, those who are not renowned. This history of the everyday life of common men is so meaningful, dramatic and attractive as those of the great men and great battles. It is inside the new possibilities inaugurated by the Annales that source to ransom vestiges of the every day life of the common man as: his living, dwelling, dressing, eating and his illness and sexuality.

Key Words: History – Painting – Literature – Daily rotine.

SUMÁRIO

1 – Introdução 8

2 – Capítulo I – O Cotidiano na História 16

Histórico 16
Tempo – Espaço: A Longa Duração 31
História e Narrativa 40
Imaginário e Mentalidade 46

3 – Capítulo II – Apontamentos sobre a Formação Operária e seu Contexto 55

4 – Capítulo III – "Novos temas, Novas abordagens, Novas fontes": Germinal e Pinturas de Van Gogh e Daumier 91

4.1 – A Vida do Operário pelo Olhar da Literatura e Pintura 110
4.1.1 - Maneira de Viver 115
4.1.2 - Maneira de Morar 120
4.1.3 - Maneira de Comer 126
4.1.4 - Maneira de Vestir 130
4.1.5 - Valores Morais e Éticos 136
4.1.6 - Sexualidade 142
4.1.7 - Higiene 152
4.1.8 - Doenças 159
4.1.9 - Maneira de usar o espaço público 168
4.1.10 - Concepção de Beleza 175
4.1.11 - Brincadeiras das crianças 179
4.1.12 - Relações de trabalho 182
4.1.13 - Como o Operário vê o Burguês e Vice-Versa 184

5 – Enredando as partes: (in) Conclusão 188

6 – Bibliografia 193

CRÉDITO DAS IMAGENS

Figura 1 – Van Gogh – "Os Comedores de Batatas" 113
Figura 2 – Pissarro – C. "Rua de Pontoise no inverno" 115
Figura 3 – "As Minas de Bruay", 1889 122
Figura 4 – Daumier – "O vagão de terceira classe" 128
Figura 5 – Daumier – "O banho das moças" 131
Figura 6 – Daumier – "A lavadeira" 132
Figura 7 – Eugéne Vincent Vidal – "Moça do corpete rosa" 134
Figura 8 – Gravuras dos Blue Papers 136
Figura 9 – Gravura a respeito do banho do pai 149
Figura 10 – Edgar Degas – "A Tina" 152
Figura 11 – Benjamin Eugéne Fichel – "Mulher na Toalete" 152
Figura 12 – L'Ilustration – 1856 160
Figura 13 – "Diante do espelho" – 1890 177
Figura 14 – "A Família Feliz" 179

1 - INTRODUÇÃO

A História, nos últimos anos, caminhou muito depressa e se apoderou da mídia, conseguindo uma quase *vulgarização*, no livro, na revista, no rádio e na televisão.

Qual a razão de tudo isso? A mudança no seu objeto: dos grandes homens, das grandes sínteses, para a história dos povos e das mentalidades. Há História por toda a parte, e, acima de tudo, para todos: História do cotidiano tão fascinante e significativa quanto a dos grandes homens; história das maneiras de vestir, de comer, é tão sedutora quanto a das batalhas e das conferências internacionais. A História Nova mostra que esses *grandes acontecimentos* são apenas a nuvem levantada pelos verdadeiros acontecimentos sobrevindos antes deles, isto é, as mutações profundas da História.

Essa mudança no objeto da História foi um empreendimento levado a cabo pelo grupo de historiadores franceses ligado à revista *Annales: économies, societés e civilizations*. O grupo dos Annales derrubou inúmeros *dogmas* da História e permitiu a utilização de variados enfoques, abordagens e métodos para a produção histórica.

Rejeitando o historicismo e a política, esse grupo deslocou as fontes dos historiadores para além dos documentos oficiais e escritos e abriu a possibilidade do uso de outras fontes históricas, como a pintura e a literatura. Abriu-se a possibilidade da: ***História e Pintura e da História e Literatura***. Ou seja, os historiadores passaram a utilizar um novo tipo de documentação cuja real utilidade como evidência histórica é o fato de que seus autores não estavam registrando

unesp

para a posteridade, mas conscientes que História é interpretação falível e relativa no horizonte do presente do historiador e, sobretudo, que o historiador é um ator social cujo imaginário impossibilita a pretensa *ilusão de objetividade*.

Dentro dessa nova perspectiva podemos, então, resgatar rastros e rasgos do cotidiano operário do século XIX, tendo como fonte documental a linguagem pictórica e a literária.

Dizer século XIX, poderá parecer algo muito amplo, mas este será um dos paradigmas teórico-metodológicos que subsidiará nossa leitura e interpretação, isto é, a longa duração.

Dessa premissa, então embasaremos o nosso estudo no contexto do debate iniciado pelo grupo dos Annales e que culminou com a leitura do passado e a interpretação histórica como representação, a partir do horizonte do presente do historiador.

A revolução dos Annales dos anos trinta deslocou o olhar do historiador do aspecto político para o econômico e o social e marcou a primeira fase de adaptação à modernidade. Os Annales são o eco das transformações do mundo; é o discurso histórico mudando de rumo e se adaptando a essa evolução.

Assim também, foi a Revolução Industrial, que deu origem à classe operária e que também provocou mudanças, como o aparecimento de novos códigos, novas linguagens, novas maneiras de pensar, perceber, representar, uma mudança portanto, dos processos perceptivos, levando a uma percepção fragmentária.

O presente trabalho, portanto, se situa num contexto de mudanças e *revoluções* que colocou na berlinda o operário e, mais es-

unesp

pecificamente, a sua vida cotidiana, uma vez que foram resgatados personagens antes desprezados.

Segundo Georges Duby, o historiador da História Nova, consegue atingir uma parte da realidade e os vazios são preenchidos com o que ele imagina, há portanto uma liberdade em compor o texto. Caem por terra, então, a imparcialidade e a pretensa objetividade da História tradicional e entra em campo a ação do historiador como ato de interpretação da realidade, preenchendo as lacunas deixadas pela exiguidade dos documentos. História assume-se como interpretação e representação, evitando assim que a confunda como realidade.

O historiador trabalha sobre um material para transformá-lo em História. Primeiro ele seleciona, reúne e transforma em documentos determinados objetos. Os documentos históricos, segundo Michel de Certeau, podem ser assimilados dos *signos icônicos* e, a partir daí, existe todo um trabalho científico onde há mudança nos *códigos de reconhecimento* e nos sistemas e expectativas.

Segundo Paul Veyne, o historiador descobre que tem um limite: não é possível *agarrar* um acontecimento direta e inteiramente; só é possível de maneira incompleta e lateralmente através de documentos e testemunhos. Tem-se apenas uma perspectiva e cada um vê o acontecimento de uma maneira. A narrativa histórica coloca-se além dos documentos, ela é diegesis e não mimesis.

Ao fazer um relato, o historiador não diz o que foi, mas o que é possível saber disso. As lacunas das fontes são diferentes em cada período da História; a História é lacunar porque não é um tecido,

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

não tem trama, revelando assim que fato histórico é ação do imaginário criador do historiador.

Nessa perspectiva torna-se impossível descrever a totalidade. Assim toda descrição é seletiva: o objeto de estudo nunca é a totalidade observável num tempo e espaço, mas alguns aspectos que são escolhidos. A História mais do que narração é análise; ela pretende construir a partir de inferências, um discurso sobre o corpo que a produz.

As transformações da prática dos historiadores durante os últimos anos foram possíveis devido a uma mudança do questionário que guia as pesquisas e, ao mesmo tempo, por um deslocamento do olhar pousado nas fontes. O olhar do historiador antes voltado para o acontecimento do inédito, o do extraordinário, mudou seu interesse pelo que se repete, pelas permanências durante um longo intervalo temporal para a inércia de uma História sem pressa. O olhar se deslocou do excepcional para o regular, do extraordinário para o cotidiano.

O presente trabalho tem, portanto, como embasamento teórico, essa História Nova que travou um combate corajoso contra o positivismo que impregnava o conjunto da ideologia histórica e adquiriu uma legítima reputação pioneira. Não se trata apenas de derrubar velharias metodológicas, mas, sobretudo, erguer uma nova linha de defesa na batalha de idéias do mundo contemporâneo.

Segundo Francastel, não é só a escrita que importa para a História, mas a Arte também possibilita o conhecimento de imensos aspectos da vida atual e do passado. O pensamento plástico é um dos modos pelos quais o homem informa o universo. As obras de arte con-



ferem ao historiador elementos de informação que de outro modo não possui. As conclusões que se podem tirar, para o conhecimento do passado e do presente, de uma abordagem estética da vida, transformam e completam as concepções dedutíveis de um conhecimento histórico, econômico, político, geofísico do mundo que nos cerca. Uma obra de arte não é o substituto de outra coisa; ela é em si a coisa simultaneamente significante e significada. O documento artístico é, ao mesmo tempo, revelador de saberes técnicos e de esquemas de pensamento, e é tão seguro quanto o documento escrito. Para os historiadores a obra de arte só conta quando ela se reduz a um signo suscetível de se integrar nos sistemas verbais de significação.

O maior progresso da História nos últimos quarenta anos foi o deslocamento de sua problemática e na consideração de tudo o que se refere ao modo de vida material ou intelectual, do maior número possível de indivíduos.

O escopo dos criadores da Nova História foi abri-la e não fechá-la. Introduziram categorias de fatos que tinham sido conservados longe da vista dos pesquisadores. Acrescentaram os mecanismos econômicos da troca, as relações humanas em todos os níveis, as práticas da vida cotidiana, em resumo, tentaram nos mostrar uma imagem tão complexa quanto possível das modalidades de vida do passado.

E é esta abertura que possibilitou o nosso trabalho: cujo objetivo é revelar a História como interpretação relativa e falível, e a pintura e a literatura como fontes, documentos, registros do imaginário de um tempo-espaço.

unesp

Por isso a organização da dissertação se faz da seguinte maneira: o primeiro capítulo – O Cotidiano na História – em que se esboça um histórico das mudanças ocorridas na História, ou seja, um histórico sobre as três gerações dos Annales, esclarecendo certos recortes conceituais como imaginário, mentalidades, longa duração e cotidiano.

Mostrar como surgiu e como vivia a classe operária sob o signo da Revolução Industrial é objetivo do segundo capítulo – Apontamentos sobre a Formação da Classe Operária e seu Contexto – sob a forma de apontamentos e sem esgotar o assunto rastreamos alguns autores tais como: Ashton, Dobb, Thompson, Singer, Mumford, Hobsbawn, entre outros, especialistas nessa problemática que nos subsidiaram na construção de uma regularidade histórica, que assuma a qualidade de parâmetro comparativo.

Dentro dessa nova perspectiva pode-se resgatar índices do cotidiano operário do século XIX, uma vez que os estudos referentes a ele abordam, preferencialmente os problemas salariais, e as lutas reivindicatórias. São recentes os estudos sobre o dia-a-dia do trabalhador e é dentro deste contexto que pretendemos estudá-lo no terceiro capítulo – *Novos temas, novas fontes, novas abordagens*. Como viviam? Como era o dia-a-dia de sua existência? Quais os seus gostos – desgostos – sentimentos ? Como era seu modo de agir – pensar?

Essas são perguntas que fogem do interesse pelos acontecimentos, pelo *o que* da História para se ocupar do *como*, *do modo de*. Mais do que isso, preocupa-nos saber aquilo que era *insignificante* de homens *insignificantes* para a História tradicional e dar,

pela ação de análise e interpretação, um outro valor, portanto um outro significado.

Por isso, nossas fontes também não são *oficiais*: literatura e pintura. Neste capítulo levantaremos alguns temas referentes a vida cotidiana do trabalhador como: maneira de morar, de se vestir, de se alimentar, as doenças, a higiene, a concepção de beleza, a sexualidade e outros.

Repetimos, este trabalho tem, por finalidade tratar do banal, das fontes banais, não é o quê do cotidiano, mas como ele se dá: nosso objetivo é tratar tudo o que *não é importante*. É a História que os historiadores não vão tentar contar, é a informação que não está nos textos históricos. Como cozinhavam? Como era a higiene? O que comiam? Entre outros. Não é o historiador distante, mas se representando, se assumindo como texto, porque ele também tem um imaginário; é a História das mentalidades em que o historiador trata a História como interpretação. O novos códigos, as novas linguagens estão no modo de entender a História que explode no século XX como os Annales.

O recorte teórico-metodológico, uma de nossas hipótese, tenta associar as teorias da linguagem e da representação à teoria da História, pelo viés da História das mentalidades: Como diz Peirce, tentamos *associar aquilo que nunca pensávamos antes associar*.

Nosso grande desafio, nesse sentido, foi o de produzir algo consciente de sua incompletude, algo possível e falível porque ao fazermos isso revelamos os limites de nossa experiência e repertório. Mais do que isso, assumimos o risco ao colocarmos a nu aspectos do

unesp

modo de pensar do historiador: é o historiador que se despe e se expõe nas suas próprias fragilidades.

2 - CAPÍTULO I

O Cotidiano na História

Histórico

Tudo parece ter começado em 1929, em Estrasburgo, com a fundação da revista *Annales: économies, societés, civilizations* por Marc Bloch e Lucien Febvre, abrindo caminho para uma nova abordagem histórica. Essa nova abordagem, enfatiza a história social em oposição à história tradicional, a chamada *história rankeana*, do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886).

A história tradicional é a História política essencialmente ligada ao Estado, ou que se resumia ao jogo de poder entre os grandes (homens e países) *é a visão de cima*, ignorando os campos de forças estruturais, coletivas e individuais. É a história dos grandes feitos dos grandes homens, deixando o resto da humanidade em um plano secundário. É com essa História convencional que Marc Bloch e Lucien Febvre estavam profundamente insatisfeitos. Ela não correspondia aos anseios de uma humanidade que vivia momentos de convulsões e rupturas com o passado e não correspondia mais às exigências do novo homem que daí surgia.

A história rankeana, baseada em documentos oficiais, negligenciava os outros tipos de documentos. A História resumia-se a apresentação dos fatos, como dizia Ranke, "***como eles realmente aconteceram***"[1].

---

[1] *BURKE, P., **A escrita da história – Novas perspectivas.** São Paulo: Edunesp, 1992, p. 15.*

Havia necessidade de uma história mais abrangente e totalizante, mais de acordo com a maneira de pensar, sentir e agir do homem e não com as maneiras de agir, sentir e pensar dos poderosos. Era preciso fazer *uma outra história*, abrindo o leque de possibilidades do fazer historiográfico, e ao mesmo tempo buscando auxílio em outras ciências e disciplinas, tais como a Geografia, a Semiótica, e Filosofia da Linguagem, a Psicanálise, a Física, a Teoria literária, a História da Arte, por exemplo...

Nessa medida, as grandes contribuições de Bloch e Febvre foram a diversificação do fazer historiográfico, a partir de uma produção pessoal significativa e a fundação da revista Annales. Como essa *nouvelle histoire* é um produto de um pequeno grupo associado à revista Annales, generalizou-se chamá-lo de *Escola dos Annales*, uma vez que fundaram e marcaram um outro modo de pensar.

A revista foi, portanto, fundada para encorajar uma nova espécie de História e suas idéias básicas eram: uma história problemática e conceitual; uma história das atividades e comportamentos; a colaboração, intermediação, interlocução entre outras disciplinas e ciências.

Podemos dividir o movimento dos Annales em três fases: - a primeira fase, de 1920 a 1945, é dominada por Marc Bloch e Lucien Febvre; formada por um pequeno grupo radical totalmente contra a história tradicional, política; - a segunda fase é o pós-guerra, dominada por Fernand Braudel e os conceitos de estrutura e conjuntura e novo método: a longa duração. - a terceira fase, de 1968, é marcada pela fragmentação, pela perda de muitas das especialidades anterio-

unesp

res; muitos elementos se transferiram da histórica sócio-econômica para a sócio-cultural e outros redescobriram a história política e a narrativa.

O que unia os fundadores da revista era o combate à história *evenementielle* (fatual), à história historicizante que cultivava o *fetichismo dos fatos* e o rompimento com o ranço positivista de alguns conceitos como: racionalidade, progresso e ordem, que ainda perduravam na historiografia[2].

Propunham ainda a *abertura do historiador às práticas de outras ciências sociais e uma alteração de ênfase, temática*. Tudo parece ter começado em 1929, mas muito antes, várias tentativas foram feitas no sentido de se escrever uma história mais abrangente, a começar por Herótodo, o pai da História, que descreveu em detalhes os costumes dos lídios, dos persas, dos massagetas e dos egípcios para explicar o conflito entre os gregos e os bárbaros. Ele tentou situar uma verdadeira corrente historiográfica. Assim como Voltaire, muitos séculos mais tarde, em seu livro *Essai sur les moeurs*, e alguns outros escritores e intelectuais vão se preocupar também com a *história da sociedade* e temas como leis, comércio, moral, costumes. Estudos sobre a cavalaria, arte, literatura e música realizados por Edward Gibbon, por exemplo, que mesclou em seu *Declínio e Queda do Império Romano* a narrativa dos acontecimentos políticos, com esse novo tipo de história sócio-cultural.

Mas será com a *Revolução Copernicana* liderada por Leopold von Ranke, que se realizará a marginalização da história só-

---

[2] *Cf. L. e GOFF, J., (org.)* ***Memória – História****. Campinas: Ed. Unicamp. 1990, p.76.*

cio-cultural do século XVIII e sua ruína. A partir deste, a ênfase eram as fontes dos arquivos oficiais, escritos. A história não – política foi excluída da nova disciplina acadêmica. As novas revistas, fundadas no final do século XIX, concentravam-se na história dos *eventos* políticos e eventos assumem, então, pela mão do historiador a qualidade e valor de *fato* histórico. Os ideais dos novos historiadores profissionais foram sistematizados em obras sobre o método histórico como a dos franceses Langlois e Seignobos, *Introduction aux études historiques* (1897).

Mas, no século XIX também surgiram vozes discordantes, como havia acontecido no século XVIII com Legrand d'Aussy e sua obra *Histoire de la vie privée des français* (três volumes) em 1782 e muitos outros. É quando também aparece um Michelet e um Buckhardt com uma visão mais ampla da história do que os rankeanos.

Para Buckhardt, a história era um campo onde interagiam três forças: o Estado, a Religião e a Cultura. Em sua obra *The civilization of the Renaissance in Italy* o autor se concentrará mais na história cultural e na descrição de tendências do que na narração dos acontecimentos; Jules Michelet, por sua vez, descreveu as condições de existência dos grupos mais obscuros da sociedade, pois defendia "***a história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seu sentimentos***"[3]; Fustel de Coulanges dedicava-se à história da família, da religião e da mora-

[3] *BURKE, P., **A escola dos Annales – 1929/89. A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Edunesp. 1991, p. 19.*

lidade, que aos eventos e à política. E assim outros, não elencados neste trabalho.

Por volta de 1900, as críticas à história política se tornaram mais agudas. Com Karl Lamprecht, na Alemanha, que irá colocar a história cultural ou econômica no lugar da história política e, nos Estados Unidos, o estudo de Frederich Jackson Turner com o movimento lançado por James Harvey Robinson sob a bandeira da *nova história*, aliás ele foi o primeiro a usar essa expressão, em 1912. Dizia: *história inclui todo traço e vestígio de tudo o que o homem fez ou pensou desde seu primeiro aparecimento sobre a terra*. Sobre o método, ele afirmava: ***"a nova história vai servir de todas aquelas descobertas que estão sendo feitas sobre a humanidade pelos antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos"***[4].

Na França, a natureza da história estava sendo objeto de intenso debate. O economista François Simiand atacou num artigo *os ídolos da tribo dos historiadores*: - o ídolo político, - o ídolo individual, - o ídolo cronológico. Esse ataque tinha alvo *um dos chefes tribais*: Charles Seignobos, citado anteriormente, professor da Sorbonne, e símbolo de tudo aquilo a que os *reformadores* se opunham.

Com essa retrospectiva desde Heródoto, vê-se que a ancestralidade dessa história é longa, o que é novo não é, portanto, a sua existência, mas o fato de seus profissionais serem agora mais numerosos e se recusarem a serem marginalizados. Apesar de ser mais conhecida na França ou como história *made in France*, os franceses

---

[4] *BURKE, P., op. cit., p. 17.*

não estavam sozinhos contra os rankeanos; os ingleses e os alemães também estavam se posicionando contra o paradigma tradicional.

Essa história objetiva do paradigma tradicional é considerada hoje, irrealista, não se pode evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural aplica-se à própria escrita da história, tanto como aos objetos. A nossa percepção de mundo é baseada numa estrutura de convenções, esquemas e estereótipos que varia de uma cultura para outra. Cada um olha o passado de acordo com seu repertório, com a sua bagagem cultural, no horizonte de seu presente. Os novos historiadores estão preocupados com a *história vista de baixo*, com a opinião das pessoas comuns e com sua experiência de mudança social. Dão maior ênfase à história da cultura popular. Aliás, a própria noção de popular passa a ser repensada.

Os capitães da primeira geração dos Annales, Marc Block e Lucien Febvre, encontraram-se em Estrasburgo, sendo o primeiro um mediavalista que elaborou um livro pioneiro sobre a *história das mentalidades*, embora ele não use o termo, preferindo em seu lugar *representações coletivas*; o segundo, um especialista no século XVI, que após o final da primeira guerra mundial, idealizou uma revista internacional, dedicada à história econômica, dirigida pelo historiador belga Henri Pirenne, mas esse projeto fracassou devido às dificuldades. Parecidos quanto à maneira de abordar a história, mas com temperamentos diferentes, Bloch e Febvre tornaram-se os seus editores.

unesp

Chamada originalmente Annales d'histoire économique e sociale•, nos moldes dos Annales de Géographie de Vidal de la Blache. Planejada para ser mais do que uma revista histórica, ela pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria um porta-voz a favor da abordagem nova e interdisciplinar da história. O primeiro número saiu em quinze de Janeiro de 1929, com o predomínio dos historiadores econômicos. A partir de 1930, declara-se a intenção da revista de estabelecer-se também no campo da história social. Pouco a pouco, a revista dos Annales se tornou o centro de uma escola histórica e seu sucesso se torna evidente com a transferência de Bloch e Febvre para Paris.

Entre 1930/40, Febvre escreve, postulando uma pesquisa interdisciplinar, uma história voltada para o *problema*, uma história da *sensibilidade*, atacando os que se opunham a isso.

Os historiadores dos Annales mostraram que a história econômica, social e cultural pode ser tão profissional quanto a história de Ranke, e que existem outros tipos de história: da arte, da ciência, das idéias e de tópicos que se pensava não terem história, como: a infância, a morte, os odores, o corpo, entre outros. Sua preocupação é com a história *vista de baixo*, com a opinião das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social.

O combate dos Annales foi à história política, uma história de acontecimentos, fatual, que mascara o verdadeiro jogo da história, que se desenrola nos bastidores e nas estruturas ocultas. Ela

---

• A revista teve quatro títulos: Annales d'histoire économique e sociale (1929/89); Annales d'histoire sociale (1939/42-45); Mélanges d'histoire sociale (1942/46); Annales: économies, societés, civilizations (1946 -).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

recusa, portanto, a história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos, considerando-os essencial, à história profunda e total.

Assim é que o novo paradigma da história irá colocar novos problemas, novos temas, novas fontes, novos métodos e, principalmente, não estará em busca de uma explicação, mas uma interpretação e inteligibilidade possível, conscientes de sua incompletude e parcialidade.

Nos problemas de definição, o que se coloca são questionamentos do tipo: se cultura popular é a *cultura do povo*, quem é o povo? São pobres classes subalternas, analfabetos, incultos. Essas questões se colocam pelo fato dos historiadores estarem avançando num terreno não familiar. Essa história, antigamente considerada como trivial, foi trazida para o centro de todos os relacionamentos, é a verdadeira história. Segundo Norbert Elias, "***a noção de cotidiano é menos precisa e mais complicada do que parece***"[5].

Falar cotidiano diz respeito à inércia do tempo, das repetições, da lentidão, das temporalidades, que se sobrepõem, e bifurcam-se. Enfim, é algo que resiste sem cessar. Por isso o cotidiano não diz respeito a acontecimento e mudanças, mas modos de comportamentos, de pensar, de viver.

O problema das fontes e dos métodos, coloca-se em função dos novos tipos de perguntas que são feitas sobre o passado e, portanto, necessitam de novos tipos de fontes. A Nova História ampliou o campo do documento histórico: uma estatística, uma curva de

---

[5] *BURKE, P., op. cit., 1992, p. 24.*

preços, uma fotografia, um filme, uma ferramenta, são documentos de primeira ordem, sejam eles falsos ou verdadeiros. A falsificação também será documento, pois indicia a existência do original. Quanto ao método, a novidade é o crescimento e a difusão dos métodos quantitativos, porém ressignificados por uma nova estatística.

Essa nova estatística não estará preocupada com a precisão da porcentagem documental, mas com o teor de sentido que permitirá uma conexão, uma inferência.

O problema da interpretação e intelegibilidade levou o historiador a repensá-la, pois a nova história requer uma interpretação mais estrutural.

O interesse pela história social e econômica também chegou a pessoas que não eram profissionais em história como o escritor, poeta e teatrólogo Bertolt Brecht que, em 1936, escreveu o poema *Perguntas de um operário que lê*, tornando visível a necessidade de uma alternativa para a *história da elite*.

Perguntas de um operário que lê

"Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis
Arrastaram eles os blocos de pedras?
E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
Da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros na noite em que
A muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de Arcos do Triunfo

Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para seus habitantes?
Mesmo na lendária Atlântida?
Os que se afogavam gritavam por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou

O jovem Alexandre conquistou a Índia sozinho?
Cézar bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Felipe da Espanha chorou, quando sua armada
Naufragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a guerra dos sete anos.
Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?
Tantas histórias.
Tantas questões[6]***."***

A possibilidade de explorar o passado através de uma nova perspectiva, atraiu historiadores ansiosos em ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa como por exemplo: estudar a correspondência dos soldados e não a do Grande Comandante, ou como escreve Edward Thompson, no prefácio de sua obra ***"A formação da Classe Operária Inglesa":(...) "estou procurando***

[6] *BRECHT, B., **Poemas, 1913/56**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 167.*

resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual obsoleto, o artesão utopista... mas eles viveram nesses períodos de intensa perturbação social, e nós, não"[7]. Thompson percebeu a necessidade de compreender o povo no passado, nas possibilidades e condições que o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência de suas próprias reações.

A perspectiva de se escrever essa história é ao mesmo tempo atraente e difícil. Os materiais (diários, memórias, etc.) são escassos e há vários problemas de conceituação, como foi dito anteriormente acerca: *o conceito de "povo"*. Deve-se levar em conta também, o fato de que os autores desses documentos não estavam registrando para a posteridade. Um exemplo do fato do historiador chegar perto das palavras das pessoas com um gravador do historiador da memória oral, é *Montaillou* de Le Roy Ladurie, que usou os registros inquisitoriais de Jacques Fournier, bispo de Poitiers.

Outra obra que fez uso de registros inquisitoriais foi *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginsburg, cujo objetivo era explorar o mundo intelectual e espiritual de um moleiro chamado Domenico Scandella, apelidado de Menocchio, nascido em 1532, em Friuli, Norte da Itália. O autor defende a tese de que uma fonte, mesmo não sendo objetiva, não quer dizer que seja inútil e que uma documentação escassa dispersa e obscura, instiga a leitura entre-meios lacunas, silêncios, suspensões, paradoxos também serão índices a serem analisados e interpretados.

---

[7] *BURKE, P., op. cit., 1992, p. 42.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Muitos historiadores, portanto, inspiraram-se na escola francesa dos Annales, como a inglesa Barbara A. Hanawall, que usou a inquisição do *coroner* (Oficial de justiça anglo-saxão criado no final do século XII) para compor um quadro da vida cotidiana dos camponeses medievais.

A história das *pessoas comuns* exerce o importante papel de mostrar que a nossa identidade não foi estruturada apenas pelos monarcas, primeiros – ministros, ou generais. Elas, as *pessoas comuns*, foram agentes cujas ações, afetaram o mundo em que viviam.

Segundo Jacques Le Goff, a história do homem cotidiano é tão significativa e dramática quanto a dos grandes homens e a história das maneiras de se vestir, comer, é tão sedutora quanto a das batalhas e conferências internacionais. A história nova mostra que esses "***grandes acontecimentos, são apenas a nuvem levantada pelos verdadeiros acontecimentos sobrevindos antes deles, isto é, as mutações profundas da história***"[8].

Para Edward Thompson, "***as pessoas comuns não eram apenas um dos problemas com que o governo tinha que lidar***". "***É a pequena história***", em contraponto com a "***grande história***", "***é a tendência a dar um lugar aos homens sem qualidade***"[9]...

Há vinte anos, a história do cotidiano se tornou *moda* entre o público e os historiadores porque se situa no cruzamento de alguns novos interesses da história. Por exemplo: o interesse pelos objetos da vida cotidiana, bairros, habitações, aldeias, instrumentos de

---

[8] *BURKE, P., op. cit., 1992, p. 60.*

[9] *GOFF, J. Le e Nora,* ***P. História: Novos problemas****. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.73.*

unesp

trabalho, utensílios e mobiliário das pessoas comuns, se tornaram objeto de interesse. O cotidiano, do nível marginal e anedótico, trouxe para o coração da História e, foi o encontro desta com a etnologia. Encontro este que resultou numa tentativa de criar uma etno-história ou uma antropologia histórica, conseguindo afastar a história do fascínio dos acontecimentos e da cronologia. O estudo dos códigos alimentares, do vestuário, tornou-se mais importante do que o estudo das instituições políticas e regras jurídico – administrativas. Mas, essa história que pode ser do garfo, da lavagem de roupa, das formas de fazer amor, pode ser tão pouco história, como a dos congressos diplomáticos, das batalhas e dos debates parlamentares. Ela só terá valor histórico e científico se for inserida no contexto em que se deu. Por exemplo: a obra de Marc Bloch, *A sociedade feudal*, onde ele faz uma análise da sociedade feudal global. Parafraseando Hobsbawm: "***a 'estrutura' deve ser vista na 'conjuntura'***"[10].

Vários são os exemplos da inserção do cotidiano em obras de caráter histórico. É o caso de Nobert Elias e seu estudo *sobre o processo de civilização* em que ele traça a história da cultura européia do século XII ao XVIII através da vida cotidiana situada nos sistemas sucessivos. Um outro autor é Roland Barthes, em sua obra *Mitologias*. Nessa obra, o autor faz um estudo minucioso e sagaz dos produtos da sociedade de consumo, no contexto da década de sessenta, sem que explicite os novos mitos. Fernand Braudel, na *Civilization Matérielle, économie e capitalisme = XV e XVIII siécles*, trata do cotidiano da época moderna, inserido no capitalismo. Esta obra de Brau-

[10] *HOBSBAWM, E. J,. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, trad., p. 99.*

del é paradigmática a medida que o autor vai pontuando significados da cultura material no cotidiano dos homem comuns[11].

Portanto, essa história é *nova*, porque seus objetos mudaram; dos grandes homens e das grandes sínteses para a história das pessoas comuns. A maior parte da história, no passado, era escrita para glorificação dos governantes; ocasionalmente, se fazia referência à massa dominada. Nessa medida, a Nova História irá reforçar a tendência em direção ao cotidiano, ao ordinário, aos *pequenos*.

Segundo Jacques Le Goff, o *consumidor* da história pede a ela respostas às perguntas, como: Quem somos?, De onde viemos? Para onde vamos? ou, ainda: Como se viajava no tempo de Péricles?, Como é que os médicos no tempo de Molière tratavam os doentes? O que comiam os faraós? São perguntas comuns, mas tão mais reveladoras de uma época, do que as guerras, os tratados, os atos e os delitos dos homens ilustres.

A novidade da historiografia atual é o dia-a-dia dos homens comuns, dos desconhecidos, daqueles de quem nunca se fala, que não são célebres, flagrados pela pintura e a literatura grande ou pequena, tanto faz.

Para Michel de Certeau: ***"os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e brasões sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados dos lados, e depois, fixar-se na multidão do público... uma multidão de heróis quantificados, que perdem nomes e rostos ... uma multidão móvel e contínua... que não***

[11] ***LE GOFF, J., História e História Nova. Rio de Janeiro. Teorema, 1993. p. 80***

pertence a ninguém"[12], tão registrada por E. Alan Poe em *O homem da multidão*.

"***Tal como o realismo na literatura e na arte, não é uma fotografia da realidade, mas uma grelha de apresentação e de representação do mundo e da sociedade, a história do cotidiano é uma visão autêntica da história porque representa uma das formas de abordagem da história global, na medida em que atribui a cada ator e a cada elemento da realidade histórica, um papel no funcionamento dos sistemas que permitem decifrar essa realidade***"[13]. Não são as *personagens* das grandes ações, mas *os figurantes* que não agem; mas constroem um cenário, uma paisagem.

A revolução dos Annales dos anos trinta foi, portanto, um deslocamento do olhar do historiador do aspecto político para o econômico e a primeira fase de adaptação à modernidade. Essa história desabrocha com Braudel, no pós – 2ª Guerra Mundial. Os Annales são um eco às transformações do mundo, é o discurso histórico mudando de rumo e se adaptando a essa evolução, onde o aspecto econômico torna-se instância poderosa nos séculos XIX, englobando todos os aspectos da vida social e estruturando a sociedade em conjunto.

Um abismo separa a historiografia antiga e sua ótica política da história econômica e social, ou seja, da Nova História.

---

[12] *CERTEAU, M., **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 57/58.*

[13] *GOFF, J. Le., **História e Nova História**. Rio de Janeiro: Teorema, 1993. p. 81.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Tempo – Espaço: A Longa Duração

A questão do tempo foi tratada pela segunda geração dos Annales, mais especificamente Fernand Braudel, em 1958, com o artigo intitulado *A Longa Duração*, dando uma contribuição decisiva para a mutação do espírito histórico. Segundo ele, a longa duração é o caminho essencial da história, embora não seja o único, colocando todos os problemas das estruturas sociais presentes e passadas.

O grande problema de Braudel é demonstrar que o tempo avança em diferentes velocidades. "***Não há um tempo social com uma única e simples corrente, mas um tempo social, com mil velocidades e mil lentidões que quase nada tem a ver com o tempo da história tradicional***"[14].

Enquanto a história tradicional trabalha com o tempo breve, a história econômica e social trabalha com a conjuntura do passado em largas fatias, dez, vinte, cinqüenta anos ou mais, é a história de longa e longuíssima duração. Em outra palavras, trata-se de uma história lenta.

O grupo dos Annales levantou como um dos pontos mais importantes de suas críticas, a temporalidade na qual a história tradicional trabalha, ou seja, o *tempo curto*, o efeito efêmero que não dá conta da complexidade• da trama histórica. Diferente da longa duração, o tempo curto está embasado numa história política. Essa histó-

---

[14] *BRAUDEL, F.*, ***Escritos sobre a história***. *São Paulo: Editora Perspectiva, 1992, p. 25.*

• complexidade: está aqui entendida como organização, junção, aproximação de igualdade e diferenças. *Cf. MORIN, E.*, ***A Cabeça bem feita***, *Rio de Janeiro. Bertand, 2000, PRIGOGINE, Y.*, ***O nascimento do tempo***, *Lisboa, edições 70.*

ria está pautada na mudança dos *regimes*, *governos*, *reinados*, reis e governantes, sem se preocupar com as diferenças de temporalidades da vida profunda do cotidiano do homem comum.

Abalado esse pilar do edifício histórico, foi necessário criar novas propostas metodológicas e revisitar campos de investigação só possíveis de serem trabalhados a partir de uma nova concepção de tempo.

A história tradicional ao enfatizar a política e os *grandes eventos*, como explicitamos acima, em que é a história do tempo curto o trabalho do historiador se centralizava na pesquisa de documentos oficiais escritos, acreditando estar ali toda a verdade. Como diz Louis Halphen, em sua obra *Introduction à l'historie*: "***basta deixar-se levar pelos documentos que os fatos se constituem automaticamente***"[15]. É a história do final do século XIX, dita ocorrencial, com ambição de exatidão. É como se não houvesse a ação do historiador, pois o fator hipostasiado auto explica-se.

A ruptura com a história tradicional do século XIX não foi total, mas beneficiou a história econômica e social em detrimento da política, proporcionando uma renovação, uma modificação de método em direção a uma história quantitativa•. Mas, a mais importante, foi a alteração do tempo histórico tradicional, ou seja, uma nova forma

---

[15] *Cf. BRAUDEL, F., op. cit. p. 46.*

• história quantitativa ou quantificação sistemática: em pesquisas históricas se deu sobretudo a partir de 1930; ao desenvolver-se, ela levou forçosamente à consolidação, do hábito de formular hipóteses explícitas de trabalho, em lugar de ceder ao positivismo de que fatos e dados "falam por si", impondo-se ao pesquisador. Na verdade, só é possível quantificar para responder a perguntas bem precisas: não se pode quantificar sem saber o que está sendo contado e para quê. Ao utilizar métodos quantitativos, os historiadores percebem com clareza que, como quaisquer cientistas, eles também selecionam, recortam, manipulam o seu objeto, em função de suas hipóteses e do quadro teórico – metodológico que adotaram. *Cf. CARDOSO, C. F., **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense. 1994. p. 68.*

unesp

de narrativa histórica: o *ciclo*, o *interciclo*, a escolha de meio século, um quarto de século, ou seja, o historiador dispõe de um tempo novo.

Nesse campo, o historiador que mais contribuiu para transformar a noção de tempo foi Fernand Braudel. Sucessor e diretor dos Annales, após a morte de Lucien Febvre. De 1956 a 1985, este foi o mais importante e poderoso historiador francês, constituindo a segunda geração de Annales e possuindo sempre uma visão do todo, sendo significativa a sua maneira de manejar o tempo, dividindo-o em tempo histórico, tempo geográfico, tempo social e tempo individual, realçando a importância da longa duração.

A distinção entre curta e longa duração é comum ao vocabulário do historiador, antes de 1949. Não são raros estudos de temas de história econômica que atravessam séculos como, por exemplo, a história dos preços, pesquisas sobre mudanças culturais na longa duração. A importância de Braudel consiste na associação da longa duração com o estudo de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos. Ele queria ver as coisas em sua inteireza, integrar o econômico, o social, o político e o cultural na história *total*. Apesar do artigo de Braudel ser publicado em 1958, obras escritas com a nova noção de tempo demoraram um pouco a aparecer.

A escola dos Annales, ao combater a história historicizante, o acontecimento, o fatual, combate também o tempo curto e ao aplicar seus métodos à sua própria história, define-se como uma escola de longa duração, a da continuidade e da permanência.

unesp

A longa duração, portanto, contrapõe-se à história de curto prazo. Ela substitui a linearidade temporal, pelas de resistências e diferenças; ela diz respeito a uma história das estruturas materiais que são lentíssimas e quase imóveis. Resistência diz respeito a longos lapsos de tempo que resistem. É algo que a história tradicional, de curto prazo, não tem condições de apreender porque seu sistema de ordem segue, a linearidade temporal, o tempo cronológico, uma coisa atrás da outra[16].

A história de curto prazo é incapaz de apreender e explicar as permanências, pois está preocupada com a história política, com as mudanças de reinados, de governos e não apreende a vida profunda. As forças profundas da história só atuam e se deixam apreender no tempo longo e lento; um sistema econômico e social caminha lentamente. ***O tempo das estruturas não tem o mesmo ritmo que o tempo da história na escala humana, ele pertence à longa duração***[17].

Ele valoriza a repetição, as regularidades, o tempo das estações, dos ciclos e das constâncias do cotidiano. A mudança, a ruptura não são significativas, o importante é a repetição, a permanência, o invariante. Nesse contexto torna possível a percepção de temporalidades diferentes, isto é, sobreposições, bifurcações, desvios, paradoxos. Enfim, conflitos temporais em que a causalidade inexiste, mas simultaneidade de diferenças. A base das pesquisas são as continuidades seculares e as constantes regulamentações. Por trás da história dos governos cheia de reviravoltas, das guerras e das fomes, surgem as histórias quase imóveis, as histórias de pouca monta.

---

[16] *CARAMELLA, Elaine.* ***História da Arte. Fundamentos Semióticos****. Bauru: Edusc, 1998, p. 120.*
[17] *DOSSE, F,.* ***A História em migalhas****. São Paulo: Editora Ensaio S/A, 1992, p. 233.*

Uma das principais características dos Annales é a estrutura da chamada história política, tanto que a longa duração braudeliana sempre foi acusada por alguns de *despolitizada*, sendo ele, Braudel, o apóstolo da longa duração, das forças profundas, dos ritmos lentos.

Com a longa duração, novas noções emergem como a de estrutura, como um meio de apreender melhor o tempo da História. Estrutura, para os historiadores, tem o significado de articulação, organização, coerência, arquitetura, montagem, realidade e permanência mais do que secular. Uma estrutura para o historiador é um conjunto de elementos coerentes, em que a transformação de um acaba provocando a de todos e só lhe interessa se for um fenômeno na longa duração.

As transformações da prática dos historiadores durante os últimos cinqüenta anos foram possíveis devido às mudanças do questionário que guia as pesquisas e ao mesmo tempo por um deslocamento do olhar pousado nas fontes. No antigo questionário, a questão que aparecia em primeiro lugar era: o que aconteceu neste período, em que lugar? Depois era encontrar as causas. O *olhar* do historiador estava orientado para acontecimentos considerados extraordinários em relação às ações rotineiras, às coisas raras, deixando de lado o cotidiano, o usual.

O questionário dos historiadores incita-os a se interessarem pelo que permanece, pelo que se repete durante um longo intervalo temporal. O *olhar* se deslocou do excepcional para o regular, do extraordinário para o cotidiano, dos fatos singulares para os que apa-

recem em massa. Esse deslocamento do *olhar* manifestou um desinteresse pela história política e um realce pela história econômica e social e, sobretudo para as fontes não verbais e documentos não oficiais.

A história econômica introduz o escalonamento dos fenômenos, que envolve ritmos diferentes e rompe com o tempo nivelado e linear da história fatual, a história do tempo curto. A vitória do tempo longo se deve a várias causas, como a modificação do campo histórico e a dos métodos e técnicas de abordagem.

Houve, portanto, na escola francesa, a interpenetração dos três tempos do economista: o curto do ciclo decenal, o médio do interciclo e o longo da duração secular.

A história econômica, a história dos preços, da produção e dos crescimentos irá trabalhar com uma duração mais vasta. A isso, junta-se o interesse pelos aspectos estáveis da civilização material, como por exemplo: a história da moradia feita por Pierre Chaunu e sua equipe em sua permanência no tempo longuíssimo; é a história de lentíssimas evoluções que se pode transformar na história de um povo, abordada em suas características biológicas e antropológicas. Como exemplo, citamos a pesquisa de Le Roy Ladurie sobre o recruta francês feita a partir dos dossiês do serviço de recrutamento do século XIX[18].

Uma das grandes conquistas da história social foi o estudo das estruturas e sistemas de longa duração, como por exemplo, os estudos das sociedades urbanas de Lyon no século XVIII e Amiens no século XVII[19]. Portanto, a história das estruturas sociais urbanas e

---

[18] *Cf. LE GOFF, J., **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes. 1993. p. 71-4*
[19] *Idem, ibidem.*

unesp

rurais é uma nova história de longa duração e permanências, que desafia a mobilidade da história oficial.

Segundo Michel Vovelle[20] o que levou a história social a ser atraída pela longa duração foi o caminho que ela tomou em direção à história das mentalidades. Para ele, a história das mentalidades é a culminância da história social: nível em que as pertinências se inscrevem em atitudes e em representações coletivas. Esse terceiro nível foi considerado como o das *prisões de longa duração* ou *resistências*.

O longo tempo também se impõe aos novos campos da história, como o das mentalidades, que operam no domínio das atitudes e dos comportamentos, campo fértil do trabalho de Philippe Ariès[21]. Nele, não há tormentas, rupturas e acontecimentos no sentido tradicional; na história da família, do amor, do casal, da criança e da morte, Ariès se prende às evoluções da longuíssima duração que não são percebidas pelos homens que as vivem; ele nos proporciona uma imagem de amplos pedaços da história, sucessão de estruturas que se sobrepõem e se encaixam. Com isso, as normas tradicionais de medida do tempo histórico tornaram-se inadequadas.

A emergência da longa duração é, portanto, decorrente da descoberta e experimentação de novas fontes e, ao mesmo tempo, das dificuldades encontradas em determinados domínios em que o silêncio dos documentos obriga a uma cronologia mais ampla. Como exemplo, temos o estudo de P. Laslett[22], realizado na Inglaterra, sobre a ilegitimidade, abrangendo quatro séculos de atitudes familiares. Es-

---

[20] *Idem, ibidem, p. 71-4.*
[21] *Cf. Idem, ibidem, p. 75-7.*
[22] *Idem, ibidem, 75-7.*

tudos sobre outros temas, como: preços, clima, produção, enfim, aspectos os mais variados da aventura humana também foram pesquisados. A valorização da fonte cartorial, como por exemplo, uso do testamento como base de apoio para o estudo dos comportamentos diante da morte.

A descoberta de novas fontes escritas organizáveis em séries na longa duração, traz para a linha de frente, a valorização dos documentos anônimos, antes considerados insignificantes. Documento iconográfico, a arqueologia e, até mesmo, a enquete oral são meios que anteriormente eram considerados indevidos e, na pesquisa atual, são utilizados para quebrar o silêncio das fontes. Por exemplo, a arqueologia da casa para a civilização material, séries iconográficas para a história das mentalidades. O tempo curto dos acontecimentos da história política nos remete a uma crosta superficial da história dos homens, a verdadeira história é outra. Para Braudel, a história tem três patamares: na superfície, a história fatual, do tempo curto: é uma micro-história; a meia encosta, a história conjuntural, de ritmo mais longo mais lento: dois ciclos e interciclos econômicos; história estrutural, ou de longa duração, que abrange séculos inteiros: é a história interminável, durável das estruturas. Portanto, Braudel propõe a dialética da duração, ou seja, um entrelaçamento dinâmico entre os tempos curto, médio e longo, mas privilegiando a longa duração. Tudo isso leva à idéia de totalidade, um dos pressupostos básicos do grupo dos Annales. Se o objetivo é a totalidade, a cada corte sincrônico se apresentará uma imagem diferente, ainda que repita detalhes e realidades anteriores. Não é, portanto, o tempo do historiador tradicional cujo

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

interesse é o tempo breve da história das biografias, dos eventos e das ações políticas; é o tempo curto, nervoso, ágil, tempo de ruptura e da descontinuidade. Sociedades, civilizações, economias, instituições políticas vivem num ritmo menos precipitado, mais lento. O que interessa, na verdade, são as mudanças econômicas e sociais de longo prazo, e as mudanças geo-históricas de muito longo prazo.

A longa duração parece ser a linha mais útil, a uma observação e reflexão histórica. O grupo dos Annales, crítico radical da temporalidade do evento, formulou o *tempo longo* revolucionando a forma de pensar a história.

Segundo Braudel, "***é preciso abordar em si mesma e por si mesma as realidades sociais, as formas amplas de vida coletiva, as economias, as arquiteturas sociais, as civilizações***"[23].

Como em sua obra *Mediterrâneo*, o estudo das repetições invade tudo, é uma história econômica e social, mas também geográfica, demográfica, cultural, política, religiosa e militar. Essa nova dimensão é lentíssima, *quase imóvel*, "***feita com freqüência de retornos insistentes, de ciclos recomeçados sem cessar***".

Há, portanto, uma grande distância entre a história que se praticava no século XIX e a que é feita a partir dos Annales, e, dentre as transformações sofridas pelas metodologias históricas, uma das mais importantes é a construção de um novo conceito de tempo: a dialética da duração braudeliana.

---

[23] *BRAUDEL, F., op. cit., p. 25.*

unesp

História e Narrativa

Assim é que a terceira geração dos Annales: é marcada pelo retorno à política e pelo renascimento da narrativa. É uma geração mais difícil de se traçar um perfil, porque ninguém dominou o grupo como Febvre e Braudel; há um prevalecimento do policentrismo e de um grupo mais aberto às idéias vindas do exterior.

Uma das críticas que se faz aos Annales é a sua negligência em relação à política, nessa terceira geração, é uma reação à Braudel, ao determinismo, à estrutura.

A abordagem quantitativa da história será criticada como reducionista. Portanto, a partir dos anos setenta, ocorre uma reação ao que os Annales defendiam com tanta ênfase: o domínio da história estrutural e social. Nessa reação, se formam duas correntes: a do retorno à política e a do ressurgimento da narrativa. A volta à política está ligada ao ressurgimento do interesse na narrativa dos eventos. Os eventos nem sempre são políticos, mas a história política, a história dos eventos e a narrativa histórica, estão interligadas. Esse retorno acontece ao mesmo tempo na França e em outros países, como o exemplo de Lawrence Stone, historiador inglês que acredita que a volta da história narrativa se deve em função de declínio da história generalizante[24].

Segundo Peter Burke[25], hoje há uma tendência ao retorno da narrativa histórica. Se por um lado os historiadores estrutu-

---

[24] *Cf. BURKE, P., **A Escola dos Annales 1929/89. A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Edunesp. p. 10-4.*

[25] *Cf. VESCIO, L. E., **Os Annales, a História e a Literatura**. Bauru: Mimesis. 1995. p. 75.*

unesp

rais acusam a narrativa tradicional de deixar de lado aspectos importantes do passado desprezando a ligação da estrutura econômica e social com a experiência e os modos de pensar das pessoas comuns; por outro lado, os defensores da narrativa, acusam os estruturais, que trabalham com as análises das estruturas, que são estáticas, de tendência ao reducionismo e determinismo.

Peter Burke se dispõe a escapar do confronto entre os dois, fixando-se no problema do tipo de narrativa utilizada. Uma alternativa válida para ele a respeito da narrativa histórica, é a mudança da direção do olhar, permitindo que várias vozes apareçam no texto, apresentando perspectivas diferentes.

Esta proposta coincide com a opinião dos historiadores modernos que acreditam não ser possível reproduzir a totalidade do que realmente aconteceu e que toda tentativa resulta num ponto de vista particular. Cabe ao historiador buscar uma outra forma de narrativa, uma vez que o tradicional, sugere ao leitor que o historiador é onisciente e imparcial, e que não existem outras interpretações possíveis.

Burke privilegia a narrativa que apresenta um sentido do fluxo do tempo, melhor do que a análise dos historiadores estruturais. Ela é constituída para suportar um grande volume de interpretação, lida com a seqüência dos acontecimentos, com as intenções dos atores e com as estruturas, verificando se estas seguram ou aceleram os acontecimentos.

Lucien Febvre sempre demonstrou desdém pela *história dos eventos*, apesar da importância que deu a eles em sua tese de

unesp

doutoramento sobre a *Revolução dos holandeses*. Marc Bloch nunca censurou, mas também nunca escreveu sobre ela. Braudel tanto denunciou como usou, dizia que era a superfície da história, mas não disse que era desinteressante, pelo contrário, disse que era excitante, mas seu interesse eram as realidades mais profundas. *Os acontecimentos eram espelhos que refletiam a história das estruturas*. Para Le Goff, a política não é mais *espinha dorsal*, da história no sentido de que ela *não pode aspirar à autonomia*[26].

Para Pierre Nora, se a história nova minimizou o acontecimento, hoje nos confrontamos com ele, mesmo que pareça falso; o acontecimento, em relação à história tradicional, mudou de natureza, por causa da transformação operada pela *mídia*. No tradicional, poucos prestavam atenção às massas, os acontecimentos tinham atores, os transmissores e o público que os recebia. Atualmente, com a influência dos meios de comunicação que retratam os acontecimentos em qualquer parte do mundo, ao mesmo tempo em que eles acontecem. Antes, o historiador decidia se tal acontecimento era histórico ou não, pelo que tinha provocado; hoje, é o acontecimento que faz o historiador[27].

Os historiadores da terceira geração dos Annales se tornaram tão populares em função da história que escrevem que na França são campeões de venda, figuram na lista dos *best-sellers* mais vendidos, aparecem na televisão, escrevem para jornais e revistas, enfim, estão presentes em todos os meios de comunicação. E essa demanda não está restrita à França.

---

[26] *Idem, ibidem, p. 77.*
[27] *Cf. LE GOFF, J., **A nova História**. Lisboa: Edições Setenta, 1984, p. 45.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

A história como narrativa de acontecimentos, seleciona, simplifica, organiza e resume. Para Paul Veyne, "***a história é uma narrativa de acontecimentos verdadeiros***"[28]. Para o acontecimento ser verdadeiro e ser histórico, basta que ele tenha realmente acontecido. Escrever história é uma atividade intelectual, é uma atividade de conhecimento. Para Paul Veyne, quase não há diferença entre o narrar do historiador e do escritor. O historiador, a partir de poucos documentos infere, interpreta e contextualiza os acontecimentos no tempo-espaço narrativo. Constrói uma trama narrativa que, ao mesmo tempo que torna inteligível os acontecimentos, o modo como constrói a narrativa já a denuncia como ação interpretativa. Ainda que tais conceitos sejam, advindos da Teoria Literária, eles estão aqui ressignificados pela própria Teoria da História e pelos historiadores aqui citados: Paul Veyne, M. Certeau, M. Bloch, G. Duby, Jacques Le Goff, P. Ariés e outros.

Como Veyne afirma, a escolha do assunto depende do historiador, daí o caráter subjetivo da história. Mas se a escolha é livre, a trama não o é, pois os fatos não existem isoladamente, eles têm ligações objetivas que não podem ser mudadas. Ressalta Veyne: "***os fatos não existem isoladamente, nesse sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco 'científica', de causas materiais, de fins e de acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa... A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o***

---

[28] *VEYNE, P., **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições Setenta, 1971, p. 48.*

objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance"[29].

É portanto, dentro da trama que o fato adquire importância; o fato como acontecimento pode aparecer em várias tramas, assim como vários dados de categorias heterogêneas (social, política, religiosa) podem compor um mesmo acontecimento.

Sintetizando, Veyne reafirma que os historiadores narram tramas tantas quantas forem os itinerários traçados livremente por eles; nenhum historiador descreve a totalidade, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte.

A História não explica no sentido em que ela não pode deduzir e prever; as suas explicações são o sentido que o historiador empresta à narrativa. O historiador substitui o romancista como testemunha do real; ele narra acontecimentos verdadeiros que têm o homem como ator; a história é um romance verdadeiro.

Um primeiro ataque à história narrativa dos acontecimentos foi feito por Voltaire; um segundo ataque ocorreu na Inglaterra, no início do século XX, onde sugeriu-se que o historiador antes de narrar, deveria analisar as estruturas. Na França, esse papel foi exercido pelo grupo dos Annales da primeira e segunda gerações, pois a terceira já empreendeu um retorno à narrativa; basta citar os exemplos de George Duby e seu estudo sobre a *Batalha de Bouvines* e Emanuel Le Roy Ladurie e seu estudo intitulado *Carnival*, sobre os acontecimentos na pequena cidade de Romans, entre 1579/80[30].

---

[29] *Cf. Idem, ibidem, p. 22.*

[30] *Cf. BURKE, P., **A escrita da História. Novas perspectivas**. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 327-28.*

Os historiadores sociais voltaram-se para a narrativa, como meio de esclarecer as estruturas, e serem palatáveis a um público maior, não necessariamente de especialistas.

Michel de Certeau questiona se essa narratividade seria um retorno à *descrição* da época clássica e argumenta, dizendo que elas estão separadas por uma diferença fundamental: a história narrada, cria um espaço de ficção, ela aparenta subtrair-se à conjuntura, ela mais do que descrever, ela *faz*. O relato não exprime uma prática, não se contenta em descrever um movimento, ele o *faz*.

Segundo Hobsbawn, "***não há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitemos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada***"[31].

[31] *HOBSBAWM, E. J., op. cit., p. 206.*

Imaginário e Mentalidade

A história das mentalidades• nasceu após a Primeira Guerra Mundial, com o grupo de historiadores como Lucien Febvre, Marc Bloch (criadores dos Annales), Henri Pirenne, geógrafos como A. Demangeon e sociólogos como L. Lévy-Bruhl, M. Halbawachs. Mas esse grupo, apesar de combativo, não foi o único, existiam personalidades independentes e solitárias, como: Huizinga e Norbert Elias. Para Huizinga, o domínio do imaginário, do sentimento é tão importante quanto o da economia[32].

Em 1940, Philippe Ariès, atraído pela demografia, resolveu estudar as diferenças entre a situação demográfica da França do antigo regime, usando estatísticas, mas lendo-as de maneira diferente, pelas atitudes diante da vida, da idade, da doença, da morte, das quais o homem de antigamente não gostava de falar e nem tinha consciência; assim, as mentalidades surgiam de análises das estatísticas.

Na década de sessenta; as mentalidades subvertem a historiografia francesa e são a base dos temas de mestrado e doutorado; nos anos setenta, ocorre um declínio dos temas sócio – econômicos e um invasão de temas desconhecidos, e até então excluídos, como: a família, a sexualidade, a morte, entre outros. A história das mentalidades permite compreender melhor a passagem à modernidade e permite ao historiador reler documentos já utilizados por seu prede-

---

• mentalidades: o conceito de mentalidades diz respeito à relação de resistência e diferença, aos significados de um modo de viver, pensar, fazer. Resistências e Diferenças só podem ser percebidas na longa duração. *Cf. LE GOFF, J., **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 155.*

[32] *Idem, ibidem, p. 159.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

cessores sob novo olhar; o conceito de *mentalidade* provoca uma dilatação do *território do historiador* (expressão de Pierre Nora e Emmanuel Le Roy Ladurie)[33].

Um dos mestres do gênero é Georges Duby, que considera a feudalidade mais do que um modo de produção mas, um sistema social, um tipo de organização militar, é uma mentalidade medieval.

Para o historiador das mentalidades, qualquer material é fonte histórica, seja um documento de natureza administrativa e fiscal, um registro de rendas reais, documentos literários e artísticos. Ele deve se aproximar do etnólogo para alcançar o nível mais estável, mais imóvel das sociedades. Segundo E. Labrousse, "***o social é mais lento que o econômico e o mental é mais lento do que o social***"[34]. Seu vínculo com a etnologia permite à história das mentalidades, usar o método estruturalista.

Para Hobsbawm, a história da gente comum é a exploração de uma dimensão desconhecida do passado e essa exploração leva a problemas técnicos, pois simplesmente não há um corpo de material pronto a seu respeito.

A atração da história das mentalidades é o fato dela ser uma opção diferente à história, uma outra parte, e essa outra parte são as mentalidades. Mas ela não é apenas a emergência de um domínio recusado pela história tradicional, ela é o encontro de exigências opostas, ela é a junção do individual e do coletivo, do longo tempo e

---

[33] *Cf. Idem, ibidem, p. 169.*
[34] *GOFF, J. Le e Nora, P.,* ***História: novos objetos****. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1995, p. 69.*

do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral.

Para Le Goff, "***o nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa dos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento, é o que César e o soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum***"[35].

Essa história vista de baixo, como abordagem, preenche duas funções: servir como corretivo à história da elite e mostrar que a guerra, por exemplo, se faz tanto com soldados quanto generais; a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, uma fusão do cotidiano com os temas mais tradicionais.

A história das *pessoas comuns* tem o papel importante de recordar que a nossa identidade não foi estruturada pelos monarcas, primeiros – ministros ou generais. Essas *pessoas comuns* foram agentes, cujas ações afetaram o mundo em que viviam.

A história das mentalidades obriga o historiador a se interessar mais de perto pelas heranças, perdas, tradição, defasagens. Pois os homens inventam as máquinas, mas continuam com as mentalidade anteriores a elas: os automobilistas têm o vocabulário de cavaleiros, os operários, a mentalidade dos camponeses, seus pais e avós, pois a mentalidades muda mais lentamente.

Na Idade Média, os centros forjadores das mentalidades foram o mosteiro, o palácio, o castelo, as escolas, os pátios; o

---

[35] *Idem Ibidem, p. 71.*

unesp

mundo popular forjou as suas no moinho, na forja, na taverna. Os veículos das mentalidades são o sermão, a imagem pintada e esculpida.

Os temas são estudados num espaço geográfico delimitado (influência dos geógrafos sobre os historiadores dos Annales) e ao fazer o corte sincrônico, o historiador isola um bloco do passado, sem se preocupar com os problemas de origem e posteridade.

O domínio do imaginário, constituído pelo conjunto das representações, está além do limite imposto pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos. Cada cultura, cada sociedade tem seu próprio imaginário. O limite entre o real e o imaginário é variável, mas o território atravessado por esse limite é sempre igual, já que é o campo inteiro da experiência humana. As questões sobre a morte, as artes da festa, o jogo, todos são temas do imaginário.

Mas a ação do imaginário enquanto ação de inferência e de interpretação e que está regida pelo repertório do presente do historiador, não escapa sequer ao historiador. A ação de interpretar, narrar é ação do imaginário. Daí que todas as produções da história são relativas e complementares, dado que o historiador também possui um imaginário.

O caminho foi aberto por Michelet, com seu interesse pelos movimentos que agitaram as profundezas do *velho povo francês*. Mas o período entre as duas guerras mundiais foi o verdadeiro início das pesquisas e o imaginário encontra seu lugar na história das mentalidades. Como exemplo, temos a obra de Lucien Febvre sobre a representação do mundo dos contemporâneos de Rabelais. O imaginário de

uma época em todo o seu contexto mental, cultural e social foi o objeto principal da história da arte de Émile Mâle e Henri Focilon[36].

A fonte principal do imaginário das sociedades passadas é a iconografia, mas existem outras como: a obra de um autor, o interrogatório de um inquisidor, cláusulas de um testamento, tradição oral, entre outros. Esse material abre "n" perspectivas para o trabalho do historiador e o problema da periodização que se evidência é solucionado pela opção pela longa duração.

Sobre o imaginário, existem estudos a respeito da Grécia, Roma e a herança dos povos indo-europeus, sobre mitos e ritos da Antigüidade.

Um domínio diferente para a história do imaginário se abre com a cristianização do ocidente, proporcionando temas interessantes como feitiçaria, calendário e sua festas, juntamente com uma preciosa documentação.

Os estudos mais fecundos do imaginário são os da Idade Média, especialmente os dos anteriormente citados Émile Mâle e Henri Focillon, que partiram de formas visíveis, os de Geoges Duby, que partiu dos textos e os de Le Goff realizados dentro do processo de cristianização.

Estudos sobre os contatos que o homem medieval estabelecia entre o visível e o invisível, como *a presença dos mortos*, proximidade dos santos, do diabo, eficácia das relíquias foram realizados por Georges Duby; enquanto Emmanuel Le Roy Ladurie escolheu para seu estudo a aldeia de Montaillou, em Ariège, sudoeste da Fran-

---

[36] *Cf. LE GOFF, J., op. cit., 1993, p. 292-3.*

unesp

ça, região da heresia cátara, baseando-se na documentação da Inquisição, mas tratando os registros como se fossem gravações de um conjunto de entrevistas com vinte e cinco indivíduos, que representavam 10% da população da aldeia. Isso se constituiu num importante estudo dos cátaros e da história rural francesa e sua originalidade consiste em que a partir desses registros, o autor reconstruiu a vida cotidiana e suas atitudes usando as palavras dos próprios habitantes. É o retrato de uma aldeia e o retrato de uma sociedade mais ampla que os aldeões representavam. É o primeiro exemplo de *micro-história* e nas palavras de Peter Burke, "***seu autor estudou o mundo através de um grão de areia, ou em sua própria metáfora, o oceano através de uma gota de água***"[37].

Ladurie leu os documentos nas entrelinhas, fazendo-os revelar o que nem os aldeões sabiam que sabiam.

Outros temas também foram objeto de estudo, como: as influências exóticas do Oriente, a Terra Santa e Prometida, a literatura, no sentido do que é desejado e do que falta, o testemunho em termos de imaginário sobre a verdade das situações históricas, como o exemplo do trabalho de Erich Köhler sobre o Rei Artur; a evolução das crenças relativas ao além-túmulo estudada por Gabrielle e Michell Vovelle (na Provença) e François Lebrun (no Anjou).

Enfim, a construção da história do imaginário se faz da relação entre a realidade social e o sistema de representações. Por isso, as bases teóricas dos historiadores das mentalidades invadem a Geografia, a Etnografia, a Sociologia, a Lingüística, a Teoria Literária, a

---

[37] *Burke, P., op. cit., 1991, p. 97*

unesp

Psicanálise, a Teoria da Comunicação e Interpretação. Trata-se pois, de uma produção transdisciplinar, dado a complexidade de interfaces realizadas.

A ascensão da burguesia na época moderna evidencia novas dicotomias e a diversificação social do imaginário é marcado por elas. O exemplo disso são os livrinhos dos vendedores ambulantes (Bibliotéque Bleue), lidos em voz alta nos serões camponeses, pelos que sabiam ler; os temas são de cavalaria da Idade Média.

A época moderna se destaca entre outras coisas por possuir documentos impressos, mas os estudos sobre ela continuam evidenciando a alternativa entre a cultura erudita e a cultura popular.

A história do imaginário nos séculos XIX e XX toma conhecimento de permanências que as mudanças ocorridas não alteraram, por exemplo, o campo e o campesinato.

Apesar da história do imaginário coletivo se situar em sua maior parte no campo, alguns sinais em direção às sociedades nascidas da urbanização industrial foram dados através de estudos culturais feitos por Edgar Morin e Roland Barthes.

A sociedade capitalista é mais do que um novo modo de produção, economia monetária e construção da burguesia; é o resultado de novas atitudes em face do trabalho e do dinheiro, uma nova mentalidade.

O imaginário como objeto histórico é menos auto – suficiente do que qualquer outro; as representações de uma sociedade e de um época formam um sistema articulado com todos os outros. O imaginário sempre foi socialmente diversificado.

unesp

A história das mentalidades, da qual o imaginário faz parte, não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram. A mentalidade é aquilo que muda mais lentamente e a sua história é a história da lentidão na história. A história pretende construir a partir de representações, um discurso sobre o corpo que se produz.

As contribuições dos fundadores dos Annales e seus seguidores foram mais longe do que as de qualquer outro pesquisador; lideraram um movimento que se difundiu mais extensamente e por mais tempo do que qualquer outro.

Segundo Himmelfarb, "***a nova história não é necessariamente admirável simplesmente por ser nova, nem a velha desprezível por ser velha***"[38].

A contribuição dos Annales foi profunda, mas desigual; seus historiadores se concentraram principalmente na França e num período que vai até 1789. Após essa data, deu-se pouca atenção apesar de alguns esforços. A concentração na França pode ser explicada pelas palavras de Le Roy Ladurie: "***a história faz parte das tradições francesas como os queijos, vinhos e alta costura***"[39].

Uma das conquistas do grupo foi subverter as categorias tradicionais e oferecer algumas novas: da história rural à história sócio-cultural.

---

[38] *BURKE, P., op. cit., 1991, p. 123.*
[39] *GOFF, J. Le e outros., **A nova história**. Lisboa: Edições Setenta, 1984, p. 23-4.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Numa visão simplista, pode-se dizer que o grupo dos Annales estava preocupado com a história das estruturas na longa duração, utilizando métodos quantitativos.

A mais importante contribuição desse grupo foi a de expandir o campo da história por diversas áreas, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais, marca o interesse nas *pessoas comuns*.

A História nova travou um combate corajoso contra o positivismo que dominava a História e adquiriu uma legítima reputação pioneira. Não se trata apenas de derrubar velharias metodológicas, mas também e sobretudo, de erguer uma nova linha de defesa na batalha de idéias do mundo contemporâneo.

Do mesmo modo que o impressionismo lançou a palavra de ordem de trocar os ateliês pelo ar livre e ir pintar a natureza *ao vivo*, os fundadores dos Annales incitaram os historiadores a saírem dos gabinetes ministeriais para irem observar *ao vivo* os grupos sociais e as estruturas econômicas.

É preciso dar direito de cidadania à história dos humildes, dos excluídos, ao lado da História dos poderosos.

unesp

3 - CAPÍTULO II

Apontamentos sobre a Formação da Classe Operária e seu Contexto

O objetivo do presente capítulo busca de maneira suscinta, explicitar como a classe operária, esse signo da Revolução Industrial, surgiu e como vivia. Não se pretende tratar a questão com profundidade e nem esgotar o tema, pois o processo de formação da classe operária não é objetivo deste trabalho. Portanto, o assunto será tratado de uma maneira geral, sob a forma de apontamentos extraídos de bibliografias diversas, tais como: Thompson, Hobsbawm, Ashton, Singer e outros. Nenhuma mudança na vida humana desde a invenção da agricultura, da metalúrgica e do surgimento das cidades no Neolítico, foi tão profunda como o advento da industrialização. Ela surgiu na forma de uma economia e de uma sociedade capitalistas.

A Revolução Industrial foi a mais radical transformação ocorrida na vida humana, registrada em documentos escritos. Neste período, a Grã-Bretanha podia ser descrita como a única oficina mecânica do mundo, o único importador e exportador em grande escala, o único transportador, o único imperialista e quase o único investidor estrangeiro; por tudo isso, era a única potência naval e o único país que possuía uma verdadeira política mundial. Grande parte desse monopólio devia-se à solidão do pioneiro, em virtude da ausência de outros ocupantes.

O próprio pioneirismo do desenvolvimento britânico, torna o caso desse país, em muitos sentidos, singular e sem paralelos. Nenhum outro teve de fazer sua Revolução Industrial praticamente sozinho, sem poder se beneficiar da existência de um setor industrial já estabelecido na economia mundial, sem poder recorrer a esses recursos de experiência, técnica ou capital.

A revolução britânica sendo a primeira na história, foi por isso diferente. A sua ocorrência na Inglaterra não foi acidental, pois aí estavam presentes as condições adequadas para tal acontecimento. Isso não significa que não tenha havido obstáculos no caminho da industrialização, mas eles foram superados uma vez que existiam condições sociais e econômicas para tanto.

Um fator crucial da industrialização é o da mobilização e transferência da mão-de-obra, pois, uma economia industrial significa o declínio da população agrícola e um aumento da população não-agrícola.

As mudanças na agricultura ocorreram em função de uma transformação social e não tecnológica: a liquidação do cultivo comunal da Idade Média com seu campo aberto e seu pasto comum, da cultura de subsistência e de atitudes não comerciais em relação à terra por causa do "***movimento das cercas***"[40].

Em termos de produtividade econômica, essa transformação social foi um sucesso, mas em termos de sofrimento humano, foi uma tragédia. Para a industrialização os efeitos foram ótimos pois

---

[40] *Também chamado de cercamento ou redação das terras (enclosure).*

unesp

ela necessita de mão-de-obra, que vai ser justamente essa população rural doméstica.

Numa explicação simplista, a classe operária surgiu da dissolução das relações feudais, o que constitui um processo diversificado, descontínuo no tempo, e se estende do século XII ao XIX.

De muitas maneiras, a dissolução dos laços servis implicou a proletarização de parte do campesinato. Além dos cercamentos que expulsaram os camponeses, outros perdiam tudo por dívida, ou vitimados por más colheitas, doenças ou outras desgraças.

Daí muitos aceitarem o trabalho a domicílio para completar os ganhos, já que os proporcionados pela terra eram insuficientes. A proletarização integral, ocorria com o desligamento total da terra.

Nas cidades, o exercício independente de atividades artesanais pelos recém-vindos era bloqueado pelas corporações, assim, eles se tornavam jornaleiros clandestinos. Mas o desenvolvimento do comércio que impulsionava todo o processo de transformação, levava à proletarização também dos artesãos urbanos. Em geral, tornavam-se produtores parcelares, como parte integrante de um trabalho coletivo subordinado ao proprietário dos meios de produção.

Nos séculos XVI e XVII, a proletarização em massa dos camponeses continuou, tanto mediante os cercamentos como devido às numerosas e prolongadas guerras religiosas que devastaram o continente europeu. Produziu-se assim, uma imensa massa de mendigos, vagabundos e assaltantes que vivia à margem da sociedade esta-

unesp

belecida e que apesar da evidente miséria não se dispunha a trabalhar em função das condições de trabalho nada convidativas.

Era evidente o progresso econômico e técnico, mas ninguém esperava a iminente transformação do país por uma revolução industrial.

Grande parte das atividades econômicas e manufatureiras estavam localizadas na zona rural e o trabalhador típico era o artesão de aldeia ou pequeno proprietário que trabalhava em casa, se especializando cada vez mais na manufatura de algum produto, mas que gradualmente foi deixando de ser um pequeno camponês ou artesão, para se transformar em trabalhador assalariado. Aos poucos, as aldeias foram se transformando em vilas industriais de tecelões ou mineiros e algumas se transformaram em cidades industriais.

A revolução industrial transformou a vida dos homens: em sua fase inicial, ela destruiu seus antigos estilos de vida, deixando-os livres para descobrir ou criar outros novos.

Numa sociedade industrial, a mão-de-obra é formada em sua maioria por proletários que não possuem outra fonte de renda que não seja o salário em dinheiro que recebem por seu trabalho.

Segundo Maurice Dobb esse contingente de mão-de-obra para a indústria se formou, entre outros fatores, com a morte do campesinato como classe e com o fim dos ofícios artesanais[41].

Como isso se deu?

---

[41] *Cf. DOBB, M., **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 226.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Durante a Idade Média, a produção de lã atingiu uma amplitude muito grande na Inglaterra e os impostos de exportação eram importante fonte de renda para a Coroa.

O aumento do preço da lã, a partir de meados do século XV, e o desenvolvimento da indústria lanífera flamenga deram impulso e vitalidade a uma nova perspectiva econômica. Ela no entanto, requeria uma transformação radical no sistema de distribuição do território agrícola, caracterizado pela fragmentação das propriedades, muitas vezes disseminadas em várias zonas e misturadas com outras propriedades e com terras comuns; na maior parte das vezes submetidas a vínculos consuetudinários que atribuíam direitos à comunidade camponesa.

Era o chamado sistema de campo aberto, onde o gado comum podia pastar. Em seu lugar, era agora necessário uma grande extensão de terreno ininterrupto e cultivado como um prado, cercado para evitar a dispersão dos animais, é o chamado cercamento.

Mas o cercado ou reunificação das terras se chocava com a enorme fragmentação das propriedades, onde estavam implantadas inúmeras explorações agrícolas. Ainda estavam sendo usadas as formas do antigo direito feudal do uso das terras comuns pela comunidade rural.

As aldeias de campos abertos estavam adaptadas às necessidades da comunidade produtora, tanto de cereais como de uma certa quantidade de gado para sua subsistência, tendiam a conservar os métodos de cultura e relações econômicas do passado. Para se introduzir alguma mudança era necessário conseguir o assentimento de

unesp

pessoas que em sua maioria estavam satisfeitas com as práticas habituais e desconfiavam de mudanças.

O enclosure está relacionado com a produção, não para subsistência, mas para mercado, e aconteceu com regularidade desde o século XIII.

No tempo dos Tudor (1485/1603) e dos Stuart (1603/1714), esse movimento teve por finalidade aumentar a produção de lã, em virtude da grande procura. Os terrenos dedicados à pastagem exigiam pouca mão-de-obra e com isso os cercamentos provocaram uma onda de desemprego agrícola e expulsão dos rendeiros das terras que exploravam. Thomas Morus dizia que "***os carneiros se faziam devoradores de homens e despovoavam aldeias e cidades***"[42].

Os cercamentos que acabaram eliminando os campos abertos na Inglaterra se processaram em duas fases: - uma entre 1470 e meados do século XVIII, tinha a oposição do governo (Tudor); - a outra, bem mais radical, no início do século XVIII, foi apoiada pelo governo.

No primeiro caso, segundo Marx, foi uma *ação violenta individual*[43]. A expropriação dos camponeses e sua expulsão das terras foi o resultado direto da dissolução do sistema feudal e dos vínculos dos camponeses à terra, devido aos processos de arrendamento dos fundos senhoriais.

No segundo caso, ainda segundo Marx, *a forma parlamentar do roubo*. Neste caso, a configuração é diferente. É a lei do

---

[42] *ASHTON, T. S., **A Revolução Industrial**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971, p. 45.*
[43] *Cf. CONTE, G., **Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo**. Lisboa: Editorial Presença Ltda. 1976, p. 121.*

unesp

Estado que promove os cercamentos para estabelecer um moderno conceito de propriedade privada. Se no primeiro caso era uma atividade ilegal e feita pela força, com intervenções do Estado, como a criação dos tribunais especiais para apelação dos camponeses; no segundo caso, a intervenção do Estado era para garantir a eficácia da propriedade privada moderna.

Os atos legislativos de expropriação foram: - *Bills of enclosure of commons*: privou um grande exército de trabalhadores dos meios de produção e de sustento, colocando-os à disposição da indústria; - *Clearings of states* afastou os rendeiros das grandes propriedades.

Os pequenos produtores parcelares expostos aos processos de proletarização que a ação do mercado provocava, ficaram empobrecidos e endividados devido aos cercamentos.

De 1455 a 1607, os cercamentos abrangeram uma área de meio milhão de acres, ou seja, 10% das terras inglesas, e atingiram entre oitenta mil a noventa mil pessoas. Trata-se de uma reserva de trabalho não negligenciável. Mas no século XVIII, a superfície destas terras atinge entre 25 e 50%, ou seja, oito a nove vezes mais do que a fase inicial, o mesmo acontecendo com o número de pessoas expropriadas que foram se reunindo nos centros industriais depois de terem sido obrigadas a abandonar o campo.

No final do século XVIII, algumas cidades triplicaram sua população como Manchester, que passou de vinte e sete mil para noventa e cinco mil habitantes, Birmingham, de trinta mil para setenta

e três mil e Leeds, de dezessete mil para cinqüenta e três mil, entre outras.

Como exemplo de expropriação, podemos citar dois solares de Northumberland, pertencentes a Robert Delavale, onde de doze arrendatários, sete foram expulsos em um ano, através da cobrança de multas excessivas, aumento dos aluguéis e retirada das melhores terras do prado.

A confissão do Conde Leicester é outro exemplo: "***Sou como o ogro da lenda e devorei todos os meus vizinhos***"[44].

Além da expulsão à força, muitos entregaram suas terras a algum senhor, sem qualquer ato de expulsão explícito: por dívida, por perderem seus empregos secundários na indústria da aldeia ou afetados pela concorrência de fazendas maiores e melhor equipadas.

Quanto aos arrendamentos, a tendência geral dos proprietários maiores, como recomendava Arthur Young: "***quem quiser uma agricultura vigorosa, reuna quinze ou vinte sítios em um só, assim que seus ocupantes atuais saírem***"[45].

Outra tendência era substituir os arrendamentos vitalícios por outros com número determinado de anos, a partir do final do século XVIII. Portanto, torna-se comum encontrar meia dúzia de agricultores onde antes existiam trinta ou quarenta.

A situação da Inglaterra fica bem evidente na poesia de Goldsmith:

> ***"A doce aldeia sorridente, a mais encantadora do campo,***
> ***Os poderes do rico aumentam, os do pobre diminuem,***

---

[44] *DOBB, M., op. cit., 1987, p. 230.*
[45] *Idem, ibidem, p. 230.*

unesp

Em meio às tuas cabanas do tirano vê-se a mão
E o desalento entristece toda a tua plantação
Um único senhor de tudo se aproveita
Tira de ti sorriso e metade da colheita"[46].

A violência social dos cercamentos consistiu na imposição das definições da propriedade capitalista sobre as vilas e significou uma ruptura na estrutura tradicional dos costumes e dos direitos dos aldeões. A conseqüência social mais profunda dos cercamentos foi a destruição dos elementos tradicionais do campesinato inglês.

A apropriação das terras comunais pelos seus proprietários legais significou a queda do anteparo que separava o crescente exército de trabalhadores, da total proletarização. A perda dessas terras acarretou uma profunda sensação de destruição para o pobre, pois ele perdia tudo. Com a expropriação e expulsão da terra, ele se torna pura força de trabalho e obrigado a se tornar comprador e consumidor dos produtos da indústria.

Com os cercamentos, portanto, uma vasta massa de força de trabalho camponesa se transforma em uma massa de trabalhadores livres, de baixo preço e sem vínculos geográficos.

Paralelamente aos cercamentos, ocorre o exclusivismo crescente das guildas, barrando a entrada em qualquer ocupação urbana, a não ser como assalariado. O maior rigor nos requisitos de admissão, a cobrança de taxas e pagamentos para se estabelecer como mestres, os requisitos complexos de uma *obra-prima*, impediam que o homem sem meios passasse acima da categoria de jornaleiro. Nem

---

[46] *Idem, ibidem, p. 231.*

unesp

mesmo quando os vínculos corporativos foram anulados, com a pressão do trabalho domiciliário e da nascente manufatura, a situação melhorou, porque o domínio passou a ser do mercador-fabricante. Os artesãos perdiam sua independência por incapacidade de obter capital de giro e por dívida. A multiplicação dos aprendizes servia apenas para aumentar o número dos que seriam assalariados a vida inteira. O jornaleiro e o pequeno patrão também viram sua situação mudar com o crescimento da técnica, por não terem capital para iniciar a produção.

Segundo Maurice Dobb, "***o ritmo das modificações ocorridas na estrutura da indústria e nas relações sociais foi tão anormal que transformou as idéias do homem sobre a sociedade, de uma visão mais ou menos estática do mundo, onde as gerações permaneciam na mesma posição e onde era impensável romper com a tradição, para uma concepção do progresso como lei da vida e do aperfeiçoamento constante como um estado normal***"[47].

Nos velhos tempos, a produção era uma atividade humana, em geral, de caráter individual, no sentido de que o produtor trabalhava à sua própria maneira e em seu próprio tempo. A produção era determinada pela sua força material muscular, sua habilidade natural ou adquirida ou sua inteligência, e a ferramenta era passiva em sua mão.

Nos novos tempos, o trabalho é realizado pela máquina, a função do homem é alimentar, vigiar, manter e reparar a máquina, seu papel torna-se passivo.

---

[47] *DOBB, M., op. cit., 1987, p. 258*

Nos velhos tempos, ele imprimia os movimentos ao tear; com o tear mecânico, tudo muda, ele continua funcionando mesmo que se vire as costas para ele. Basta emendar o fio quando rebenta, trocar os carretéis vazios, limpar, lubrificar e consertar quando quebra.

Nas primeiras fábricas, algumas operações mecanizadas conviviam com outras que continuavam manuais. As próprias máquinas eram produzidas com métodos artesanais e feitas de madeira. Só mais tarde passaram a ser de metal e foram inventadas as máquinas para produzir máquinas.

Durante décadas os métodos industriais e artesanais coexistiram nos estabelecimentos fabris, mas a direção das mudanças já estava definida e na medida que o progresso avançava, ramo após ramo da produção se industrializava. Daí a proletarização do produtor autônomo, embora todo o processo se arraste por mais de um século. Ao produtor autônomo faltavam recursos para adquirir as máquinas e a sua ruína dependia apenas da duração de sua resistência.

Durante a Revolução Industrial as fileiras da classe operária continuaram a ser alimentadas basicamente pelos camponeses expulsos da terra e por artesãos arruinados.

O processo de transformação de trabalhadores autônomos em assalariados, se acelerou à medida em que um ramo após outro foi sendo industrializado. O primeiro ramo a se mecanizar foi a fiação, provocando o estrangulamento da tecelagem e o aumento da procura por tecelões qualificados, elevando sua remuneração. Com a adoção do tear mecânico, no início do século XIX, veio a ruína dos tecelões manuais.

unesp

Eles responderam com lentidão às alterações econômicas, por inércia, conservadorismo ou desejo de decidir sua própria vida, se recusando a aceitar a nova ordem das coisas. Muitos evitaram as novas fábricas, vendo nelas as casas-oficinas onde as autoridades da *Poor Law* colocavam os pobres para tecer ou fazer tarefas simples. O tecelão não aceitava deixar seu tear, por outra ocupação, como por exemplo fiandeiro, pois era tarefa de menor especialidade e atingia seu status.

Com a coincidência dos cercamentos e a ruína do artesanato de aldeia, a Inglaterra preencheu as condições necessárias ao mercado urbano de trabalho que a industrialização requeria.

Outra importante fonte de reserva de mão-de-obra foram os imigrantes irlandeses fugidos das fomes de 1782/84 e 1821/23. Muitos simplesmente vieram aumentar o número de pobres; outros foram trabalhar na agricultura e depois de um certo tempo recorriam a autoridade da *Poor Law* para conseguir a passagem de volta à sua terra; outros ainda permaneceram na Inglaterra suprindo a necessidade de mão-de-obra não qualificada e se empregando na construção civil em Londres, nas cidades fabris em expansão e na construção ferroviária. Eles eram fortes e aceitavam qualquer remuneração.

Em tudo isso, porém, há um *senão*; muitos dos despossuídos, expropriados e arruinados preferiram se transformar em vagabundos, mendigos e ladrões a ter de trabalhar nas odiosas fábricas. Essa massa que não se submetia à vida monótona e sem perspectiva, preferindo viver da caridade ou de delitos, causava temor à nobreza e burguesia. Mas a vagabundagem e a mendicância foram duramente

combatidas. Numerosas leis foram implantadas na Inglaterra, do século XVI ao XVIII, estabelecendo punições exemplares que iam do trabalho forçado ao açoitamento, do corte da orelha à marcação a ferro em brasa, da escravização ao enforcamento, para os que fossem encontrados sem emprego regular.

Se por um lado, o número de trabalhadores para a indústria não era problema, a questão era conseguir trabalhadores com as necessárias qualificações e habilidades. Isso implicava em aprender a trabalhar de maneira adequada à indústria, ou seja, num ritmo regular, ininterrupto e responder aos incentivos monetários. Os empregadores reclamavam da *preguiça* do operário ou de sua tendência para trabalhar até que tivesse ganho o suficiente para a subsistência semanal e então parava. Essa tendência vinha muitas vezes do costume dos tecelões de guardar a Segunda-feira (*Saint Monday*) e folgar às vezes na Terça-feira; o trabalho terminava nas noites de Sexta-feira e de Sábado. Segundo a tradição, os teares funcionavam nos primeiros dias da semana num ritmo lento de *não há pressa, não há pressa*, (*Plenty of time, Pent of time*). Mas ao se aproximar o fim de semana, o tear estalava *último dia, último dia* (*a day t'lat, a day t'lat*).

Segundo a declaração de uma testemunha ao Comitê Especial: "***... homem algum gostaria de trabalhar num tear mecânico, pois ele produz tanto ruído que poderia levá-lo à loucura, além disso exige-se a sujeição a uma disciplina que o tecelão manual nunca poderia aceitar***"[48].

---

[48] *THOMPSON, E.P., **A formação da classe operária inglesa**. vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987, p. 168.*

Para acabar com esse problema, a solução encontrada foi uma severa disciplina (multas, código de "*senhor e escravo*") e prática de se pagar o mínimo possível para obrigar o funcionário a trabalhar durante a semana. Outra solução foi empregar mulheres e crianças, mais dóceis e mais baratas.

Portanto, o novo proletariado fabril tinha que viver sob rígido controle e disciplina imposta pelo patrão ou pelos superiores; tinha que trabalhar por horas ou turnos, aceitando os castigos e multas; muitas vezes tinha que fazer compras na loja do patrão e receber pagamento em *mercadorias miúdas* e morar nas casas fornecidas por eles.

Sendo assim, o trabalho industrial impõe: regularidade, rotina, monotonia e a tirania do relógio e o operário era forçado a se adaptar.

Os camponeses proletarizados no sentido negativo, isto é, despojados da posse dos meios de produção, não tinham a chamada *disciplina* no trabalho, ou seja, a predisposição para se dedicar diariamente por longas horas a tarefas repetitivas e sem significado, em troca de um modesto salário. A formação de uma classe operária pressupõe a criação cultural de tal predisposição.

Segundo Marx: "***não basta que as condições de trabalho apareçam num polo e no outro pessoas que nada tem a vender, a não ser a sua força de trabalho. Não basta também forçaremnas a vender voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição,***

costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais, evidentes"[49].

Esta formação cultural da classe operária se deu a longo prazo, como resultado de: um condicionamento a favor do trabalho regular; das vantagens do ganho regular, embora o salário fosse baixo; um enquadramento do operário como arrimo de família, responsável pela sua segurança e bem-estar.

Entrar numa fábrica representava uma queda no status: de trabalhador independente para o de empregado ou *mão-de-obra*. A vida na fábrica era odiosa e intolerável, pois o trabalhador no sistema artesanal ou doméstico era dono de seu tempo, não apenas dos meios de produção. Trabalhava para garantir a sobrevivência e o restante do tempo despendia em lazer.

Os ressentimentos eram em função dos efeitos do sistema fabril sobre as relações familiares: todos da família trabalhavam, desde os pequenos até a esposa, nos intervalos de suas tarefas domésticas. A família trabalhava unida e formou-se nessas oficinas um modelo de vida familiar e comunitária, onde cantar e conversar não era proibido. Daí a resistência ao trabalho nos barracões onde se instalavam os teares mecânicos. Esses lugares eram considerados *imorais*, locais de libertinagem sexual, linguagem obscena, crueldade, acidentes violentos e hábitos estranhos. Mas a resistência era quebrada pela miséria.

No decorrer do século XIX, os velhos ofícios foram desaparecendo das industrias têxteis, como: *tosquiadores* ou *aparado-*

---

[49] *SINGER, P., **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual, 1986, p. 22.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

res, desenhistas de estampas para tecidos de algodão, cortadores manuais e outros.

Segundo Marx, "***o tear manual gerou a sociedade do senhor feudal; o tear a vapor, a sociedade do capitalista industrial***"[50] Não era apenas o proprietário da fábrica que parecia *novo*, mas também a população trabalhadora.

Um magistrado rural afirmava em 1808: "***no momento em que nos aproximamos dos limites da região de Lancashire, encontramos uma nova espécie de criatura, tanto em relação às maneiras, quanto às ocupações e à subordinação...***"[51].

Em geral, tanto conservadores, como radicais e socialistas chegaram à mesma equação:

$$\frac{\text{Energia a vapor}}{\text{indústria algodoeira}} = \text{nova classe operária}$$

Portanto, a partir do final do século XVIII, teve início o processo de transformar em operários a grande maioria dos trabalhadores. É o processo de industrialização e com ela a formação da classe operária passou a representar a principal decorrência social.

Esses primeiros homens que se viram constrangidos pela pregação moral do tempo útil e do trabalho edificante, sentiram em todos os momentos de sua vida cotidiana o poder destrutivo desse novo princípio normativo da sociedade. Sentiam na pele a transformação radical do conceito de trabalho, uma vez que essa nova positividade exigiu do homem pobre a sua submissão completa ao mando do patrão.

---

[50] *THOMPSON, E. P., op. cit. p. 12*
[51] *Idem, ibidem, p. 12.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Introjetar um relógio moral no coração de cada trabalhador foi a primeira vitória da sociedade burguesa.

Com essa crescente sociedade industrial, tradições pré-industriais não puderam se manter em pé.

Assim, por volta de 1840, desapareceram no Lancashire as velhas formas de passar os feriados: quermesses, competições de luta, brigas de galo, açulamento de cães contra touros. Essa época marca o fim da canção folclórica como principal forma musical dos trabalhadores industriais.

Se por um lado algumas tradições desapareceram, outras foram criadas ao longo do século XIX, como reflexo das profundas e rápidas transformações sociais do período. Entre elas, incorporou-se à cultura operária masculina como símbolo, o uso do boné (satirizado nas histórias em quadrinhos) como o distintivo: Andy Capp ("Zé" do Boné). De alguma forma não muito clara, o hábito de usar o boné, generalizou-se entre os proletários, no final do século XIX. Assim como nos esportes, a adoção do futebol como culto proletário de massa, é confusa, mas rápida.

Apesar dos salários baixos, fadiga pelas longas horas de trabalho, mas também pelas longas caminhadas entre a moradia e o local de trabalho, subnutrição, doenças, falta de higiene, promiscuidade, falta de ventilação, sujeira, água poluída, os trabalhadores ainda tiveram ânimo para criar símbolos (como o boné) e buscar diversões (como o futebol).

unesp

O Contexto Operário

A imagem da *fábrica tenebrosa e satânica* domina nossa reconstrução visual da Revolução Industrial, com seus edifícios semelhantes a um quartel, as grandes chaminés, as crianças trabalhadoras, os tamancos e os xales, a habitação aglomerada ao redor das fábricas. É uma imagem que induz a pensar antes na industria e depois nas pessoas que dependiam dela, em parte, porque a tecelagem e as novas cidades industriais pareciam portentosas aos seus contemporâneos.

Entre 1815 e 1840, o artesão *sentiu* seu status e seu padrão de vida ameaçados ou se deteriorando. As inovações técnicas e a superabundância de mão-de-obra barata debilitaram sua posição. A perda de prestígio, a degradação econômica direta, o desaparecimento do orgulho pelo ofício, o fim da aspiração de se tornar mestre, na medida em que ele se aviltava, deram forma ao seu ódio.

Com a máquina a vapor, tudo mudou e representou a ruína do artesão manual, consequentemente uma vitória para o capitalista, pois foi removido o único obstáculo ao controle completo do trabalhador. Com isso, todas as injustiças foram praticadas contra ele, entre outras: perda do status, da independência, sujeição à parcialidade da lei, ruptura da economia familiar tradicional, sujeição à disciplina, à monotonia, às horas de trabalho, à perda do tempo livre e do lazer e a redução do homem ao status de *instrumento* ou uma cifra, entre outras, no custo da produção.

Pode-se dizer que entre 1790 e 1830, as condições de vida da maioria dos trabalhadores eram ruins.

unesp

Em 1830, o empregado industrial típico não trabalhava nas fábricas, mas nas pequenas oficinas ou na própria casa, ou nas ruas, nos pátios dos edifícios ou nas docas, em atividades mais ou menos eventuais. A insegurança e a intranqüilidade atingia a todos.

A deterioração do ambiente urbano foi uma das mais desastrosas conseqüências da Revolução Industrial.

As piores condições se encontravam nas cidades que se expandiram mais repentinamente, como Manchester, Leeds, Preston, Bolton e Liverpool, que são exemplos de deterioração, superlotação, moradias em porões e imundície.

Esses problemas são atribuídos à rapidez com que tudo aconteceu, sob intensa pressão demográfica, sem controle, premeditação ou experiência anterior. Os trabalhadores eram segregados em bairros fétidos, em vielas e porões.

Segundo Thompson: "***podemos considerá-los como problemas inerentes à industrialização, agravados pela tendência predatória do laissez-faire capitalista. Não se pode ignorar a devastação visual e a privação de comodidade. Os primeiros estágios da revolução industrial testemunharam o declínio da sensibilidade estética e das responsabilidades cívicas e a exclusão dos trabalhadores da esfera de aplicação desses valores***"[52].

A mudança dos trabalhos manuais urbanos, para a produção fabril em larga escala, transformou as cidades industriais em sombrias colmeias que fumegavam, faziam barulho e soltavam fumaça de doze a catorze horas por dia.

---

[52] *Idem, Ibidem, p. 190.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Em função da produtividade da máquina, montes de lixo e detritos se formavam tornando as cidades imundas e cobertas de fumaça. Os serviços públicos básicos não eram para todos e muito menos para as áreas industriais e bairros operários. A nova cidade industrial tinha muito a ensinar e muito a se evitar. A industrialização produziu o mais degradado ambiente urbano jamais visto. Criou-se um novo tipo de cidade que Charles Dickens chamou de Coketown (carbonópolis).

O fato mais importante da transição urbana foi o deslocamento da população, seguido do crescimento demográfico. A urbanização aumentou quase em proporção direta à industrialização.

Numa era de progresso técnico, a cidade, como unidade social e política, ficou fora do círculo das invenções. Exceto no caso dos serviços públicos como: gás, encanamento de água e esgoto, sempre tardiamente instalados, a cidade industrial permaneceu igual à cidade pequena do século XVII. Até 1838, Manchester e Birmingham permaneceram como um amontoado de homens e máquinas, sem preocupação com uma vida melhor. Não havia planejamento no traçado, nessas cidades industriais, alias o caos não precisa ser planejado.

Segundo Lewis Mumford "***se a fábrica movida a vapor foi o primeiro fator a provocar congestionamento urbano, a ferrovia estimulou-o***". "***Os principais elementos da nova cidade foram: a fábrica, a ferrovia e o cortiço***"[53].

A fábrica passou a ser o núcleo do novo organismo urbano. A ela se subordinavam todos os detalhes da vida. Muitas vezes,

---

[53] *MUMFORD, L., **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 494-6.*

unesp

os serviços como suprimento de água e os edifícios públicos indispensáveis à existência das cidades só apareciam mais tarde, porque só se pensava nisso, depois.

A fábrica se localizava nos melhores lugares, principalmente se a força motriz fosse hidráulica, a necessidade de estar próxima de um rio ou canal: tanto para a produção como para despejo de detritos, resultando na poluição da água.

Hugh Miller, autor de *Old Red Sandstone*, fala de Manchester, em 1862:

"***Nada parece mais característico da grande cidade fabril, embora tal coisa seja desagradável, do que o rio Irwell, que corre pelo local (...) O rio infeliz que poucas milhas acima é um belo curso de água, com árvores a pender sobre as suas margens e franjas de relva verde a delinear as suas barrancas – perde a sua categoria ao passar por entre os moinhos e usinas. Há miríades de coisas sujas que lhe são dadas a lavar, e enquanto vagões de venenos das fábricas de tintas e dos pátios de alvejamento caem nele, para que os leve para longe, as caldeiras de vapor nele descarregam o seu conteúdo, e ele arrasta e conduz as suas fétidas impurezas; até certa extensão ele continua correndo-ora entre paredes imundas, ora sob precipícios de granito vermelho-consideravelmente menos um rio do que uma corrente de dejetos líquidos***"[54].

Nenhuma providência era tomada pelas autoridades, no sentido de concentrar as fábricas numa determinada área, de separá-las por serem sujas e barulhentas das habitações humanas. A localização

[54] *Idem, Ibidem., p. 497-8.*

unesp

era determinada pela *livre competição*, sem levar em conta a possibilidade de planejamento funcional.

Além das fábricas, havia também a ferrovia, e era ela que definia o caráter e os limites da cidade. Não havia regulamentação ou planejamento municipal.

Ela era instalada preferencialmente no centro da cidade e provocava barulho e sujeira. Todos os erros possíveis em planejamento urbano, eram cometidos pelos novos engenheiros ferroviários, para quem os trens eram mais importantes do que as pessoas.

Portanto, fábrica e ferrovia cobriam a cidade de uma fumaça negra das chaminés. Fuligem e cinzas estavam por toda a parte. Por isso a invenção do gás artificial de iluminação foi um auxiliar indispensável. O negro das roupas não era um sinal de luto, mas uma cor protetora e conveniente, dadas as circunstâncias.

Segundo Mumford: "***dentro de tais condições era preciso que se tivesse todos os sentidos embotados para ser feliz; e, antes de mais nada, era preciso que se perdesse o próprio paladar. Essa perda do gosto teve efeito sobre a dieta: passaram a comer produtos embalados e alimentos passados, sem perceber a diferença em relação aos frescos, facilmente encontráveis. O enfraquecimento da elementar discriminação do gosto atingiu outros setores: as cores, cuja discriminação tornou-se fraca, preferiam as mais sóbrias, os tons mais escuros e as combinações mais tristes, no lugar de cores puras e vivas***"[55].

---

[55] *Idem, Ibidem. p. 510.*

unesp

O novo ambiente era portanto: sombrio, descolorido, acre e malcheiroso.

Além disso, as novas cidades tinham um outro agravante para os sentidos: o barulho. Como mostra o depoimento de uma testemunha de Birmingham, na metade do século XIX: "***Em nenhuma outra cidade do mundo são as artes mecânicas tão barulhentas: os martelos batem incessantemente na bigorna; há um clangor incessante de máquinas; crepitar de chamas, assobios de água, rugidos de vapor, e de vez em quando cavernosa e surda, levanta-se a trovoada da casa de provas (onde as armas são experimentadas). O povo vive numa atmosfera vibrante de clamores; e parece mesmo como se as suas diversões tivessem acompanhado o tom geral e se tomassem barulhentas, tal como as suas invenções***"[56]. A indiferença a esses ruídos era típica. Não existe precedente na história escrita, de concentração de pessoas vivendo em ambientes tão degradantes e deteriorados.

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública e suas concentrações deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares que deveriam levá-los para outros lugares. Foi o caso da haussmanização de Paris, onde os trabalhadores foram expulsos do centro para a periferia. Esta era a política das estradas de ferro, cujas linhas passavam pelos bairros pobres onde os custos eram menores e os protestos negligenciáveis.

---

[56] *Idem, Ibidem, p. 511.*

unesp

Segundo Michelle Perrot[57], a visão operária da cidade é diferente da do burguês; a cidade tem potencialidades econômicas e de lazer. Ele quer uma cidade aberta, morar no centro, circular e usar livremente o espaço público. O operário recusa o encerramento e a fixação de limites. A ambição dele é morar no centro, onde se amontoam e causam epidemias. Se for relegado à periferia, ele perde a sua freguesia e sua fonte de inspiração.

A conduta popular em Paris, no século XIX, era poder andar livremente, parar onde quisesse, morar e trabalhar. O povo tinha o sentimento de que o espaço público lhe pertencia e queria usá-lo à vontade. Preferem os espaços vazios aos terrenos apropriados que excluem os pobres, como os jardins públicos primitivamente concebidos como lugares para passeios burgueses, às áreas verdes preferem o *cinturão negro* de Paris, onde passeiam aos domingos, junto com marginais e vadios. Para as classes populares a cidade é como uma floresta onde é preciso caçar a existência.

Os ricos temiam a cidade pela possibilidade de uma explosão social, e os pobres, viam nela, a sua concreta exclusão da sociedade humana e a necessidade de torná-la habitável por seus próprios meios.

Embora a construção de casas populares fosse um negócio lucrativo, na verdade, o *boom* na arquitetura foi a construção para a burguesia.

---

[57] *Cf. PERROT, M., **Os excluídos da História. Operários – Mulheres – Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 115.*

unesp

Segundo Hobsbawm, "***a cidade foi mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, com exceção da estrada de ferro***"[58].

Em Londres, apesar dos esforços para alargar as ruas, aumentar e aperfeiçoar a rede de esgoto nas regiões onde residem os ricos, nada foi feito para melhorar as condições dos bairros operários.

Em relação à moradia, as condições das grandes cidades eram repugnantes e inconvenientes. A água era fornecida por uma única bica para várias ruas, obrigando quem quisesse usá-la a entrar na fila durante a noite e ainda pagar. Mas eram locais de sociabilidade feminina como diz Michelle Perrot[59]. Além do problema da água, o mau cheiro era freqüente, tanto em virtude do lixo industrial quanto dos esgotos a céu aberto. Era nesta sujeira que as crianças brincavam.

Muitas vezes, os lugares destinados à moradia estavam situadas entre fábricas, galpões e pátios ferroviários. Onde havia de tudo: sujeira, ruído, trepidação, cinza, vidros quebrados, mau cheiro, fumaça e o ruído martelante das máquinas.

Quanto à habitação, as alternativas eram simples. Nas cidades antigas, casas velhas eram transformadas em cortiços; um quarto para cada família ou casas de construção barata e sem alicerce.

Tanto nos velhos como nos novos bairros a imundície era uma constante.

Na Inglaterra, em cidades como Birmighan e Bradford, milhares de casas de trabalhadores foram construídas fundos contra fundos. Por isso, dois de cada quatro quartos não recebiam luz direta e

---

[58] *HOBSBAWM, E.J., **A era do capital 1848/1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1928, p. 223.*
[59] *Cf. op. cit., p. 204.*

nem ventilação. Não havia espaços abertos, a não ser as paisagens entre essas filas duplas. Os restos eram jogados na rua onde alguém os retirava para esterco. As privadas (imundas) ficavam geralmente no porão, assim como os chiqueiros. Era comum os porcos circularem pelas ruas. Em Manchester havia trinta e três privadas para sete mil habitantes (1843/4).

Como o número de casas era sempre insuficiente, existiam ainda condições piores. Pessoas morando em porões. Em Liverpool, por exemplo, uma sexta parte da população vivia em *adegas subterrâneas*. Em Londres vinte mil moradias de porão eram consideradas pelos médicos como impróprias para ocupação humana. Tal imundície e congestionamento trouxeram outras desgraças: os ratos (peste bubônica), os percevejos (atormentavam o sono), os piolhos (tifo) e as moscas (da privada ao leite); a combinação de quartos escuros e paredes úmidas (bactérias transmitidas através da respiração e contato em quartos congestionados).

Essas péssimas condições de moradia acabavam trazendo as freqüentes epidemias (coléra, febre tifóide). Os dois grandes assassinos urbanos do século XIX eram a poluição do ar e da água e as doenças intestinais. Os cortiços superlotados levaram Alexis de Tocqueville a afirmar sobre Manchester: "***A civilização faz milagres e o homem civilizado é quase levado de volta à selvageria***"[60].

Se a falta da água criava um mau cheiro insuportável e a infiltração dos dejetos nos poços provocava o tifo, havia ainda a impossibilidade de limpeza doméstica e higiene pessoal. Nas grandes

---

[60] *HOBSBAWM, E. J.,* ***Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo****. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p. 81.*

unesp

capitais não se tomava providência nenhuma, em Londres, por exemplo, a água era encontrada apenas nos porões e em certos bairros ela só era aberta três dias por semana; ou então uma única bica servia a várias ruas, obrigando os habitantes a entrarem na fila durante a noite e ainda pagar. Era comum os pobres irem pedir água de casa em casa, nos bairros de classe média.

As novas casas das classes trabalhadoras variavam de país para país, de região para região e de cada grupo de população. Por exemplo; prédios altos em Glasgow, Edimburgo, Paris, Berlim, Hamburgo, ou prédios de dois andares em Londres.

As habitações industriais tinham certas características comuns: ruas tristes, becos soturnos e cheios de lixo, falta de espaço abertos para as crianças brincarem e de jardins, e falta de coerência e individualidade em relação à vizinhança local. As janelas eram estreitas e a luz interior era insuficiente.

Até o final do século XIX, a época da produção em massa, quase não atingiu a casa do trabalhador ou as suas comodidades.

Charles Dickens descreveu o horror urbano em Coketowm: "***construíram-se fileiras de casas e armazéns, abriram canais e pavimentaram ruas, mas não edificaram fontes, nem praças públicas, passeios e parques e às vezes nem mesmo igrejas***".[61]

Em geral os operários rejeitavam as vilas operárias, alegando que a regulamentação prolongava no domicílio a disciplina da fábrica. Eles diziam: "***quando voltávamos para casa encontráva-***

[61] *HOBSBAWM, E.J. Op. cit., 1986, p. 81.*

mos mais um regulamento pendurado na porta, referindo-se a quase todas as nossas ações privadas; não seríamos os donos em nossa casa".[62] Ao relativo conforto e controle das vilas, eles preferiam a liberdade de uso de habitações precárias.

Com relação ao mobiliário do interior da casa do trabalhador inglês, era o mais baixo possível. Poucos móveis e poucos objetos: cobertas, utensílios de cozinha, uma mesa, algumas cadeiras e raramente uma cômoda. A presença de móveis era sinal de enraizamento; uma gaiola ou uma cortina eram sinais de prazer ou intimidade.

Os efeitos da pobreza eram agravados pelo mau gosto que acentuava o empobrecimento do meio: o papel de parede, as quinquilharias, os retratos a óleo, as imagens coloridas, etc. Até mesmo as relíquias religiosas alcançaram um nível estético baixo. O mau gosto tornou-se arraigado com o passar do tempo.

As habitações, portanto, se caracterizavam pela falta de conforto e precariedade da mobília. O maior conforto era o aquecimento, embora muitos usassem braseiros nocivos à saúde. Os banheiros inexistiam, usavam-se o ar livre e os urinóis; os primeiros banheiros coletivos ficavam nos pátios ou nas escadas, mas eram tão mau cheirosos que todos reclamavam.

Apesar dessas condições, o aluguel era alto, de dez a doze por cento das despesas do operário; ele quer pagar o mínimo pela moradia e gastar mais com o vestuário e distração, pois o bom aspecto

---

[62] *PERROT, M.,* ***História da vida privada - Da Revolução Francesa à Primeira Guerra****. Vol. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 317.*

lhe permite se misturar numa festa urbana. O aluguel era pago no dia oito do primeiro mês de cada trimestre.

Mas a maneira costumeira de resistir ao aluguel, era a mudança na surdina, ajudado pelos outros, daí também os poucos móveis e objetos, facilitando a mudança rápida.

Com a sedentarização crescente e o agravamento das condições de moradia, surgem as reclamações contra a sujeira dos cômodos e por mais espaço, em razão da privacidade e decência. Esta reclamação era mais enfática do que a necessidade de privadas. Ter uma cama de madeira ao invés de uma enxerga é estabelecer-se. O artesão Marechal esboçou um projeto de construções operárias sem prever privadas, dizendo que o povo não pede para ter sanitários em casa, mas que as fachadas sejam variadas e que não se perceba que se trata de uma vila operária.

Os pesquisadores ingleses[63] também detectam na mesma época o desejo de *privacy to home*, na classe operária. Um triplo desejo de intimidade, familiar, conjugal e pessoal atravessa o conjunto da sociedade no final do século XIX. A expressão disso é a aversão por sofrer os constrangimentos da promiscuidade e da vizinhança e uma repugnância pelos espaços coletivos (prisão, hospital e taverna).

O desejo de um canto para si expressa um crescente senso de individualidade do corpo e um sentimento do indivíduo levado pelos escritores até os limites do egocentrismo. Como escreve Flaubert: "***é preciso fechar sua porta e suas janelas, curvar-se sobre si próprio, como um ouriço, acender um grande fogo em sua lareira,***

[63] *Cf. PERROT, M., op. cit, 1992, p. 319.*

pois faz frio, evocar em seu coração uma grande idéia".[64] O homem interior antecedeu o interior. Mas no século XIX o quarto é o espaço do sonho; ali se refaz o mundo.

Vê-se tudo aquilo que se desenvolve no espaço privado, onde se materializam as imagens do poder, as relações entre pessoas e a procura de si mesmo. Não é de surpreender portanto, que a casa ocupe tamanho espaço nas artes e na literatura, como os jardins ensolarados de Monet, as janelas entreabertas de Matisse, as sombras crepusculares da lâmpada de Vuillard; a pintura entra em casa e sugere seus segredos. Os pobres também são retratados por Daumier e em *Vagão de terceira classe*, a passageira leva os filhos com ela, tornando-se figuras familiares nas ruas e motivo de inspiração para quadros e fotografias. Degas retrata outro tipo popular, a lavadeira e Van Gogh mostra a refeição de batatas dos trabalhadores pobres.

A literatura também passa a descrever ambientes interiores com uma minúcia em que se lê a mudança do enfoque dos lugares e das coisas. Mas essas casas, não eram as dos proletários, que eram desprezados e ninguém queria sequer descrevê-los. Na França, eles eram considerados ignorantes, supersticiosos, com costumes depravados, rústicos, imprevidentes e perigosos pelos burgueses.

Com a reforma de Haussmann, as classes perigosas são exiladas para a periferia, para os bairros proletários onde os membros das classes superiores jamais colocarão os pés.

"***O operário aloja-se como pode e não como quer. Ele não tem escolha entre uma habitação espaçosa e outra exígua; não***

---

[64] *Idem, ibidem, 1992, p. 320.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

lhe oferecem mais que um ou dois cômodos, quase nunca três; qualquer que seja o número de filhos, é preciso que ele tome o que se apresenta e pague o que se pede. A exigência do proprietário prevalece sobre a oferta do locatário"[65]. Esta é a conclusão de um pesquisador a respeito da habitação operária em Lunéville, em 1896.

Bairros e cidades inteiras estavam cheias de casas feias e imundas e nesses lugares criou-se uma raça de indivíduos defectivos. A pobreza e o ambiente de pobreza produziram modificações orgânicas; raquitismo nas crianças pela falta de sol, deformações da estrutura óssea e dos órgãos, funcionamento defeituoso das glândulas endócrinas, por causa da dieta; doenças de pele por falta da higiene elementar da água; febre tifóide, escarlatina, por causa da sujeira e dos excrementos; tuberculose estimulada pela combinação de dieta pobre, falta de sol e congestionamento habitacional.

Mas de um modo geral as faltas eram comuns e representavam uma debilidade crônica entre a maior parte da população: falta de sol, falta de água potável, falta de ar puro, falta de uma dieta mista e falta de higiene.

Quanto a alimentação, a do tecelão era basicamente farinha de aveia, bolo de aveia, caldo temperado com cebola, batatas, leite melado e cerveja caseira. O café, o chá, o bacon e a carne eram considerados como luxo. Frutas, hortaliças e flores eram provenientes dos próprios jardins.

Com a Revolução Industrial, essa dieta se tornou: cereal, carne, batatas, cerveja, açúcar, chá. Houve até um episódio conhe-

---

[65] *Idem, ibidem, p. 365.*

unesp

cido como a *batalha do pão*, onde os latifundiários, os fazendeiros, os párocos, os manufatureiros e o próprio governo tentaram forçar os trabalhadores a substituírem o pão pela batata. Na década de 1790, a maioria do povo inglês havia substituído o consumo de cereais inferiores pelo trigo: o pão branco era símbolo de status. Durante cinqüenta anos, houve uma luta com relação à dieta habitual e as batatas acabaram suplantando o pão no sul, e no norte se impuseram juntamente com a farinha de aveia.

Segundo o "***historiador da batata***", R. N. Salaman[66], ela permitiu a sobrevivência dos trabalhadores com os mais baixos salários. Para os especialistas em nutrição, a adição da batata à dieta representava um avanço, mas a substituição do pão e da farinha de aveia por ela era considerada uma degradação.

Durante a revolução industrial, o principal índice para avaliar o padrão de vida era o preço do pão. Daí a revolta popular contra as *Leis dos Cereais*, em 1840.

No período de emprego, os trabalhadores consumiam à vontade, como exemplifica o seguinte relato:

"A filhinha de um oleiro costumava comprar costeletas e outras iguarias no açougue dizendo: por favor, senhor, meu pai não se importa com o preço no momento, mas quer boas costeletas e bem macias, porque ele é oleiro".

Quando ficava desempregado, consumia o que podia, como se segue:

---

[66] *Cf. THOMPSON, E. P., op. cit., p. 180.*

"***No inverno, a situação era outra: por favor, senhor, tenho quatro penies e devo levar algo barato para casa. Meu pai não se importa com o que seja, desde que seja barato. É inverno e ele está sem trabalho, porque é oleiro***".[67]

A alimentação sofria pequenas variações, dependendo do lugar: em Londres, por exemplo, se comia *carne fresca* mais freqüentemente do que na província, bem como pão, queijo e cerveja. Esse era também o jantar habitual das tavernas, seguido do cachimbo.

As *carnes* podiam ser: arenque defumado, pés de carneiro e de vaca, orelhas de porco, miúdos e tripas. Os tecelões rurais de Lancashire preferiam comer *o que matavam com a própria faca*, indicando que ainda existia criação doméstica; eles desprezavam a comida da cidade por considerá-la contaminada, impura e adulterada.

O consumo de cerveja era muito grande, principalmente entre os trabalhadores agrícolas e os mineiros, por considerarem-na essencial para o desempenho do trabalho pesado (repunha o suor). Ela era de fabricação caseira e tanto era importante que se dizia: "***se uma moça soubesse preparar um bolo de aveia e uma boa cerveja, seguramente daria uma boa esposa***".[68] O seu consumo entrou em declínio com a cobrança do imposto sobre o malte, o que ocasionou a generalização de cervejarias clandestinas, mas a cerveja deixou de integrar a dieta normal. Em contrapartida, aumentou o consumo de chá, o que foi considerado como sinal de deterioração, uma vez que o chá era considerado um substituto pobre. O aumento de seu consumo e o de bebidas alcoólicas, atestam a necessidade de estimulantes para

---

[67] *THOMPSON, E.P., Vol. II. op. cit., p. 181.*
[68] *Idem, ibidem, p. 183.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

enfrentar o número excessivo de horas de trabalho e a dieta inadequada. Em 1830, o chá era considerado uma necessidade: os pobres pediam as folhas já usadas ou misturavam a casca de pão queimado à água fervente para obter a mesma cor, mas não o mesmo gosto.

Segundo Thompson, "***a participação do trabalhador nos "benefícios do progresso econômico" consistiu num maior número de batatas, em algumas roupas de algodão, sabão, velas, açúcar e chá.***"[69]

Depois de 1870, houve uma modificação nos hábitos alimentares, como por exemplo: o consumo de frutas (antes um luxo), como a banana (importada), que substituía a maçã (única fruta fresca consumida pelos pobres), e a proliferação das lojas de peixe com batatas. Proliferaram também os açougues e as mercearias.

A escassez cotidiana era quebrada pelas festas e outros acontecimentos circunstanciais, quando se comprava *um pedaço de carne de boi* e todos iam à feira: ali vendiam-se pães de gergelim, frutas e brinquedos; havia apresentações do Polichinelo e Judy, tendas de jogos e o habitual *mercado do amor*, em que os rapazes cortejavam as moças presenteando-as com pãezinhos de gergelim e nozes.

À medida que o tempo passava, o trabalhador ficou mais disciplinado, mais condicionado pelo ritmo imposto pelo relógio, mais reservado e metódico, menos violento e espontâneo.

Os críticos do sistema fabril consideram-no o destruidor da vida familiar.

---

[69] *Idem, ibidem, p. 184.*

Portanto, a Revolução Industrial (esta explosão que começou nos fins do século XVIII e ainda está em processo) que provocou todas essas modificações na vida das pessoas, também provocou mudanças em outros setores, completamente diferentes, como a literatura, em função da multiplicação dos códigos gerados pelas técnicas de reprodução que exercerão influência particularmente no setor tipográfico. É o fim do artesanato e o começo da produção mecanizada, que pode ser transposto ao processo de montagem de palavras e frases, no Ocidente.

Apesar das mudanças, a milenar estrutura artesanal e rural, responsável pelo que conhecemos como arte, expressão, estética das atividades primárias, não desapareceu, não foi eliminada com um estalar dos dedos.

Parafraseando Peirce[70] "***o significado de um signo é um outro signo***", pode-se dizer que o repertório de signos relativos da era revoluta passaram a constituir o *significado* ou *conteúdo* do repertório dos signos da nova era industrial. Se, por um lado, a velha sociedade urbano-artesanal e rural estava desaparecendo, por outro lado, ela contaminava o novo, com seu antigo repertório.

Como observou Georg Lukacs "***a natureza começa a se transformar em paisagem***";[71] a paisagem urbana está mudando: as chaminés superam as árvores e as torres das igrejas. O homem se desloca da natureza, tornando-se observador dela.

Na segunda metade do século XIX, os códigos, as linguagens e as técnicas de reprodução já se haviam multiplicado de ma-

---

[70] *Cf. PIGNATARI, D.,* ***Semiótica e Literatura****. São Paulo: Cortez e Morais, 1979, p. 58.*
[71] *Idem, ibidem.*

unesp

neira impressionante. Dessa forma, as inovações industriais como a tecelagem, a tinturaria, a química, os perfumes, a tipografia e o clichê, permitiram o aparecimento da revista ilustrada a cores, o jornal e as novas possibilidades ao livro. A natureza do poeta era a nova Paris e a floresta de símbolos eram os bulevares. A multiplicação e a multiplicidade de códigos e linguagens cria uma nova consciência de linguagem.

unesp

4 – CAPÍTULO III

"Novos temas, Novas fontes, Novas abordagens"

O maior progresso da história nos últimos quarenta anos foi o deslocamento de sua problemática e a consideração referente ao modo de vida, material ou intelectual, do maior número de indivíduos.

O grande trunfo dos criadores da Nova História, foi abri-la e não fechá-la e a introdução de categorias de fatos que tinham sido conservados longe da vista dos pesquisadores. Acrescentaram os mecanismos econômicos da troca, as relações humanas em todos os níveis, as práticas da vida cotidiana, em resumo, tentaram nos oferecer uma imagem tão complexa quanto possível, das modalidades de vida do passado.

Esta história é nova porque pôs em causa o próprio lugar do observador, ou seja, do historiador, que deixou de falar sob um ponto de vista absoluto, tendo que justificar a necessidade e a urgência dos seus trabalhos.

Nova também porque os objetos da História, mudaram. Da história dos grandes homens e das grandes sínteses passou-se à história dos povos e das mentalidades, rica mas menos fácil de alimentar.

Rejeitando portanto, o historicismo e a história política, o novo grupo de historiadores pôde deslocar as suas fontes para além dos documentos, arquivos e afins. A inquietação provocada, implicou

unesp

numa atenção redobrada a todas as possibilidades de se produzir a História, por ângulos de observação diferentes.

Como decorrência dessa inquietação e das novas possibilidades inauguradas pelos Annales, temos a utilização da literatura como fonte histórica.

A tentativa de se aproximar esses dois campos do saber humano tem acompanhado o pensamento de época e sua essência repousa num percurso de intertextualidade; dois saberes numa luta constante de legitimação e significação de suas intersecções.

As dificuldades da aproximação dos dois campos residem na autonomia de seus discursos. Esta visão compartimentada reflete a fragmentação e a especialização características do mundo contemporâneo.

Apesar de alguma resistência à aproximação, há uma força tentando suplantá-la, o que mostra a existência de trabalhos interdisciplinares baseados numa nova forma de abordagem. Estudos tomam o texto ficcional dentro de um instrumental metodológico que possibilite considerá-lo como fonte para a historiografia.

O texto ficcional e o histórico relatam os dramas humanos com abordagens diferentes.

Segundo Nicolau Sevcenko[72], a literatura tem um compromisso maior com a fantasia do que com a realidade; ela preocupa-se com o que poderia ou deveria ser a ordem das coisas; mais do que com o estudo real, ela fornece uma expectativa do vir-a-ser. Enquanto

---

[72] *Cf. SEVCENKO. N.,* ***Literatura como missão. Tensões e criação cultural na primeira república.*** *São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 20.*

unesp

a história repousa e seu caráter particular na ordem do acontecido; não se faz história a partir de quimeras e fantasias.

Esse contraste já aparece na *Poética* de Aristóteles "***com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fosse em verso o que eram em prosa), diferem sim, em que diz um as coisas que sucederam, e o outro as que poderiam suceder***"[73].

Aristóteles já demarcava a diferença fundamental entre as duas abordagens: enquanto o historiador se ocupa da realidade, o escritor é atraído pela possibilidade. Este deve ser considerado um ponto fundamental para o historiador, quando ele se serve do material literário. Portanto, o olhar do historiador e o olhar do literato são distintos.

Mas a tentativa de aproximação entre ambos, permite a existência de um espaço de intertextualidade, onde o ficcional se deixa penetrar, interrogar e estabelecer relações que se iniciam a partir de sua camada formal e estrutural até chegar à região mais profunda do recorte temático e ideológico que está diretamente ligado ao real social e político. Além disso, existe a relação entre o texto e o contexto no qual a obra se insere. Este contexto histórico-social ao qual o texto ficcional está inserido, não pode ser objeto de desconhecimento. E não se deve esquecer do autor, como interpretante de seu tempo, que faz suas escolhas, tem sua visão da realidade e interpreta-a de acordo com seus interesses e posicionamentos.

---

[73] *SEVCENKO. N., op. cit, p. 21.*

unesp

O que se pretende com este trabalho é a utilização da literatura como fonte para a história como forma de adensar os elementos construtores da narrativa histórica, e como o conceito de operário vai sendo construído pelo imaginário literário.

Essa possibilidade foi proporcionada pela abertura dada pelos Annales, permitindo a utilização de variados enfoques, abordagens e métodos para a produção histórica, inclusive a literatura. A possibilidade História e Literatura foi, portanto, inaugurada pelos Annales.

Ao permitir a pluralização do enfoque da História, a Literatura privilegia muitas vezes a periferia, a marginalidade dos acontecimentos, invertendo a perspectiva tradicional de uma história política ou econômica, justamente o que os Annales preconizavam.

Essa questão de se fazer História, a partir de fontes literárias, descortinou aos historiadores, espaços antes proibidos pela objetividade histórica.

A narrativa como gênero é comum ao discurso ficcional e ao discurso histórico. Sob o traço da narrativa, eles se aproximaram em forma de um diálogo referencial entre os campos da criação e da realidade.

Peter Burke e Paul Veyne estão entre os que desenvolveram estudos sobre a intersemiose entre a História e Literatura, baseados nas propostas de Roland Barthes, e Paul Ricouer.

Para Peter Burke[74], hoje há uma tendência ao retorno da narrativa histórica, mas desde que se empreenda uma mudança da

---

[74] *Cf.* VÉSCIO, L. E., ***Os Annales, a História e a Literatura***. *Bauru: Mimesis, 1995.*

direção do olhar, permitindo que várias vozes apareçam no texto, apresentando perspectivas diferentes.

A terminologia usada por Veyne para estabelecer os elemento da escrita da História é semelhante à da ficção quando se trata da estrutura do texto narrativo. Elementos estruturais da ficção como: personagem, eventos, espaço, trama, narrador, cruzam com o discurso narrativo da história.

Segundo Veyne[75] o que os distingue é que a história tem que ser um relato verídico e a ficção não se limita ao verdadeiro, podendo, no entanto, tomá-lo como motivo de sua construção. O discurso narrativo ficcional particulariza-se na construção de um microcosmo onde seus elementos estruturais se fecham para a construção da obra como uma realidade original e singular. Os elementos estruturados fora da obra não significam nada. Sua significação só faz sentido na trama estabelecida pelo narrador.

Veyne conclui que o texto da história apresenta lacunas e descontinuidade, cabendo ao historiador preenchê-las recorrendo para isso a formas narrativas, inclusive ficcionais. Quando o historiador toma um texto ficcional para buscar esclarecimento sobre os fatos históricos de um determinado período ele percebe que o texto deixa-o penetrar, interrogar e estabelecer relações.

Há, portanto, hoje, um grande esforço para aproximar História da Literatura, inaugurado pelos Annales, enfatizando o que não é oficial, mas os marginalizados, a Literatura pode prestar inesti-

---

[75] *Cf. VÉSCIO, L. E., op. cit, 1995.*

máveis serviços, pois muitos dos temas que ela desenvolve tratam justamente dos excluídos, dos grupos da periferia dos acontecimentos.

Daí a História e a Literatura apesar de serem categorias distintas, cruzarem-se e completarem-se enquanto formas de conhecimento.

"***Quando se lê uma obra de História, a imaginação faz com que o passado se torne visível, num processo de figuração, como se a leitura da narrativa propiciasse uma experimentação. Nesse nível, é a leitura que ficcionaliza a história, por outro lado, a ficção é historizada, quando a narrativa em tempo passado, dá ao leitor a ilusão de verdade, de acontecimento real***"[76].

Usando textos literários é importante que o historiador respeite a autonomia da obra, estabelecendo um diálogo respeitoso e utilizando ao máximo a riqueza do texto para cobrir o que as outras fontes e documentos não registram. Entre a autonomia e a interdependência, funda-se na ficção, o processo de intertextualidade.

O texto ficcional, tanto no nível do autor quanto no nível do leitor, é um diálogo, uma narrativa ficcional e a narrativa histórica não se excluem e mesmo em certos momentos, é possível cruzarem-se e falarem do mesmo tema, embora com objetivos diferentes.

É por isso que a ficção pode invadir o terreno da História e utilizá-la como matéria de criação, bem como a História busca na ficção uma fonte de informação e com isso preencher sua lacunas.

A Literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre

---

[76] *VÉSCIO, L. E., op. cit., p. 13.*

unesp

os planos que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram.

Segundo Foucault, "***o real não se subordina ao possível, o contingente não se opõe ao necessário. Pode-se portanto pensar numa história dos desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das idéias não consumidas***"[77]. É a História dos marginalizados do sucesso dos fatos, mas nem por isso ausentes; eles formavam o pano de fundo humano que deram vida e alimento à literatura, que se ocupou do seu abandono e prostração. Este é o caminho pelo qual a Literatura se presta ao estudo da história social. A leitura dos textos literários nos permite perscrutar o cotidiano, familiarizando-nos com o meio social. É o caso de Gustave Flaubert, que nos dá um panorama da França no século XIX, inaugurando um modo de contar, rompendo com a noção de enredo na narrativa. O que vale é o modo de contar, o modo de construir a narrativa. É a enunciação sobrepondo-se ao enunciado. Obras como *A Educação Sentimental* e *Bouvard e Pécuchet* são exemplos de nossas afirmações.

O olhar do literato do século XIX mostra o homem como ele era, como vivia, para onde ia.

A característica do narrador em Flaubert é o seu olhar, um olhar de cima, capaz de ver tudo e todos, os interiores e exteriores das pessoas, de ler gestos, as palavras e os sentimentos, as intenções, o que está por trás; é o olhar soberano que não se emociona com nada, sem emoções, sem julgamentos, com serenidade, nada o perturba.

---

[77] *Cf. SEVENCKO. N., op. cit., p. 21.*

Por ser uma época de mudanças, o homem do século XIX está cheio de questionamentos, do tipo: quem sou eu? Em que mundo vivo? Para onde vou? E o romance vai tentar responder, como um espelho vai mostrar ao homem quem ele é, qual o seu mundo e que vida vazia está vivendo.

A sociedade do século XIX, não é mais a sociedade aristocrática do século XVIII, onde o homem tinha uma tradição, é a sociedade medida pelo dinheiro, pela riqueza, pois o capitalismo consolidado pela Revolução Industrial está a pleno vapor. É o mundo desencantado e a vida vazia, e a literatura vai mostrar ao homem o absurdo que ele está vivendo. É a perspectiva do realismo: apresentar a vida tal como ela é.

O romance privilegia o espaço interno das casas, o que se acentua no século XIX com a separação do público e do privado. O romance vai dar conta de um fato que a História não se preocupava, que é a vida privada. Até então, ela se preocupava com a vida pública.

Esse novo posicionamento da sociedade burguesa que irá separar radicalmente a vida pública da vida privada. Ela separa os termos da vida privada (último espaço para as relações humanas diretas) e os termos da vida pública (competição, riqueza, negócios).

A vida privada gira em torno de uma casa confortável, bem distante da fumaça da fábrica e do escritório, uma esposa devotada e recatada, o círculo familiar, o gozo das viagens, da arte, da ciência e da literatura.

O romance do século XIX, floresce com essa separação, ele descobre a vida privada para ser explorada. Enquanto a histó-

ria se especializa na vida pública, o romance se especializa na vida privada, no espaço da casa, que vai ser descrita com todas as suas minúcias, em seus mínimos detalhes: mobiliário, enfeites, roupas, as pessoas da família e os empregados.

Flaubert, com sua visão de romancista, procura apreciar o privado e como escritor rigoroso, procura escrever o parágrafo o mais perfeito possível, elegendo um modo de contar, em que o enredo narrativo e a função do herói como personagem de ação propõe uma narrativa que se organiza e se apresenta como texto, em que a ação do narrador, enquanto ação metalinguística é pensar o contar.

Os romancistas do século XIX consideravam-se historiadores da vida privada, dos costumes e da moral, historiadores voltados para o seu tempo. Portanto, o romance do século XIX se torna uma fonte documental do historiador para a investigação da vida privada: desse homem, seu modo de viver, morar.

Em *Paris, capital do século XIX*, Walter Benjamin analisa o mundo privado do burguês dizendo que a moradia é seu mundo de ilusões, o interior é o seu universo e aí ele se torna um colecionador de objetos de arte. O objeto deixa de ter valor de uso, para ter valor afetivo. Ele procura caracterizar a época de Baudelaire enquanto período de *modernização*, com as galerias metropolitanas, a construção das grandes avenidas de Paris (o ideal urbanístico de Haussmann) e o embelezamento da cidade. É o lado público, o desenvolvimento das grandes cidades como conseqüência do processo de industrialização capitalista, no qual as pessoas passaram a ficar concentradas num pequeno espaço de produção. Isso levou ao surgimento de novas ma-

unesp

neiras de viver, sentir e perceber, havendo como que uma evolução histórica dos sentidos.

Em sua visão da História, Benjamin privilegia imagens formadas por Baudelaire, como se fossem a imagem viva da época em miniatura. E Baudelaire, assumia em sua poesia os oprimidos, tanto em suas ilusões, quanto em sua causa. Em seu poema *Abel et Caim*, Caim aparece como o fundador de uma raça que não é senão a proletária, é o antepassado dos deserdados. Ele não conseguiu definir essa raça, mas aproxima-se da definição de Marx: aqueles que não possuem outra mercadoria senão a sua força de trabalho.

Por sua vez, e retomando parágrafos anteriores, o enredo narrativo torna-se função do jornal impresso. Como o século XIX é a época do folhetim, a História portanto chega ao jornal e aí forma-se uma relação: queda do preço das assinaturas – aumento dos anúncios – crescente importância do folhetim. O seu autor vai ao bulevar para trocar idéias com seus colegas e com as pessoas, como uma mercadoria em exibição, como se isso fosse uma parte do seu tempo de trabalho. Comportava-se como seguisse Marx: o valor de toda mercadoria é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

Como a remuneração do folhetim era alta, alguns editores adquiriam manuscritos mas que eram assinados por pessoas de sua escolha, e muitas delas eram escritores famosos que não tinham escrúpulos de assinar tais escritos. Essa remuneração e o grande consumo do folhetim, tornaram alguns escritores famosos entre o público,

unesp

alinharam-se politicamente e foram usados pelo governo, principalmente em época de eleição, aparecendo como candidatos a deputado.

Baudelaire sabia que o que estava acontecendo: o literato se dirigindo ao mercado para encontrar um comprador. Ele mesmo punha o mesmo manuscrito à disposição de várias redações, permitia segundas edições sem caracterizá-las como tais. Isso mostra que ele encarava o mercado literário sem quaisquer ilusões.

A fascinação de Baudelaire pela cidade grande é que ela não o deixava escapar da realidade social, apesar de se sentir embriagado pela multidão. Por isso para ele a cidade grande nunca chega a ser expressa na representação imediata dos seus moradores. O modo direto e a dureza com que um Shelley fixou Londres na pintura de seus habitantes não convinha à Paris de Baudelaire:

> "***O inferno é uma cidade bem parecida com Londres,***
> ***Uma cidade cheia de fumaça e gente.***
> ***Lá tem tudo o que é ruína de gente;***
> ***Diversão (...) tem bem pouca, nenhuma talvez***
> ***Bem pouca justiça, compaixão ainda menos!***"[78]

Baudelaire não trata assim, de modo direto e frio, a cidade de Paris. Entre essa descrição e o flâneur há um véu, e esse véu é a multidão e é justamente ela que o encanta.

O relatório de um agente secreto parisiense, de 1798, mostra bem o que é a vida na cidade grande:

---

[78] *KOTHE, F. R.,* ***Walter Benjamin****. São Paulo: Ática, 1985, p. 86.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

"***é quase impossível recordar e manter os bons costumes numa população amontoada, onde cada um é, por assim dizer, desconhecido de todos os demais***"[79]...

Enquanto muitos escritores do século XIX se limitam ao privado, às quatro paredes, Baudelaire retrata o público, a rua, mas como se ela fosse o privado; pois os parisienses transformam as ruas em interiores, elas são a morada do coletivo que é um ser eternamente inquieto, agitado, que vive entre os muros dos prédios, que experimenta, reconhece e inventa como os indivíduos o fazem entre quatro paredes. A rua se dá a conhecer como o interior mobiliado e habitado pelas massas. A interpretação da rua e da moradia se confunde na Paris do século XIX e na experiência do flâneur.

As ruas movimentadas e barulhentas de Paris se tornam desertas e quietas de madrugada. Para Charles Dickens[80], o barulho delas era indispensável para o andamento da sua produção literária. Ele reclamava do silêncio das montanhas suíças, que prejudicavam o seu trabalho.

Para Baudelaire o espetáculo da pobreza o emociona, por ser justamente esta população o pano de fundo ante o qual se configura a silhueta do herói. A este quadro ele denominou: *la modernité*, e o seu verdadeiro sujeito é o herói. Um herói que tem a capacidade de decidir e de se entregar às paixões, em contraposição ao herói romântico que se entrega à renúncia e dedicação. O herói da modernidade será para o autor *um caleidoscópio dotado de consciência.*

---

[79] *BENJAMIN, W., **Obras completas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 187.*

[80] *Cf. BENJAMIN, W., op. cit., 1989.*

O herói moderno de Baudelaire é o proletário, que ele compara ao gladiador da antigüidade: o trabalho do primeiro e a busca do aplauso e da glória pelo segundo.

Baudelaire inaugura um modo de tratar a poesia: ele pensa em como fazer a poesia. Por isso ele não evoca em seus versos a caducidade e a fragilidade de Paris. A multidão para ele é sempre da cidade grande e a sua Paris é sempre superpovoada.

É justamente sobre a multidão que Baudelaire passa a concorrer com Vitor Hugo. Dos três poemas a ele dedicados nos *Tableaux parisiens*, um começa com a invocação da cidade cheia de gente: *a cidade fervilhante, cidade repleta de sonhos*. Bem diferente da Londres de Shelley.

Hugo[81] abriu o tema da multidão para a lírica e ela aparece em sua poesia como um objeto de contemplação.

Enquanto para Hugo[82] o modelo da multidão é o oceano, para Baudelaire é o burburinho da cidade grande. Para ele a multidão nunca foi um estímulo que fizesse lançar nas profundidades do mundo a sonda do pensamento, ao contrário, de Vitor Hugo que escreve: *as profundidades são multidões*, para ele a multidão é uma criatura híbrida, disforme, sobre-humana.

Walter Benjamin[83], entende a narração como uma das mais antigas formas de comunicação. Esta não visa como a informação, comunicar o puro em si do acontecimento, mas o faz penetrar na vida do relator, para oferecê-lo aos ouvintes como experiência. Ai se

---

[81] *Cf. KOTHE, F. R., op. cit., p. 87.*
[82] *Cf. BENJAMIN, W., **Textos escolhidos. Os Pensadores**. Vol. XLVIII, São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 37.*
[83] *Idem, ibidem.*

unesp

imprime o sinal do narrador, como o da mão do oleiro no vaso de argila.

A extensão real do reino da narrativa não pode ser compreendida em toda a sua dimensão histórica, sem levar em conta a interpretação dos tipos arcaicos da narração. Na Idade Média, ela foi especialmente frutífera, graças à regulamentação das profissões da época. Se agricultores e marinheiros foram os antigos mestres da arte de narrar, os artífices medievais constituíam o conjunto mais destacado desta arte. Ligava-se então a noção das terras estrangeiras, importada pelo antigo vagante, agora mestre, ao conhecimento do passado tão do agrado do indivíduo sedentário.

Com a chegada do romance, a narrativa entra em decadência, mas como o romance depende do livro, a sua divulgação está relacionada à invenção da imprensa. O romance se distingue das outras formas de literatura em prosa, cuja procedência é a tradição oral. A matéria narrada pelo narrador vem da experiência própria ou relatada que, por sua vez, se transforma na experiência dos que ouvem a estória. Demorou séculos para que o romance em gestação encontrasse na burguesia em formação, os elementos necessários ao seu florescimento.

A narrativa oral tal como se desenvolveu durante muito tempo no círculo dos ofícios mais diversos, do agrícola, do marítimo e depois, do urbano é, por assim dizer uma forma artesanal[84] de comunicação. Ela revelará sempre a marca do narrador.

---

[84] *Cf. BACKTHIN, M.,* ***Questões de Literatura e estética****. São Paulo: Hucitec e Edunesp. 1998.*

unesp

Diferentemente, o historiador explica os acontecimentos que registra, ele não se contenta em mostrá-las como modelares da evolução do mundo, que é exatamente o que o cronista faz.

Na narrativa oral conservou-se o cronista em forma modificada.

Quem presta atenção a uma estória, está em companhia do narrador e este terá sempre as suas raízes no povo, em primeiro lugar nas camadas artesanais.

Jean Starobinski também faz reflexões sobre a história e a literatura, afirmando que "***uma obra é um ser e um material; um ser que espera o encontro e um material que aguarda um trabalho***".[85]

Segundo ele, para se observar o interior de uma obra, as correlações de formas, de imagens, de fatos estilísticos, etc... é preciso colocar-se fora dela e submetê-la a uma leitura criteriosa.

É o intérprete que deve decidir se a sua investigação é sobre um livro, um poema, ou dar mais importância a época histórica ou ao gênero literário.

O texto é um objeto vigoroso, uma totalidade relativamente limitada, cujos elementos constitutivos podem ser relacionados uns com os outros. Ele representa para o discurso interpretativo, um ponto de referência indispensável. No entanto pode ser mal interpretado, excessivamente interpretado ou não ser suficientemente observado.

---

[85] *STAROBINSKI, J., **A literatura: o texto e seu interprete. In História: Novas abordagens**. Rio Janeiro. Francisco Alves, 1988, p. 137.*

unesp

Por outro lado, a análise interna não impede que se considerem os dados externos. A escolha de um tempo, na mesma forma que abre uma região intratextual, determina também a existência de um mundo exterior. Portanto, a atenção que se presta ao interior nos traz ao exterior.

Para os historiadores da língua, a palavra "***interpres***"[86], em sua origem designa o intermediário de uma transação, aquele que zela para que a mercadoria passe de uma mão para outra mediante o pagamento de um preço justo. Ele portanto, garante uma *passagem*, ou seja, que a mercadoria chegue ao seu destino em perfeitas condições e mediante o pagamento de seu valor exato.

Transpondo para o verbal o interprete é o agente de uma *passagem* (de uma a outra língua) e responsável pela construção da mensagem, o que significa dizer traduzir. Essa ação de leitura e tradução é ação de interpretação, isto é, é ação de mediação regulada pela experiência, pelas associações, pelo raciocínio e pela linguagem.[87] É a própria produção de um outro, pois representação.

Apesar da liberdade de escolha, ela não se separa dos instrumentos e da língua de que dispomos e esses instrumentos e essa linguagem, vieram do passado, de uma história. Por maior que seja a liberdade para escolher os nossos objetos e os nossos métodos, só o podemos fazer recorrendo à linguagem e aos instrumentos que a História nos transmitiu.

---

[86] *Cf. STAROBINSKI, J., op. cit., p. 141.*

[87] *Cf. FERRARA, L. D'Aléssio., **"A ciência do olhar atento"**. IN: Olhar Periférico, SP, Edusp, Fapesp, 1993*

Paul Ricoeur também escreveu sobre o tempo e a narrativa afirmando que o tempo histórico tem um duplo valor: "***o tempo dos fatos realmente ocorridos e o tempo dos discursos que narram esses fatos***".[88] Para ele, o passado deve ser salvo do esquecimento através do relato. Como das ações passadas só restam traços o historiador deve transformá-los em documentos através da coleta, seleção e crítica.

Segundo Ricoeur, "***representar o passado é construir um ícone - não uma imagem - cópia, mas uma espécie de modelo, onde o relato proposto vale por ..., faz às vezes de ... esse ausente da história que é o passado. Essa relação de representação, de lugar-tenência, é inerente a intencionalidade do conhecimento histórico e justifica o duplo sentido da palavra história***"[89].

Mas o desdobramento do termo História, é acompanhado do desdobramento da palavra tempo, na expressão do tempo histórico. Existe de um lado o tempo coletivamente vivido pelos homens do passado e, de outro, o tempo de seu relato.

No primeiro sentido da palavra, o tempo histórico sem se igualar ao tempo cósmico, é mais amplo que o dos mortais: é o tempo dos povos, nações, entidades sociais em geral, mais duradouros que as vidas individuais.

Esse tempo histórico é correlato ao tempo implícito na narração dos acontecimentos. Na verdade, relatar toma tempo e, sobretudo, organiza o tempo. Esse tempo configurado, é estruturado em tramas que combinavam intenções, causas e acasos. A ele corresponde

---

[88] *RICOEUR, P., **O tempo relatado**. IN: Correio da Unesco, 1951, p. 7.*
[89] *Idem, ibidem, p. 7.*

unesp

o tempo dos personagens do relato, que se incorpora simultaneamente à trama. Assim, os atores da história recebem uma identidade singular: a identidade narrativa. Essa narrativa é, no entanto, uma construção, uma ação do imaginário do historiador.

Torna-se então, possível, vincular as duas facetas do tempo histórico. O relato pode conferir às entidades históricas que são os povos e as nações, uma identidade narrativa comparável à dos personagens de um relato. Essas comunidades tornam-se heróis coletivos de tramas que se desenrolam na escala do tempo histórico. Entre o tempo dos fatos ocorridos e o tempo do relato histórico existe a mesma relação simbólica que converte a história narrada em representação do passado extinto. A história narrada substitui a história coletivamente vivida[90].

Segundo Mircea Eliade, historiador romeno das religiões, dizer que "***o homem vive num tempo histórico irreversível, é um reducionismo que ele se recusa a aceitar, por que o homem vive também em um tempo não histórico: o tempo dos sonhos, o tempo do imaginário, ...***"[91].

Se por um lado o positivismo trouxe a *fidelidade*, isto é, o historiador tinha a ilusão de se manter fiel à integridade do fato, ele não podia inventar, tinha que conseguir o máximo de fontes (documentos oficiais, arquivos, etc.) para provar a fidelidade do discurso, isso acabou delimitando as fontes que podiam ser usadas, isto é, as oficiais.

---

[90] *Cf. RICOEUR, P., op. cit.*
[91] *Eliade, M., **in Temps libre nº 2, versão de Trad.** Maria Inês Rolin. 1981.*

unesp

Daí o fato de a História positivista ter sido atacada pelos historiadores das mentalidades, pois para eles tudo pode ser fonte histórica. O motor da história é o homem enquanto ser humano, enquanto elemento que pensa, que determina os comportamentos e evidencia uma série de fatores, não só o político ou o econômico como fazia o marxismo. O todo do homem é que forma a sua mentalidade; é uma visão ampla das fontes, para aproveitar o máximo dos recursos, o que se vê e o que não se vê. Começa a se consolidar a história como discurso, como texto e, por conseqüente interpretação, problematização.

unesp

4.1 – A Vida do Operário pelo Olhar da Literatura e Pintura

Tendo como base a obra de Émile Zola, *Germinal*, o objetivo deste capítulo é elaborar uma narrativa situando-a na brecha do texto ficcional e a sua interpretação acerca do cotidiano operário. Como a ação narrativa da obra passa-se no interior da França, numa região carbonífera, no final do século XIX, o enfoque é a vida dos miseráveis operários mineiros e suas respectivas famílias. É, portanto, uma narrativa explicativa transitando entre o verbal e o não-verbal, que se pretende desenvolver, uma vez que os documentos vistos, lidos e analisados são literatura e pintura.

Devemos esclarecer, no entanto, que esta é apenas uma tentativa, um exercício, um rascunho que não se pretende total, muito menos global.

Tendo o acontecimento e o tempo, elementos indispensáveis à construção da narrativa e ponto de contato entre ficção e história, o narrador denuncia os conflitos e a miséria de uma vila de operários mineiros, cujo salário é insuficiente à sobrevivência, revelando o seu cotidiano (como tempo das repetições e lentidão da vida). Ao mesmo tempo, o leitor acompanha a expansão capitalista representada pelos dirigentes da mina; sua vida burguesa, sua moradia, alimentação e discurso, em que a exploração do trabalhador e sua pobreza são consideradas normais.

Antes do século XIX, a mina é considerada uma parte subordinada da vida industrial. A propagação da mineração é acompa-

unesp

nhada de uma perda de forma generalizada em toda a sociedade: uma degradação da paisagem e uma desordem do meio comunal.

A agricultura cria um equilíbrio entre a natureza selvagem e as necessidades sociais do homem, restaura o que o homem subtrai da terra. O campo de cultivo, o pomar, a horta e o jardim, são exemplos de um propósito disciplinado, de um crescimento ordenado e têm a sua beleza. Já a mineração é destruidora, seu produto é desorganizado e inorgânico, o que se extrai do veio ou da pedra não pode ser recolocado. As minas passam rapidamente da riqueza à exaustão e, daí, ao abandono, dentro de algumas gerações. A partir de 1830, o ambiente da mina, antes restrito ao seu sítio original, é universalizado pela ferrovia.

Na região enfocada pelo texto, muitas fábricas e minas estão paralisadas em virtude de uma crise geral do capitalismo industrial do final do século XIX, caracterizada pela super-produção e concorrência, provocando desemprego e preocupação na população.

A narrativa ficcional apresenta elementos caracterizadores que possibilitam um recorte mais profundo, apontando circunstâncias de tempo, lugar, tipo e problemática social. A obra suplanta o espaço da ficção, permitindo a recuperação de traços de uma realidade do ponto de vista da história.

Os elementos dessa realidade situam-se temporariamente no final do século XIX, e relativos ao governo de Napoleão III, época da sua malfadada intervenção no México, que leva a França a uma crise que se torna mais aguda em função da crise geral do capitalismo do final do século.

unesp

A narrativa privilegia especialmente, a vila dos operários mineiros Deux-Cent-Quarante e algumas pequenas cidades da região carbonífera e o drama das famílias com seus medos, angústias, apatia, constrangimentos e desapontamentos diante de uma situação que eles não sabem como mudar e aceitam resignadamente. A apreensão da realidade, se faz pela sensação de impotência de uma vila que sente o peso da exploração capitalista através da presença de funcionários graduados, uma vez que o patrão é uma entidade desconhecida e distante.

A mina e seu quadro de funcionários e trabalhadores, o trabalho rudimentar ao qual estão acostumados que parecem não perceber a árdua jornada diária, não se protesta, não há revolta, é uma rotina seguida há anos, até a chegada de uma forasteiro, que também vai trabalhar na mineração e resolve tirar o pessoal do marasmo em que vive e trabalha. Como o recém-chegado não é minerador, inicialmente ele estranha a dureza do trabalho, mas assim que a rotina se instala, ele também se acostuma e só se revolta porque a exploração torna-se insuportável.

Aos poucos, vão surgindo os elementos do universo cotidiano dos trabalhadores que moram na vila e trabalham na mina; os principais elementos que se destacam desse universo, fazem parte de uma semântica comum à classe dos operários pobres que, na sociedade contemporânea apesar de terem emprego e moradia, não ganham o suficiente para sobreviver. A pequenez, a impotência, o conformismo se fazem presentes nesse universo de explorados e exploradores.

unesp



Figura 01

Pão, café, manteiga, batata[92] são signos que apontam para um contexto social comum à classe que sobrevive ao conflito entre a carência e a remota possibilidade de superá-la; representam uma condição de miseralidade, sendo também traços de origem, e da miséria que viviam como camponeses. Enfim, a *obra Os Comedores de Batatas* é ícone do processo de migração campo-cidade e da transformação social do camponês em operário. Os signos emergem denunciando não só as condições físicas e sociais, mas também as condições psíquicas dos trabalhadores, capazes de revelar um conteúdo que vai

[92] *Figura 1: VAN GOGH, V., "**Os comedores de batatas**" in Walter, IF. Vicent Van Gogh. 1853/90 – Visão e realidade. Köln: Taschen, 1990.*

unesp

além da ficção, uma realidade histórica: embora labutem numa interminável jornada diária, são operários que não conseguem o suficiente para alimentar razoavelmente toda a família.

Este texto de Zola nos permite várias abordagens do cotidiano dos trabalhadores e pode ser explorado a partir de eixos temáticos como: maneira de viver, de morar, de comer, de vestir, os valores morais e éticos, a sexualidade, a higiene, as brincadeiras das crianças, o olhar do burguês em relação a eles e vice-versa e as relações de trabalho.

unesp

4.1.1 - Maneira de Viver



Figura 02

Os operários mineiros do interior da França vivem numa aldeia chamada Deux-Cent-Quarante, composta de quatro grandes corpos de pequenas casas geminadas[93], cujas paredes são tão finas que todos conhecem detalhes íntimos da vida dos outros; os edifícios da caserna, o hospital, três largas avenidas divididas em jardins iguais. Tudo rodeado por campos de trigo e beterraba, minas de car-

[93] *Figura 2. PISSARRO, C., "**Rua de Pontoise no Inverno**". IN: Gênios da Pintura, São Paulo: Abril Cultural, vol. 54.*

vão (razão de viver e a aldeia) e galerias abandonadas de antigas minas desativadas.

Com a máquina a vapor, a mineração de carvão teve o seu *boom* a partir de 1830, como principal fonte de energia. A exploração carbonífera se espalha, mas nas áreas onde a prospecção é em pequena escala as cicatrizes causadas são facilmente curáveis e os montes de restos são escondidos pelas árvores e pela vegetação. A vida nas aldeias dessas áreas menores chega a ser até melhor do que nas grandes explorações. Se bem que em termos humanos, as piores características do sistema fabril como as longas jornadas de trabalho, o trabalho monótono, os salários baixos, o mau uso do trabalho infantil estão presentes em toda parte.

A vida se passa entre o trabalho, a casa, a família o lazer nos fins de semana e feriados. Levantam-se de madrugada (quatro horas), vão para a mina (homens, mulheres, crianças, velhos indiscriminadamente), voltando no meio da tarde. "***O cuco da sala do-rés-do-chão deu quatro horas, mas ninguém se moveu... Bruscamente, Catherine levantou-se. No seu cansaço, ela tinha pela força do hábito, contado as quatro badaladas... fez um esforço desesperado. Espreguiçava-se, crispava as mãos nos cabelos ruivos...***"[94]. Chegando em casa, após o trabalho, alimentam-se, banham-se, as crianças vão brincar, as moças(os) vão passear, os homens sentam-se nos calcanhares à frente das casas para conversar, ou vão à taberna tomar um copo de cerveja, ou ainda cuidam do jardim e da horta, que fornece os le-

[94] *ZOLA, E.,* ***Germinal****. São Paulo: Abril Cultural, 1972, p. 22/23.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

gumes para a alimentação da família. Cada um procura passar o tempo até chegar a hora do jantar.

Na aldeia também funciona uma escola para as crianças e a igrejinha de tijolos, onde há missa aos domingos; há também o hospital e o médico a serviço da companhia mineradora. Mas ninguém se incomoda em mandar os filhos para a escola, as faltas são freqüentes e geralmente preferem trabalhar a estudar. A Igreja também é pouco freqüentada, pois o padre não se incomoda em minorar o sofrimento e a pobreza dos moradores; a indiferença dele é respondida com a indiferença dos mineradores. Ao longe, no campo aberto, sente-se o cheiro da cebola usada na culinária mineira, que está impregnado de tal maneira nas casas. Trata-se de um cheiro rançoso de cozinha de pobre.

A aldeia faz parte das estratégias bem definidas surgidas no século XIX, para fixar os trabalhadores ao próprio local de trabalho. As casas pertencem à companhia mineradora, o principal merceeiro montou seu negócio com o apoio da empresa, era um sutil sistema de endividamento, que consiste em cobrar aluguel, de dívida no comércio, formando em torno disso um discurso de moralização operária.

Nas habitações industriais, existem certas características comuns: quarteirão após quarteirão repete a mesma formação de casas iguais de parede-meia, feias, dando um ar triste às ruas sujas, com pouco espaço para as brincadeiras infantis e pequenos jardins descuidados. A mesma falta de coerência e de individualidade em relação à vizinhança, uma aparência melancólica e deprimente. Até o

unesp

final do século XIX, a casa do trabalhador não sofreu qualquer modificação, principalmente no que se diz respeito a comodidade.

Todos os melhoramentos, tais como, encanamento de ferro, privada aperfeiçoada, iluminação e fogão a gás, banheira com encanamento, rede de distribuição de água e de coleta de esgoto só estão disponíveis para a classe média e superior.

O próprio século que se vangloria de suas conquistas mecânicas e científicas, deixa ao acaso os processos sociais, como se a criatividade tivesse se esgotado nas invenções científicas e não fosse capaz de dar atenção às necessidades humanas.

Mesmo nos grandes centros urbanos como Paris, os operários vivem empoleirados. Apesar da construção das vilas operárias dos familistérios, falanstérios, a vida dos operários é vigiada pelo zelador, pessoa de confiança do dono da fábrica, e as condições de vida são quase sub-humanas.

Não há centros reais nessa aglomeração urbana, nem instituições capazes de unir os seus membros numa ativa vida urbana. Eles são incapazes de produzir arte, ciência ou cultura e incapazes até mesmo de importá-las de outros lugares. Vivem afastados na periferia.

Essa organização da vida do operário está intimamente associada às duas concepções de natureza física e social que dominam a mentalidade do séc. XIX: a natureza como sublime e a natureza como pitoresco. Para o sublime, a natureza é algo amedrontador, selvagem, perigosa. Para o pitoresco, a natureza deve ser adequada a vida, fazer parte do interior.

unesp

No caso, o operário e seu modo de vida estão no seio da concepção de natureza como sublime, por isso devem ser isolados na periferia das cidades[95].

A noite sobre a aldeia carbonífera é negra, tal como a cor das roupas, das mãos e pés dos trabalhadores. Ao lavarem as mãos deixam uma beirada de gordura nos recipientes, além do odor do carvão. Sombrio, descolorido, acre e mal-cheiroso, assim é o ambiente industrial. Não existe precedente na história escrita de pessoas vivendo em ambientes tão degradantemente deteriorados.

[95] *Cf.* ARGAN, G. C., ***Arte Moderna 1770-1970***. *São Paulo: Companhia das Letras, 1992.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

4.1.2 - Maneira de morar

Zola descreve tão minuciosamente o ambiente familiar, o que constrói quase uma imagem visual da casa miserável, dos poucos móveis e enfeites. Enfim, da extrema pobreza que os rodeia. Descreve cada cômodo, janelas, escada, a posição dos objetos e o que se vê a partir da janela e da porta da rua.

Paga-se ao proprietário da companhia um aluguel de seis francos por mês pela moradia e cada família recebe um carvão de má qualidade para uso. A casa assobradada possui no primeiro andar um quarto, um patamar e um cubículo. O quarto é quadrado, com duas janelas, uma porta, três camas, um armário, duas cadeiras de nogueira velha, uma moringa e um alguidar usado como bacia. Aí dormem sete pessoas: à noite, dois irmãos(as) em cada cama, de manhã ao se levantarem para trabalhar a cama desocupada é usada pelo avô que trabalha no turno da noite na mina. É iluminado por uma vela, abafado e com cheiro rançoso devido ao amontoamento de pessoas. Essa deterioração do ambiente está tão difundida que as pessoas se tornam insensíveis a ela. É comum o sistema de um quarto para cada família, o amontoamento de camas com três e até oito pessoas de diferentes idades dormindo no mesmo catre, agrava o congestionamento de pessoas nos quartos. As roupas de uso diário ficam penduradas em pregos afixados na parede pintada de amarelo-claro. No cubículo dormem os pais e o bebê: uma cama para o casal e um berço para a menina de três meses.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

A sala, no andar térreo, é ao mesmo tempo cozinha, grande com paredes pintadas, muito limpa, com o chão lavado e forrado de areia branca. É de um asseio flamengo, como diz Zola em seu texto.

As janelas são costumeiramente estreitas, a luz interior, insuficientes. Ao se construir, não se leva em conta a incidência da luz solar e a direção dos ventos. Essas casas são a padronização da degradação e com um agravante adicional: as plantas e o material de construção são de péssima qualidade e, geralmente, sem alicerce, encravadas no solo.

Com relação ao mobiliário do interior o quadro da moradia dos trabalhadores atinge o nível mais baixo: um guarda-comida de pinho envernizado, mesas e cadeiras da mesma madeira; as paredes são enfeitadas com retratos do imperador e da imperatriz (distribuídos pela companhia), figuras de soldados e santos onde predomina o dourado e um relógio cuco. O fogão é de ferro com uma grelha no meio e dois fornos. O maior bem da família é uma caixa de cartão cor-de-rosa que fica em cima do guarda-comida, presente do marido para a esposa. Os efeitos da pobreza são agravados pela decadência generalizada em relação ao mau gosto, o que acentua o empobrecimento do ambiente. Até mesmo as relíquias religiosas são de uma baixa qualidade material e *industrial* que chegam às raias da profanação. Com o tempo, o gosto pelo feio tornou-se arraigado. Deve-se lembrar que a noção de bom gosto, mau gosto, feio e bonito são conceitos que nascem com o processo de industrialização. Bom gosto significa participação de uma cultura aristocrática, enraizados na cultura clássica. Bonito e bom

unesp

estarão no mesmo paradigma de proporcionalidade, simetria, harmonia e nobreza material[96].

Cada casa possui[97] um jardim e um quintal onde alguns cultivam uma horta com batatas, feijão, ervilha, couve, alface e até alcachofra; para cada quatro casas há um poço e no fundo um barracão com as gaiolas das criações: galinhas e coelhos.

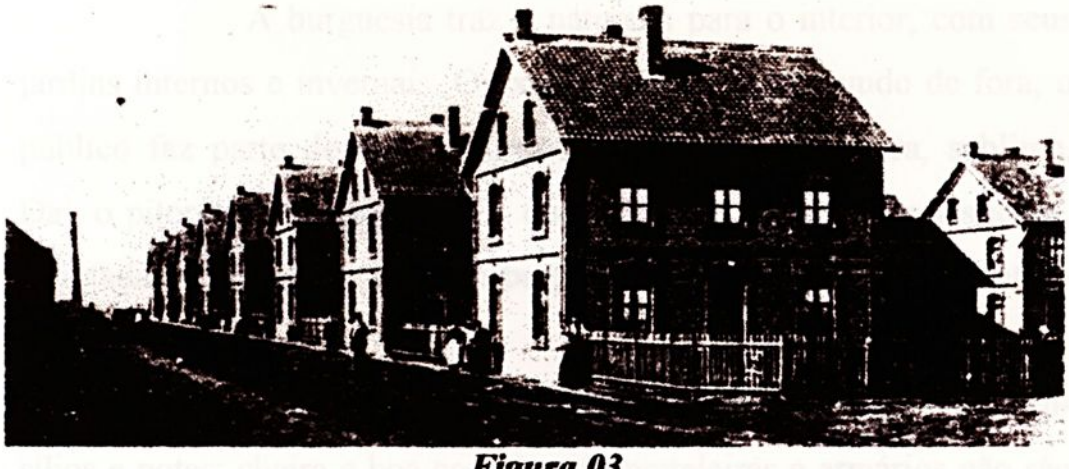


Figura 03

Mais uma vez visualiza-se a obra de Van Gogh, *Os Comedores de Batata* (na figura) um) O pintor retrata uma sala-cozinha, rústica, com seu madeiramento aparente, poucos móveis, o fogão, o lampião e os poucos enfeites nas paredes (um relógio e um quadro religioso). É o retrato da pobreza, da atmosfera opressiva e triste de um lar de trabalhadores, que apesar das condições habitacio-

---

[96] *Cf. DOFLES, G., **Le oscilazione del gusto**. Torino, E. Inaudi, 1970.*

[97] *Figura 3: "**As Minas de Bruay**", 1889. É a paisagem clássica da vida operária mineira: uma rua retilínea, terminando no poço da mina, casas iguais, geminadas, com um jardim minúsculo; é o sistema habitacional do final do século XIX para assentar trabalhadores. IN: M. Perrot, op. cit., 1992, p. 111.*

nais aceitam-nas sem reclamar. A força desse quadro de Van Gogh é talmente grande que, apesar de ser relativa a fase em que o artista pinta cenas campestres, ela é o emblema para todos os historiadores do séc. XIX, da vida operária.

O contraste da casa dos burgueses é gritante: moram fora da aldeia, em casas espaçosas, rodeadas por alguns hectares de terra onde são cultivados um pomar e uma horta, tudo rodeado por um bem cuidado jardim. Os serviços domésticos são realizados por empregados: cozinheira, camareira, cocheiro e jardineiros.

A burguesia traz a natureza para o interior, com seus jardins internos e invernais. O exterior, portanto, o mundo de fora, o público faz parte de uma natureza social amedrontradora, sublime. Daí, o pitoresco inserir-se numa concepção de natureza domesticada, adaptada ao homem e ao gosto burguês, como já explicitamos anteriormente.

A cozinha é grande e asseada, cheia de caçarolas, utensílios e potes; cheira a boa comida e as prateleiras e armários não são suficientes para guardar as provisões ao contrário dos mineiros, em que um único guarda-comida está sempre vazio. Mesmo assim, não se pode evitar o cheiro da pia e das latas de lixo sem tampa. (o odor do carvão não é tão desagradável, mas o homem familiariza-se com os maus odores que se torna insensível a eles). Por isso, também a cozinha da casa burguesa é afastada do espaço social. Por sua vez, a perda do gosto atinge o paladar e a discriminação das cores. A perda do paladar faz com que pessoas de melhor condição comam produtos enlatados sem perceber a diferença com os frescos; as cores escuras, só-

unesp

brias e as combinações mais tristes, são preferidas às cores puras e vivas, pois as primeiras estão associadas à idéia de *decôro*.

No século XIX houve um aumento de atenção em relação aos odores sociais. Os hospitais, as prisões e todos os locais de amontoamento confuso deixam de monopolizar a análise olfativa e uma nova curiosidade convida a desentocar os odores da miséria, a descobrir o fedor do pobre e de sua toca. É um deslizamento tático do espaço público para o espaço privado. Chegou a hora de acuar a infecção para e no interior da casa do pobre.

O odor do outro transforma-se num critério de distinção social. Pelo odor se distingue os burgueses e os pequenos burgueses, os camponeses e as cortesãs. Os odores individuais da transpiração são reveladores da identidade profunda do eu. O burguês tem repugnância pelos fortes odores do povo e pelo perigo de infecção que sua simples presença comporta. A ausência do mau cheiro distingue o burguês do povo trabalhador. A acentuação da repulsa olfativa diante do operário aparece com evidência na narração dos médicos e dos visitantes dos pobres. Para o médico, o domicílio do cliente é um local de suplício cotidiano.

Na moradia burguesa os cômodos são amplos, arejados, confortáveis, enfeitados; separados de acordo com a sua utilização: sala-de-jantar, escritório, os quartos localizados em outra ala, geralmente separados por corredores. O espaço de representação tende a ser dissociado do espaço da intimidade. O quarto individual torna-se uma exigência comum da pequena burguesia que irá como se sabe valorizar todo e qualquer aspecto da vida privada (no interior da mo-

unesp

radia, até os aspectos macros da sociedade) e dará início a tirania da intimidade.[98]

A insistência olfativa da obra de Zola é considerada como procedimento característico do escritor naturalista; sua descrição dos odores dos locais públicos e privados, da casa do pobre e do rico, reflete o fantasma do discurso higienista. Este discurso é a tese do primeiro projeto de urbanização, o plano Haussmann, em Paris. Higienizar e Extirpar são os signos que irão ser trabalhados: das largas avenidas, *os arrondissement*, e, principalmente extirpar do centro todo e qualquer tipo *infecto* social.[99]

As casas burguesas são habitadas pelos dirigentes das minas ou acionistas; alguns não gostam de ostentar e o ambiente interior é asseado sem ser luxuoso; outros já transformam o interior carregado de enfeites num verdadeiro palacete.

A casa é um elemento de fixação, daí o papel das vilas de trabalhadores na estratégia patronal de formação de uma mão-de-obra estável e é também o alvo dos médicos propagadores da higiene pública que querem o desamontoamento para salvar os trabalhadores das doenças e do alcoolismo.

---

[98] *Cf. SENETT, R.., **O declínio do homem público. As tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.*

[99] *Cf. CORBIN, A., **Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia da Letras.*

4.1.3 - Maneira de comer

No século XI causa escândalo a chegada de uma princesa de Bizâncio para casar-se com um Doge de Gênova, trazendo um garfo na bagagem. É o choque dos costumes ocidentais ainda semibárbaros e rústicos com os do Império Romano do Oriente, mais refinados e cultos. Escândalo porque na Itália e na Europa só se conhece como talher, a faca; que nem se poderia definir como utensílio de mesa devido ao seu múltiplo uso: cortar carne, levar os alimentos à boca, palitar os dentes, matar um animal ou um homem, cortar uma corda ou um galho, enfim, é arma e ferramenta. Mais que talher, faz parte da indumentária do homem, cada um leva consigo a sua faca.

O garfo da princesa causa escândalo, um sacerdote acusa-a de ímpia, ela é insultada e como logo vem a morrer, considera-se que Deus a castigou por sua soberba.

Os costumes que chamamos de *boas maneiras* custam a se implantar no Ocidente, mas a partir do século XIII já aparece nos documentos uma crescente preocupação européia em refinar os costumes[100].

Numa corte alemã do século XVII, calcula-se que cada pessoa consumia por dia um quilo de carne, sem contar a caça de pequeno porte, aves e peixe. Esse fenômeno europeu, é o que tornará também o leite considerado bebida de criança; legumes, comida de pobre, daí o fato de os grandes senhores sofrerem de gota e pedra na vesícula, pela falta de vitaminas A e D e morrerem mais cedo. Ao pas-

---

[100] *Cf. RIBEIRO, R. J., A etiqueta no Antigo regime: do sangue à doce vida. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 11/12.*

unesp

so que os servos, por comerem raízes e legumes, terem uma vida mais longa.[101].

Não é só a carne que é escassa na mesa do pobre trabalhador, é toda a alimentação[102], desde o café da manhã que consiste em café, ou seja, água açucarada passada na borra já usada (até três vezes) e engrossada com chicória; pão, manteiga e queijo (quando tem), mas como esse geralmente é o almoço dos que vão para as minas, não pode ser servido para todos senão fará falta. Os trabalhadores mineiros levam o sanduíche guardado nas costas, entre a camisa e a jaqueta, formando uma corcunda; o café vai no cantil.

"***Catherine refletia diante do guarda-comida aberto. Só havia um pedaço de pão, suficiente queijo fresco e apenas uma migalha de manteiga. E com isso teria de preparar comida para os quatro... cortou o pão, cobriu uma fatia com queijo, a outra com manteiga e depois colou-as, era o "engana fome" do mineiro...***"[103].

Em geral para comer usam pratos de sopa e colher, a faca é usada somente para a carne. A batata comem com a mão, tirando a casca que é avidamente disputada no chão pelas crianças.

O bebê é amamentado pela mãe, quando esta sai e não pode levá-lo, o que é raro, é enganado com água açucarada, o dedo da irmã ou o seu seio seco. Ele é amamentado em qualquer lugar, com mostra a tela de Daumier e a passageira pobre do vagão de terceira classe, que está superlotado.[104]

---

[101] *Cf. op. cit., p. 14.*
[102] *Cf. Figura 1.*
[103] *ZOLA, E., op. cit., p. 29.*



Figura 04

Pode-se visualizar também a alimentação e a maneira de comer dos trabalhadores na tela *Os comedores de batatas*, de Van Gogh[105], em que a família se reúne em torno de uma travessa de batatas e uma chávena de chá. Todos se servem na mesma travessa, não há pratos individuais, apenas o garfo e a mesa sem toalha.

Nas casas burguesas, a comida é abundante no café da manhã, com bolo e chocolate, tudo servido na mesa da sala de jantar, coberta por uma toalha branca. Recebem visitas para almoço e jantar, servem pratos variados como *hors-d'oeuvre*, ovos trufados, trutas do

---

[104] *Figura 4: DAUMIER, H., "**O vagão de terceira classe**", IN: Gênios da Pintura. Vol. 55. São Paulo: Abril Cultural.*
[105] *Figura 1, op. cit.*

rio, perdizes assadas, acompanhados de bom vinho e a sobremesa de maçãs cobertas de merengue, frutas (uvas e pêras), café e licor. Com pratos, talheres e cálices individuais.

Como se vê, os costumes refinaram-se entre os burgueses, mas entre os trabalhadores pobres, continuam rústicos, apesar de estarem no século XIX.

unesp

4.1.4 - Maneira de Vestir

As mulheres que trabalham nas minas vestem-se como homens: calças compridas, camisa e jaqueta, pano na cabeça, meias grossas de lã e tamancos, que são tirados quando chegam da mina, pois trabalham descalços. As donas-de-casa usam saias e batas e também tamancos. Essas roupas de uso diário são em geral velhas e remendadas, o que não as diferenciam muito das roupas de sair: vestidos, calças, suéter de lã, desbotados e puídos. Para dormir usam camisola, tanto os homens como as mulheres.

As roupas de baixo são raras. As mulheres usam touca na cabeça. Alguns possuem sapatos que usam o máximo possível e consertam em casa, para economizar. Van Gogh retrata muito bem a maneira de vestir dos trabalhadores pobres, mostrando suas roupas grosseiras, as toucas nas mulheres e os bonés nos homens[106].

As telas de Daumier também nos permitem visualizar o traje das mulheres, principalmente, ao retratar a vida cotidiana, como "***O banho das moças***"[107], onde apesar de não dar grande relevo aos detalhes e insistir *no chiaroscuro* dos artistas holandeses, revela-se a pobreza da roupa. Em "***A lavadeira***"[108], o motivo da tela é a miséria que acompanha toda a existência das pessoas da infância à idade adulta. A figura da lavadeira, levemente inclinada, modula-se com o volume curvo da menina. O traje dos trabalhadores pobres também se faz presente em *O vagão de terceira classe*, onde as figuras monu-

---

[106] *Figura 1, op. cit.*
[107] *Figura 5: DAUMIER, H., "**O banho das moças**", IN: op. cit.*
[108] *Figura 6: Idem, ibidem*

unesp

mentais simbolizam com o seu peso tonal e de volume, o peso da miséria que lhes estrangula a vida. Da criança que a mãe carrega à anciã encarquilhada, de uma geração a outra a penúria renova-se implacavelmente. O teto negro parece pesar sinistro, sobre os viajantes, ao passo que as figuras em segundo plano, que não utilizam a terceira classe, dão as costas a essa miséria humana. Estão em outra esfera da escala social e o seu traje com as cartolas, contrastam vivamente com os andrajos dos pobres.



Figura 05



Figura 06

Por sua vez, os burgueses da região dos mineiros vestem-se bem: pela manhã usam grossos roupões de lã, que depois trocam por roupas luxuosas mas de boa qualidade. Os homens usam grossos casacos de lã, em contraste com os trabalhadores que usam roupas leves, apesar do frio. O homem do século XIX não se orgulha de seu corpo, exceto de seu pêlos. Sua vestimenta é negra ou cinzenta

em forma de tubo, que segundo Baudelaire, é um sexo de luto. As roupas íntimas masculinas não têm refinamento, mas existem pelo menos quinze a vinte modelos de bigodes, barbas e suíças. A camisola de dormir é inconveniente fora do quarto, torna-se símbolo de uma intimidade erótica, surgindo por isso toda uma gama de *desabilés* para o guarda-roupa matinal, no qual a mulher decorosa não será vista por nenhum estranho. Da mesma maneira que ela circula em sua casa com os cabelos soltos, não o faz no espaço público pois isso designa a arrumadeira ou a prostituta.

No final do século XIX, surge a renda e o bordado suplantando a lingerie e os impacientes dedos masculinos devem suplantar obstáculo de uma gama cada vez maior de laços, colchetes e botões. Essa acumulação erótica, cuja representação gráfica continua a ser um tabu, exceto na caricatura, difunde-se rapidamente em todas as classes sociais, mais depressa do que a higiene. Até o jovem mais simples terá que aprender a lidar com esses inesperados obstáculos. Mas essas novidades ainda estão distantes da aldeia dos pobres mineiros. Após a combinação, o calção propaga-se rapidamente, primeiro entre as meninas e depois entre as mulheres adultas com o triunfo da crinolina. É moda entre as burguesas por volta de 1880. Mas apesar das restrições impostas pelos médicos, o corpete ainda é usado, principalmente a amarração *à preguiçosa* que permite à mulher se arrumar sozinha incrementando sua margem de manobra amorosa[109].

[109] *Figura 7: VIDAL, E. V., "**Moça do Corpete Rosa**" IN: Perrot., M., op. cit. 1992, p. 447.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18



O corpete tem por missão sublinhar as formas femininas. Na jovem de silhueta ainda esbelta, acentua a curva das ancas e do seio. Contribui, sem demasiada indiscrição, para evidenciar o dote estético. Aqui, contudo, uma amarração "à preguiçosa", bastante frouxa, valorizando a graça do gesto, evita a autêntica tortura que a moça se arrisca a sofrer quando chegar a hora do casamento e da maternidade. (*Eugène Vincent Vidal,* Moça do corpete rosa. *Paris, Museu de Luxembourg.*)

Figura 07

A mística do talhe e das curvas, a fixação do desejo nos arredondados do colo, o valor erótico do pé e do couro das botinas, o desejo de cortar cabelo da mulher para respirar mais à vontade tornam-se fatos históricos assim como o feitichismo do avental, símbolo de intimidade que autoriza todos os atrevimentos da sexualidade, da enfermidade e até do crime, adota um discurso comprometedor; nele se apoia o rumor elaborado pelos criados e pelas lavadeiras; estas detentoras dos segredos das belas roupas íntimas.

Dentro do espaço privado desenvolve-se também a toalete que prepara a cena pública, antes privilégio da elite, mas difunde-se a partir de 1880. A mulher tem o monopólio do perfume, da pintura, da cor, da sedosidade e da renda.

As roupas típicas do campo continuam circulando pela cidade em dias de feira e de mercado, mas pouco a pouco desaparecem em função da difusão das gravuras de moda a regiões distantes. As toucas e os coletes típicos são eliminados. O ambiente dos operários urbanos também nuda. Por muito tempo especificou-se o ofício

pelo tipo de roupa. Por exemplo, distinguia-se na rua a blusa do operário, o terno preto do magistrado e o colarinho do empregado. A partir de 1860, aparece nos trabalhadores a tentação de endomingar-ser, isto é, vertir-se à burguesa. Endomingar-ser, segundo Alain Corbin, é mostrar-se sensível à limpeza, assumir novos refinamentos como o lencinho, a fita no cabelo e o melhor vestido[110].

"***A moça trajava sua roupa de Domingo, um velho vestido de popelina azul-escuro, desbotado e já puído nas pregas. Trazia na cabeça uma touca de tule preto, muito simples***"[111].

[110] *Cf. CORBIN, A.,* ***A História da Vida Privada. Da revolução francesa à primeira guerra mundial****. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 449.*

[111] *ZOLA, E., p. 125.*

4.1.5 - Valores Morais e Éticos

A família é o núcleo social e econômico. A unidade familiar é importante como fonte de sustento para todos. Em virtude disso, o casamento de um(a) filho(a) é considerado uma tragédia, pois é uma fonte de renda a menos. O trabalho infantil, também faz parte do mesmo processo, não se pensa em evitar o nascimento de filhos (a escassez dos meios anticoncepcionais é grande), pois o seu trabalho é considerado normal e natural e torna-se um componente essencial dos vencimentos da família.[112]

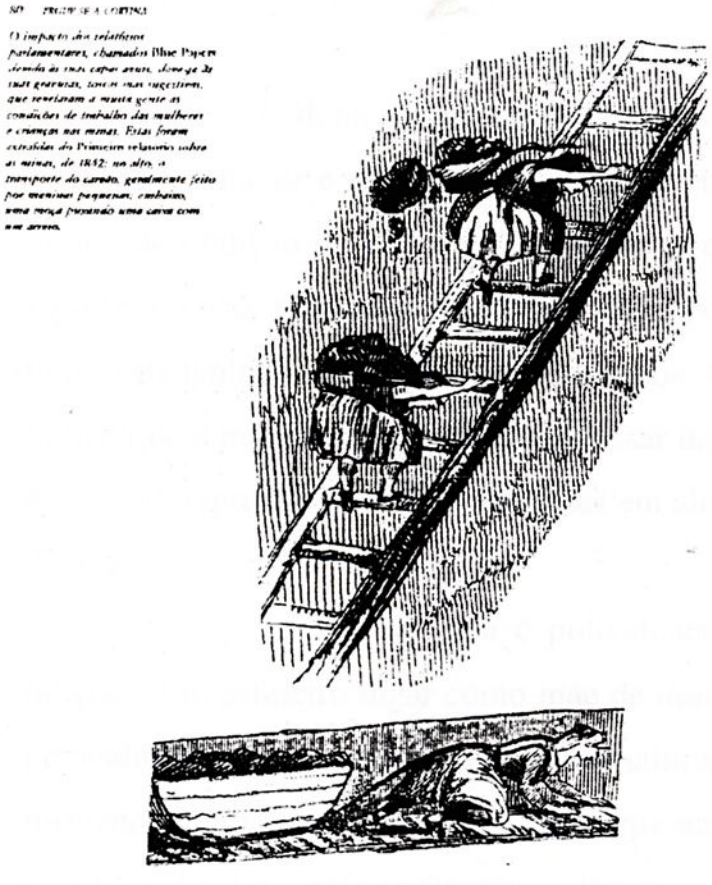


Figura 08

Mesmo fora da fábrica, a condição de vida dos trabalhadores é regida por uma rigorosa economia familiar. A principal parcela dos rendimentos vem do salário do pai, complementado pela

[112] *Figura 8: Gravuras toscas mas sugestivas que revelam as condições de trabalho das mulheres e crianças nas minas; foram extraídas do Primeiro relatório sobre as minas, de 1842. IN: Perrot, M., op. cit., p. 80.*

contribuição dos filhos. Daí o alto índice de natalidade e também a hostilidade a qualquer restrição ao trabalho infantil.

O chefe da casa é o pai, todos lhe obedecem e certos alimentos, como a carne, sempre escassa, são só para ele. Os pais são instrutores dos filhos no trabalho profissional e doméstico. Para o trabalhador, o mais importante no lar é a mulher que deve ser boa dona de casa.

A dona de casa entre as classes trabalhadoras é uma personagem maior e majoritária. Maior porque tem poderes e majoritária é a condição da maioria das mulheres que vivem maritalmente, casadas ou não, sendo o casamento o estado civil mais geral e normativo, principalmente quando elas têm filhos. O modo de vida popular impõe que a mulher esteja *em casa*, apesar das paupérrimas condições de moradia que transforma a casa mais em alojamento do que em residência.

A dona de casa é polivalente, investida de múltiplas funções. Em primeiro lugar como mãe de muitos filhos, ela amamenta pessoalmente os bebês[113]. As crianças maiores que circulam sozinhas, formando bandos na rua são motivo de preocupação para as mães que temem acidentes e más companhias. Progressivamente, o dia e os movimentos da dona de casa seguem o ritmo das atividades dos filhos e dos que trabalham, especialmente por causa do horário.

A segunda função é atender a família com os *serviços da casa*: comprar e preparar os alimentos, buscar água, cuidar da casa e principalmente das roupas de uso pessoal e de cama, mesa e banho.

---

[113] *Figura 03*

Tudo isso implica um gasto de tempo considerável com idas e vindas. Com o desenvolvimento do asseio, a lavagem das roupas do lar passa a ser uma grande atividade da mulher e o lavadouro se converte num local privilegiado de socialidade feminima.

Por fim, a dona de casa se esforça em trazer para a família uns *trocados* obtidos com as faxinas, lavagens de roupas, serviços de entregas e recados, pequenas vendas em bancas ou de porta em porta.

No final do século XIX o trabalho domiciliar no âmbito da indústria de confecção canaliza essa imensa força de trabalho das mulheres, em casa. A máquina de costura confina a mulher em casa numa ruptura total com seus hábitos de andar pela cidade.

Ministra das finanças da família, sua importância está na gestão da vida cotidiana: o salário lhe é entregue para ser administrado, é o *matriarcado orçamentário*. O ritmo de seu orçamento é o ritmo do salário: semanal, quinzenal ou mensal. Responsáveis pelos pagamentos elas sofrem as conseqüências disso: orientam o consumo, administram a miséria e comem o que sobra, em geral, café com leite e queijo; "***o bife da costureira é um pedaço de brie***"[114]

Está sempre vigilante com os preços, as mercadorias e os vendedores a quem nutre um ódio profundo, considerando-os exploradores e mesquinhos. Guardiã do lar, está sempre reclamando, nos motins, como na greve dos trabalhadores mineiros, age coletivamente, nunca armada, a não ser com paus e pedras, mas usa principalmente sua voz. A dona de casa popular não tem muitas papas na língua;

---

[114] *PERROT, M.,* ***História da vida privada: Da revolução francesa à primeira guerra mundial.*** *São Paulo, Cia das Letras, 1992, p. 146.*

unesp

muitas vezes é uma rebelde tanto na vida privada quanto na pública e muitas vezes paga por isso um alto preço, como alvo principal de violências que podem chegar ao crime.

Este é o *matriarcado orçamentário*, muito prezado pelas donas de casa. Elas também cuidam do corpo e da alma, com os conhecimentos de uma farmacopéia multisecular e as sugestões da nova higiene (é o caso da cânfora) numa época em que o recurso médio é muito caro.

O trabalho feminino também é regulado pelas exigências familiares, ou seja, ele é intermitente, seguindo o ritmo dado pelo nascimento dos filhos. Os *trocados* resultantes desse trabalho em geral são usados em despesas pessoais, que também a valorizam, pois em caso de crise, são essenciais para enfrentar o desemprego ou as greves. As mulheres geralmente lembram as épocas de crise como períodos de aumento de trabalho. São também anteparos contra a penúria e a miséria: a produção dos pequenos quintais (canteiros de horta) e troca de bens ou serviços. Para onde forem: compras, protestos, conversas, levam os filhos consigo, tão logo comecem a andar.

A industrialização na França é original, segue o ritmo da agricultura (principal atividade) e a família é o núcleo do sistema. As casas dos trabalhadores são todas igualmente feias e as paredes são tão finas que o ranger da cama revela as intimidades. As janelas abertas nas noites de verão permitem a toda a rua ouvir as brigas do casal ou as discussões entre vizinhos. A vida íntima é conhecida de todos, até quando o vizinho acorda e se levanta para trabalhar e o inquilino e amante ocupa seu lugar no leito conjugal. Os vizinhos ouvem os ruí-

unesp

dos, sabem da troca e comentam entre si. Apesar de se levantarem de madrugada, cansados, apressados e com sono, encontram tempo para espiar pela janela ou pela porta se o amante da vizinha da frente passa a noite com ela e se está saindo antes que o marido chegue.

As donas de casa apesar dos problemas diários e da pobreza acham tempo para falar da vida alheia. Duas mulheres conversando significa falar de uma terceira ausente. Quando esta chega e uma vai embora, as duas remanescentes tornam-se solidárias e falam da recém-saída.

Com ou sem patrimônio, a família constitui um sistema econômico de gestão, que foi utilizado e reforçado pela Revolução Industrial, marcada por uma grande diversidade de ritmos. Os meeiros, os operários e até os burgueses procuram montar um lar o mais cedo possível. Os meios operários franceses casam-se entre si e perante testemunhas do mesmo ofício. Por exemplo: vidraceiros, artesãos de fitas e galões, metalúrgicos, mineiros, etc. O trabalho e a vida privada se unem em *endogamias técnicas* onde se opera a sobreposição do ofício, da família e do território: é o caso de Saint – Chamond (artesãos de fitas), Givor (vidraceiros) e Deux-Cent-Quarente (mineiros), etc.

A procura do dote disfarçado persiste no nível individual. As criadas ou as operárias sérias são muito valorizadas: com as suas economias os jovens operários pagam sua dívidas ou tentam se estabelecer. Elas são as cadernetas de poupança dos meios populares. Não é por acaso que uma jovem operária foi assassinada por um colega de trabalho rejeitado.

unesp

O jovem trabalhador mora com a família e lhe entrega seu salário. Nos meios de sólida estrutura familiar como as regiões mineiras, casar-se *antes do serviço militar* é quase uma traição. A presença dos avós em casa, coloca problemas quando o velho já não pode trabalhar, mas não é o caso do velho mineiro que até finge estar bem de saúde para continuar trabalhando.

Os vizinhos ajudam a família, mas sua presença e observação constrangem, é preciso desconfiar deles; a vizinhança é cúmplice e hostil. Nas vilas, não é fácil escapar ao peso da vigilância. O jogo que consiste em conhecer a vida secreta das casas vizinhas, ao mesmo tempo protegendo sua própria vida, encontra-se por toda a parte. A vizinhança é o tribunal e reputação.

A desaprovação, a tolerância, a indulgência dos vizinhos tem a força dos Dez Mandamentos. O olhar da vizinhança pesa sobre a vida privada de cada um é o que dela aflora: *O que dirão?*.

Equilíbrio delicado de tensões contidas, ocasionalmente solidária, em geral censora, a vizinhança envolve a vida privada como a casca espinhosa de uma castanha.

unesp

4.1.6 – Sexualidade

No século XIX o pudor e a vergonha pretendem reger os comportamentos. Por trás, destes termos oculta-se um duplo sentimento: de um lado, o medo de ver o outro, o corpo, exprimir-se de soltar o animal que existe dentro de cada um; o outro, o temor de que o segredo íntimo seja revelado pela indiscriminação. O primeiro sentimento dá lugar à contenção, ou seja, a preocupação de evitar qualquer manifestação orgânica que lembre o corpo que existe. Do segundo sentimento deriva, por exemplo, a recusa do espéculo, identificado durante muito tempo com um *estupro médico*. O mesmo tipo de ansiedade acarreta nas mulheres o *mal branco*, recusa em sair por medo de ser espiada por desconhecidos.

Esta dupla preocupação instiga a exigência do porte *modesto* e visa reduzir a vivacidade das crianças, quebrar o ritmo dos impulsos, estancar as fontes de emoção e restringir os assomos da sensualidade. Os sentimentos são considerados semelhantes a portas abertas ao demônio e, portanto, é necessário ensinar a prudência, instruir a juventude a ocupar permanentemente as mãos, recear o próprio olhar, saber falar em voz baixa e compenetrar-se das virtudes do silêncio. O enaltecimento do modelo angelical decorre da tentativa de descorporificação; em muitas moças, opera-se então uma identificação com o anjo; nitidamente perceptível nas posturas da prece, na crescente exaltação da virgindade e da castidade. À partir de 1834, é sintomática a rápida difusão do culto a Filomena; essa santa que nunca existiu mas à qual são consagradas muitas biografias, com a difusão

unesp

de imagens e até cordões destinados às jovens desejosas de se conservarem intatas.

As técnicas de contenção destiladas nos conventos penetram nos meios populares: a minuciosa vigilância pelas religiosas sobre as moças. Nas paróquias rurais surgem as congregrações juvenis: asssociações de crianças e as filhas de Maria que aplicam a lição de moral e contenção.

Na moradia popular, uma nova contenção corporal acompanha a transformação de práticas até então ostensivas, em gestos íntimos: despir-se em comum antes de deitar-se, realizar a toalete diante dos outros, fazer amor no quarto familiar, são condutas que se tornam vergonhosas.

Os manuais de fisiologia e higiene ocupam-se das moças, desenhando uma imagem fantasmagórica, de criança amedrontada ou surpreendida pela radical metamorfose que se opera em si mesma e pelo surgimento das regras. Torna-se estranha, incompreendida e perigosa por ainda não ter apreendido a condição feminina e permanecer próxima das força naturais recém-surgidas em seu corpo. Essa estranheza se traduz pela languidez, suspiros e lágrimas involuntárias, fazendo da jovem o alvo da solicitude dos que a cercam. Sua vida é cheia de proibições, que muitas vezes não saem da teoria; os médicos aconselham que não se estimule a curiosidade pelo sexo. É assim que surgem as *ingênuas*, estimuladas pela urbanização que priva-as do espetáculo da copulação animal, favorecida também pelo confinamento da sexualidade ao quarto do pais; daí a se acreditar que os bebês nascem dentro de couves é um passo.

Segundo Alain Corbin também se expandem as práticas sexuais solitárias decorrentes dos casamentos tardios, da constituição de verdadeiros guetos de celibatários nas cidades, da proliferação do internado masculino, dos progressos do quarto e do leito individuais e do medo das doenças venéreas. Não se deve esquecer também do fascínio pela transgressão, das delícias da desculpa e da falta, bem como do desejo de compensação ou de revanche da mulher casada e insatisfeita sem correr o perigo de *aborrecimentos* com um amante.

Conforme o discurso médico da época, o prazer solitário masculino conduz a uma rápida decadência: emagrecimento, palidez, definhamento e senilidade precoce. Na mulher, o gozo sem a presença masculina é intolerável, sendo acusada de ninfômana, histérica ou prostituta. A vigilância é exercida pelos pais, padres e sobretudo o médico.

A linguagem da sexualidade delimita os sonhos, ordena as condutas. Segundo Bronislaw Baczko, a palavra *sexualidade* só aparece em 1859 e designa apenas a caráter do que é sexuado[115]. Fala-se de *amor*, *paixões amorosas*, *desejos*, *atos carnais*; evocar os gestos do amor físico é um monopólio do homem, mesmo assim ao falar dele, o discurso masculino deve fazer um desvio: falar abertamente de sexo só o médico.

O amor físico domina o romance e a poesia através da metáfora que convida a imaginação a trabalhar: *tomar uma mulher* que *se entrega*, a *felicidade* é feita de *indizíveis gozos*, de *insólitas delícias*.

---

[115] *BACZKO, B., in A história da vida privada. São Paulo: Cia das Letras. 1992. p. 528.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

O código do amor romântico dita à mulher um angelicalismo do leito por causa do tabu que pesa sobre a manifestação do desejo feminino, a mulher deve simular que não sabe *se entregar* sem o vigor do assalto do homem. Após a loquacidade da volúpia, após o *êxtase*, o corpo deve adotar uma postura de pureza. "***Em 1846, observa Jean Paul Sartre, uma mulher da sociedade burguesa, quando acaba de se comportar como uma fera, deve ser como um anjo***"[116].

Esse teatro da volúpia desenvolve-se na periferia, no interior do bordel, ao sabor dos encontros na rua, em meio ao fausto da vida cortesã, etc. A constituição de guetos urbanos por migrantes temporários instalados nos quartos do centro da cidade, os militares, os estudantes, os empregados e moços de recado das lojas com renda insuficiente para constituir família, exercem uma pressão constante sobre a virtude feminina.

Há um aumento do número de nascimentos ilegítimos e de concepções pré-nupciais que alguns estudos explicam como: amores contrariados, sem esperança de satisfação legal, recorrem ao feno da granja ou ao prado do campo.

No século XIX funcionam em certas regiões rurais, formas de sexualidade de espera como: coabitação noturna, concubinato pré nupcial, apresentação da prova de fecundidade antes do casamento, grande número de noivas que casam grávidas; tudo com a tolerância da opinião pública.

Há porém, formas de união menos ritualizadas como os encontros na estrebaria; os caçulas que não têm esperança de casar,

---

[116] *BACZKO, B., op. cit., p. 530.*

unesp

violentam as pastorinhas das redondezas, impondo a submissão do proletariado feminino à sexualidade do solteiro.

Como na aldeia de mineradores de Deux-Cent-Quarante o sexo era precoce, com a vida que levam nas minas, trabalhando e apodrecendo juntos, rapazes jogam as moças de costas, como eles dizem, sob o teto baixo do galpão atrás das casas, assim que anoitece. Ali elas perdem a virgindade e geram os filhos. Durante o verão, o lugar escolhido para o prazer, são os trigais, mas no inverno a terra fica molhada. Outro lugar muito freqüentado é uma velha galeria abandonada, onde elas são deitadas pelos namorados sobre as vigas ou dentro dos vagonetes. Pode ser ao lado de outro casal, pois cada um cuida da sua vida. É uma prática de amor livre, sem pudor, os amantes agem abertamente, as carícia são públicas. Isso acontece no final da tarde após o trabalho nas minas. Todos vão para casa, alimentam-se, banham-se, vestem-se com roupas melhores que as de trabalho e saem para o prazer. Primeiro geram os filhos e depois casam, pois muitos pais relutam em dar o consentimento que geralmente significa uma queda na renda familiar.

As crianças que não têm idade para o sexo vêm os casais por todo lado e brincam de *papai-e-mamãe*, rolando pelo campo, abraçando-se e apalpando-se.

No entanto, como em todo lugar, há uma mineradora que não se fixa com apenas um homem, cada semana ela passa *com um*, fazendo com que toda a aldeia freqüente os seus braços. Sua posi-

unesp

ção preferida é em pé, encostada a um muro, mas também pode ser dentro da mina, no intervalo do almoço.[117]

O adultério é comum na aldeia mineira, pois algumas donas de casa traem os marido com os encarregados das minas, com isso levam uma vida melhor que as outras, mas o caso é de domínio público e motivo de fofocas e brigas. Até a esposa do diretor o trai com o sobrinho, no próprio palacete onde residem.[118]

Entre os aldeões não se descrevem emoções, não falam a *linguagem amorosa do coração*. Isto, podemos atribuir à força, à violência imposta pelo trabalho, às más condições de higiene que eliminam a delicadeza dos sentidos e dos sentimentos. Homens e mulheres usam uma linguagem grosseira e muitas vezes obscura, principalmente durante o trabalho nas minas.

Ele não é vulnerável ao amor romântico que pressupõe a delicadeza das mensagens. Para muitos estudiosos, a aparência rústica da embalagem corporal basta para provar a pobreza de espírito. No seio do povo, o amor se reduz à rudeza do instinto e à cegueira da abnegação.

O amor entre eles funciona de acordo com um sentimento pouco expresso na linguagem verbal, produz-se pelo gesto. Por ocasião de alguma festa, um baile, a comemoração do padroeiro local, eles se olham, se gostam; as palavras são poucas e o enamorado se exprime pela antítese: injúrias sorridentes ou pesados gracejos. Aperta-se a mão até estalar, torcem-se os punhos, esfregam-se as faces ou

---

[117] *ZOLA, E., op. cit.*
[118] *Idem, ibidem.*

unesp

coxas, tapas fortes nas costas. Cada qual conhece o significado de tais comportamentos.

Os encontros cotidianos permitem toda uma convivência. A conduta amorosa transcorre sempre dentro de um modelo preestabelecido. A brevidade das relações conjugais é uma evidência ao longo do século; a qualidade da relação é associada ao ímpeto e à rapidez do homem, está-se longe de exaltar a lentidão das carícias. Dedica-se pouca atenção ao prazer do outro.

O pudor exige o amor no escuro, longe de qualquer espelho e os médicos recomendam ao casal a posição chamada missionário. As fontes não esclarecem se as práticas aprendidas pelo marido na marginalidade sexual são levadas ao leito conjugal, bem como se os esposos autorizam volúpias sem ficarem com medo da doença ou da danação. E até onde a audácia masculina se dá, ou se a admissão feminina do prazer era permitida, sem chocar o pudor e provocar desprezo ou desgosto do parceiro.

No campo, quarto e local de fazer amor encontram-se largamente dissociados. A granja, o celeiro, os bosques permitem a satisfação do desejo, nem sempre descrita. Neste meio, por enquanto nada de complicados laçarotes, nada de roupas íntimas, nada de higiene corporal. Convém no entanto evitar subestimar a ternura entre os esposos. O duro trabalho, a divisão das tarefas e o cuidado com as crianças parecem tecer vínculos estreitos e duráveis entre os cônjuges.

Em torno de 1860 começa a história contemporânea da sexualidade; o imaginário erótico se transforma; encerrado na esfera privada, o burguês começa a sofrer com sua moral. A miragem de uma

unesp

sexualidade popular livre aviva a tentação da fuga social. Zola fez-se intérprete deste sofrimento; o monólogo do dirigente geral Hannebeau, ávido espectador dos folguedos mineiros, revela a profundidade do doloroso desejo: "***De bom grado teria estourado de fome com eles, se pudesse recomeçar a existência com uma mulher que se entregasse sobre os cascalhos, com todo o corpo e de coração aberto: não encontrava consolo para a sua desgraça, invejava aqueles miseráveis***."[119]

Os trabalhadores acreditam que fazer amor de pé evita o risco de gravidez. O coito interrompido é a prática contraceptiva mais freqüente, mas para o trabalhador o seu orgulho viril continua associado à fecundidade da esposa.

Não há segregação sexual do espaço: misturam-se os sexos no lazer (taberna), no trabalho (minas) e na moradia (irmãos, irmãs e até estranhos dormem no mesmo quarto, despem-se na frente uns dos outros, lavam-se e urinam sem nenhum pudor). Tomam banho na cozinha, num tonel, uns na frente dos outros, sobem as escadas nus para vestirem-



Figura 09

[119] *ZOLA, E. O., op. cit., p. 290.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

se no quarto, sem maiores problemas. Apenas o pai tomava banho sozinho, depois dos filhos e esfregado pela esposa[120] que acaba excitando-o e tudo acaba em sexo na mesa da cozinha, pois à noite não é possível porque dormem todos amontoados. É na cozinha que geram os filhos.

O povo das cidades é mais tolerante do que o da zona rural, em relação às moças, não impedindo que elas *aproveitem a juventude*. É um concubinato que envolve o estudante e a costureirinha, burgueses, grandes e pequenos, com costureiras, passadeiras ou lojistas.

A sexualidade conjugal meta dos sonhos e temores das moças, no século da virgindade, inicia-se com a noite de núpcias que impõe uma encenação do pudor, do temor e da ignorância, que sendo considerado um episódio constrangedor deve ser afastado da família, daí a moda da viagem de núpcias. Acredita-se que o desejo feminino precisa ser provocado, daí a pesada responsabilidade do marido e o desconcerto ao se deparar com uma esposa sabida demais. Os médicos enfatizam os riscos do esgotamento masculino e estabelecem os cinqüenta anos como o último limite da atividade masculina, a partir daí o sexo precipita a morte.

O culto da virgindade, a angelicalismo romântico e a exaltação do pudor impõem ao burguês ardoroso a necessidade de representar o quarto e o leito conjugal como um santuário e um altar onde se consagra o santo ato da reprodução.

---

[120] *Figura 9: IN: Perrot, M., op. cit., 1992, p. 388.*

A descoberta do adultério da mulher é recebida distintamente conforme o meio social. Na burguesia, a descoberta se faz em geral pela correspondência e para proteger a vaidade e justifica a conduta da esposa apela-se para a doença mental. Nos meios populares o homem suporta mal o ridículo e geralmente recorre à violência e ao crime.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

4.1.7 – Higiene

Lavam-se quando levantam e quando voltam do trabalho. Pela manhã, usam a mesma água numa bacia do quarto onde também urinam; à tarde no tonel que fica na cozinha, ensaboam-se com sabão preto, que estraga a pele e o cabelo, deixando-o com uma cor desbotada. A água só é trocada para o banho do pai. Ao chegarem da mina a fome é tanta que comem sujos mesmo, depois é que vão se lavar no tonel, com água quente[121].



Figura 10

O sanitário e mais tarde o banheiro, difunde-se por volta de 1900, dotado de ferrolho permite ao corpo nu experimentar sua mobilidade a salvo de qualquer intromissão[122].



Figura 11

As casas em geral são limpas, mas algumas, mal se consegue

[121] *Figura 10: DEGAS, E., "**A tina**", 1886, IN: Perrot, M., op. cit., p. 444.*
[122] *Figura 11: FICHEL, B. E., "**Mulher na Toalete**", 1891, IN: op. cit, p. 443.*

entrar devido ao cheiro de sujeira que está impregnado nas paredes manchadas de gordura e no chão; a sala é negra de sujeira e o guarda-comida e a mesa encardidos. É o mau cheiro típico de casa que raramente é limpa.

A higiene das roupas também não fica atrás: a que é usada nas minas é colocada para secar, mas não para lavar; os lençóis em geral são trocados mensalmente, mas algumas donas de casa só fazem trimestralmente.

Os cabelos dificilmente são lavados e estão sempre despenteados e comumente são encontrados na sopa; as mãos são lavadas, mas não havia a preocupação disso à hora da refeição, mesmo não usando talheres, como é o caso ao comerem batatas.

O processo de desamontoamento das pessoas foi travado em volta da cama individual, a privatização do dormir cujo ponto de partida é fixado por Philippe Perrot no final do século XVI com a volta da camisola de dormir. Para certos indivíduos dotados de uma sensibilidade ainda minoritária a promiscuidade e o calor do leito coletivo só são percebidos através das exalações intoleráveis do outro.

O leito individual, velha norma dos conventos torna-se simples precaução sanitária, especialmente nos hospitais. A privatização do espaço reservado ao enfermo demora a triunfar nesses estabelecimentos pois contraria os ritos da sociabilidade popular. O papel do hospital é determinante na definição das novas normas; a cama individual se torna território e se transmuta em unidade espacial.

Os locais de amontoamento atraem a atenção dos higienistas: a casa do camponês, a moradia do operário, a tenda do solda-

unesp

do, o hospital, o navio e a prisão. Elabora-se uma estratégia de desodorização dos corpos e do espaço.

Em terra, o hospital militar é o primeiro local de aprendizagem de uma higiene individual, que nem se sonha pregar e difundir no espaço privado popular.

No século XIX uma nova curiosidade leva a desentocar os odores da miséria, a descobrir o fedor do pobre e de sua toca. Já se opera um deslizamento tático do espaço público para o espaço privado.[123] A acentuação da repulsa olfativa do trabalhador aparece com a evidência nos relatos médicos e dos visitantes dos pobres. Para o médico, o domicílio do cliente é um local de suplício cotidiano. Ele luta durante todo o século contra o leito coletivo e a promiscuidade. A nova solidão do leito individual conforta o sentimento da pessoa, favorece sua autonomia; facilita o desabrochar do monólogo interior; as modalidades de prece, as formas do devaneio, as condições do adormecer e do despertar, o desenvolvimento do sonho e do pesadelo, tudo é transformado. Ao mesmo tempo que se atenua o calor da fraternidade, desenvolve-se na criança por exemplo, a exigência da boneca ou da confortadora mão materna.

Entre a pequena burguesia torna-se comum o quarto individual, tão preconizado pelos higienistas que aconselham a eliminação das domésticas e da roupa de cama suja. O quarto de uma moça, transformado em templo de sua vida privada, enche-se de símbolos; confunde-se com a personalidade da ocupante e prova sua autonomia. O prazer de ter seu *quartinho* aparece no diário de várias moças.

---

[123] *Cf.* CORBIN, A., ***Saberes e Odores: O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos XVIII e XIX.*** *São Paulo, Cia das Letras.*

"O quarto era a única peça luxuosas da casa, forrado de seda azul, com mobiliário laqueado de branco e filêtes azuis, um capricho de criança mimada satisfeito pelos pais (...)"[124]

A obrigatoriedade de *um quarto para cada um* impõe-se também nas casas de tolerância, fiscalizadas pela polícia de costumes. No campo, a intimidade de um espaço conjugal aparece aos poucos com o uso de cortinas, biombos e a construção de tabiques.

Apesar dos progressos da higiene, muitas crenças incitam à prudência. A água exige precauções, muitos higienistas fazem restrições em relação ao banho, que é regulado por normas restritas, conforme o sexo, a idade, o temperamento e a profissão. Lavam com freqüência as mãos, o rosto, os dentes, pelo menos os da frente, os pés, mas dificilmente a cabeça. O ritmo menstrual continua a regular o calendário do banho. Se por um lado não se besunta mais a cabeça com a pomada, também não se lava; a higiene dos cabelos consiste em desembaraçá-los, escová-los e trançá-los antes de dormir. Para tirar a poeira deles esfrega-se com uma toalha seca.

O progresso da higiene chega aos poucos nas classes superiores e atinge a pequena burguesia; os empregados domésticos divulgam entre o povo, mas trata-se de uma higiene fragmentada. A preocupação de evitar a languidez, a complacência, o olhar para si, limita a extensão das práticas do banho. Na época, a relação entre a água e a esterilidade dificulta o avanço da higiene íntima da mulher. No final do século XIX com a difusão moderada da ducha modifica-se o tempo do banho. A ação dinamizante da ducha exorciza o enlangue-

---

[124] *ZOLA, E., op. cit., p. 85.*

cimento. A ducha também é reservada aos doentes acompanhados por uma enfermeira. Assim, compreende-se o atraso da higiene sexual. O bidê e as toalhinhas higiênicas só aparecem no início do século XX. O banho não constitui uma banal e cotidiana prática de limpeza.

As crendices populares atrapalham os conselhos médicos, tidos nos meios rurais como intromissão dos senhores da cidade. As populações rurais, no verão costumam tomar banho no rio, apesar das municipalidades instituírem um sistema de torneiras, *tinas* e lavatórios. A iniciação higiênica inaugurada pelos médicos de aldeia tem um grande auxílio do hospital, da prisão, da escola e da caserna para sua difusão.

Os conhecimentos populares não permitem lavar demais a roupa branca pois pode estragá-la e alguns médicos consideram-na insalubre. O rosto também pouco se lava para não estragá-lo, daí a maior parte da população se manter persuadida das virtudes do cascão: sob a sujeira forma-se uma bela tez. O banho ameaça a beleza.

Nos meios trabalhadores, a limpeza é uma necessidade, pois a vontade de mudar de roupa após o trabalho traduz uma exigência de dignidade. Estar limpo significa antes de mais nada não andar manchado, evitar modos grosseiros, pentear o cabelo e lavar as mãos, limpar as vestes e por fim aspergir água-de-colônia. É no espaço privado que o indivíduo se prepara para afrontar o olhar dos outros; ali configura-se sua apresentação em função das imagens sociais do corpo: a vestimenta usada em casa não serve para a rua.

A insistência olfativa do romance de Zola é considerada como procedimento de escritura naturalista. Sua descrição dos odo-

unesp

res dos locais públicos e privados, da casa do pobre como da do rico, reflete o fantasma do discurso higienista. No universo zolaico, os modos sensoriais da sedução variam segundo as classes sociais: o tato vence em meio ao povo; no campo como na cidade o contato do corpo, cujas formas se percebem claramente, abre as comportas do prazer; o macho empunha sua conquista. O primado popular do tato implica a brevidade dos contatos.

A estratégia da desodorizarão visa essencialmente ao espaço público. Nos meios populares o novo aprendizado efetua-se quase que somente por intermédio do hospital, da prisão ou da caserna. Difundir os códigos de higiene não consta no projeto escolar antes de 1860: por enquanto trata-se de aprender a ler, escrever e fazer contas.

O desamontoamento não é estratégia que se aplique na vida dos trabalhadores mineiros, porque em geral as famílias são grandes e as casas pequenas. Todos os filhos, com exceção do bebê, e mais o avô dormem no mesmo quarto, são sete pessoas para três camas; dormem por turno: os que se levantam pela manhã para trabalhar, dão lugar para o que chega do turno da noite. O desamontoamento só é possível com o casamento ou a morte das pessoas, que, por outro lado, podem ser substituídas por inquilinos, para ajudar na renda familiar. Esses inquilinos são pessoas estranhas, mas que entram na rotina da família, de dormir, lavar-se e comer todos juntos, sem o menor pudor.

A percepção do fedor do pobre impõe a desodorizarão ou a desinfecção. Faz parte da terapêutica da patologia social, fazer

unesp

com que o povo perca sua fetidez e se mantenha distante da sujeira. A imagem do operário inodoro faz Montfalcon e Polinère sonharem: "***Limpeza, temperança, trabalho, tais são, após a respiração de um ar puro, as condições principais do bem-estar das classes laboriosas***"[125].

Não se pensa em banheiros, apenas higiene corporal, limitada a algumas categorias como trabalhadores das minas ou do aquecimento, manchados pelo carvão, e alguns domésticos em contato direto com as elites é que se banham. Trata-se de desengordurar, desimpregnar, desenlamear ou no máximo *dar uma lavadinha*. Importante também é a limpeza da roupa: ser limpo significa usar roupas limpas e desodorizadas.

No final do século XVIII e no XIX, o navio, a caserna, a prisão e o hospital funcionam como laboratórios para se elaborar as técnicas de ventilação e desinfecção. Nesses locais, os gestos da limpeza tornam-se mais precisos e as normas de aeração se definem.

Arejar, bater, deslocar, desentocar com a vassoura a ameaça dos cantinhos é o que define os gestos da limpeza. Não se trata tanto de lutar contra a poeira, mas de livrar os móveis e os diferentes cômodos de seu ar viciado e do fedor. A poeira e as teias de aranha significam falta de aeração, mas o que se agrega agora é o uso permanente da vassoura.

---

[125] *in CORBIN, A., op. cit. p. 203.*

4.1.8 – Doenças

Todos os trabalhadores da aldeia mineira são esquálidos, anêmicos, com a fealdade triste dos esfomeados. Alguns têm deficiências como a menina corcunda, outros têm escrófulas, outros têm a cabeça grande demais para o corpo e pernas muito finas. Muitos são tuberculosos por trabalharem nas minas, mas como não podem deixar o trabalho, são empregados do lado de fora. Também são comuns doenças reumáticas, principalmente nos mais velhos, decorrentes de uma vida trabalhando na umidade dos veios carboníferos. O único médico existente na aldeia dos mineiros é remunerado pela companhia e só aparece em casos muito graves ou por ocasião de acidente na mina.

Um mal comum na aldeia é a clorose, a mais precoce da enfermidades, que atinge as mulheres e principalmente as mocinhas, deixando-as com uma palidez esverdeada. A clorose e a escrófula já estão inscritas na paisagem olfativa da casa do pobre e seu fedor se identifica com a decadência hereditária. Mas a clorose não se restringe apenas às moças pobres, é uma enfermidade que afeta as moças em geral em função do temor ao sol, ao angelicalismo e a exaltação da virgindade. As explicações médicas são variadas: desde disfunção menstrual, manifestação involuntária do desejo amoroso, mau funcionamento do estômago e até insuficiência vital. Ligada à aparição das regras, a clorose ataca os nervos e parece aproximar-se da histeria é a *loucura pubescente*. Mas no final do século XIX surge a verdade, ela é decorrente de uma carência, é anemia.

unesp

A atitude dos trabalhadores frente a doença é conhecida por elaborarem procedimentos espontâneos de resistência à deterioração do corpo desgastado pelos ritmos de trabalho. Funciona também uma medicina popular, feita de receitas mágicas e práticas ancestrais. Ao longo de todo o século XIX perdura o costume de se recorrer a feiticeiros, *benzedores*, romarias, aos *bons santos* e *ervas fortes*, curandeiros, e magos que muitas vezes empregam práticas cruéis para reestabelecer o corpo. Além da difusão de uma farmacopéia popular por mascates e charlatões da feira[126].



A chamada medicina popular ocupa, no Segundo Império, um lugar primordial na economia da saúde. As estruturas da medicina oficial permitem o desenvolvimento de práticas que têm igualmente sua história e, sub-repticiamente, se impõem à nova ciência.
(L'Illustration, *1856.*)

Figura 12

O médico na vida privada das famílias pobres implica um abismo cultural que os separa, daí a incompreensão e simplicidade

[126] *Figura 12: "L'Ilustration", 1856, IN: Idem, Ibidem, p. 597.*

nas explicações e prescrições. A intervenção médica é descontínua, realiza-se dentro de uma perspectiva de urgência, quer a enfermidade seja epidêmica, quer sua gravidade imponha uma autoridade terapêutica inquestionável. Se é necessário pagar o médico deve facilitar o pagamento.

A intervenção do médico quando se trata de cuidar de crianças, é considerada inútil, pois a criança é incapaz de descrever sua dor. Espera-se do médico quando chamado uma atitude decidida e enérgica. Ele deve cuidar das fraturas e das feridas, em profundidade, sem hesitar. Aqui o médico opera em ambiente hostil, ou no mínimo cheio de desconfiança. Criticá-lo é como vingar-se do saber das classes dominantes.

No Primeiro Relatório Oficial Geral de Registros (1839), vinte por cento da taxa global de mortalidade é resultante da tuberculose associada à pobreza e superpopulação; a seguir vinham: *o esgotamento* ou *velhice* e *asma*. As doenças causadoras da morte são provocadas pelas miseráveis condições de vida, aliadas ao excesso de fadiga.

O Dr. Thackrah descreve as crianças operária de Manchester: "***...quase todas doentias, franzinas, descalças e mal vestidas. Muitas não aparentam ter mais de sete anos. Os homens, geralmente entre dezesseis e vinte quatro anos... quase tão pálidos e magros quanto as crianças. O aspecto das mulheres é um pouco melhor***"[127].

Sobre os operários algodeiros: "***vi ou imaginei ver, uma raça degenerada – seres humanos atrofiados, debilitados e cor-***

[127] *Cf. THOMPSON, E. P., op. cit., p. 198.*

rompidos – homens e mulheres que não conhecerão a velhice, crianças que nunca serão adultos saudáveis"[128].

Ao mesmo tempo, a presença médica se acentua no seio da aristocracia e da burguesia. Aqui, o médico é um semelhante, quase um íntimo. O médico de *família*, permanece horas na casa do cliente, se necessário, escuta pacientemente os doentes, conhece os segredos familiares, ajuda a ocultar taras hereditárias, comporta-se portanto, como um aliado. Ele é pago por um sistema de assinaturas, conforme testemunham os livros de contabilidade das famílias burguesas. Neste ambiente ele é respeitado, alvo de gratidão e seus diagnósticos e conselhos são executados com precisão.

Mas uma complexa rede paralela funciona no interior das classes dominantes. O padre e sua criada bem com as religiosas–professoras distribuem remédios e dão conselhos. Nos castelos, funciona uma farmácia muito simples que é utilizada para curar os pobres do lugar e mesmo as mães das boas famílias recorrem aos velhos e bons remédios das avós, em caso de menor gravidade.

Em relação ao Estado, a única preocupação sanitária é o estabelecimento de tabelas de natalidade e mortalidade, índice da saúde da população e da preocupação em aumentar a população sem entretanto, preocupar-se em elevar o seu nível de saúde.

A respeito da cidade, Canabis filósofo do final do século XVIII, dizia: "***todas a vezes que homens se reúnem, seus costumes se alteram; todas as vezes que se reúnem em lugares fechados, se alteram seus costumes e sua saúde***"[129].

---

[128] *Idem, ibidem, p. 199.*
[129] *FOUCAULT, M.,* ***Microfísica do Poder****. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 87.*

unesp

A higiene urbana é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que se desenvolverá sobretudo na França. Com ela aparece uma noção que terá muita importância para a medicina social: a noção da salubridade.

Salubridade conforme Michel Foucault não é a mesma coisa que saúde e sim, o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública, é o controle político-científico desse meio[130].

A medicina dos pobres, da força de trabalho do operário, foi o último alvo da medicina social. Isso se percebe no *Germinal* onde se trabalha num ambiente insalubre (mina de carvão) e não há a mínima preocupação com a saúde dos mineiros e nem com as péssimas condições de vida e de trabalho dos mesmos.

O que é característico da medicina urbana francesa é a que a habitação do pobre não é tocada e ele não é considerado um elemento perigoso à saúde da população, como os cemitérios, ossuários, matadouros, etc.

O porque disso é de ordem quantitativa e utilitária. A primeira porque o amontoamento não é ainda tão grande para se constituir em perigo; a segunda, porque os pobres são úteis, realizam incumbências como levar cartas numa época em que as casas não são numeradas, despejam o lixo e dejetos, retiram móveis velhos, trapos e panos velhos da cidade; eles detêm o saber urbano em sua meticulosidade e asseguram várias funções fundamentais. Como fazem parte da

---

[130] *Cf. FOUCAULT, M., op. cit., p. 93.*

unesp

paisagem urbana, os pobres não podem ser vistos como um perigo, ao contrário, eles são muito úteis.

Mas essa situação se reverte no século XIX, e ele aparece como perigo por participar de agitações sociais (razão política), foi instalado o sistema postal e de carregadores, dispensando os pobres desse serviço e a epidemia de cólera de 1832 que cristaliza em torno da população proletária uma série de medos políticos e sanitários. A partir dessa época decide-se dividir o espaço urbano em espaços pobres e ricos[131].

Na Inglaterra, é na Lei dos Pobres que a medicina torna-se social, na medida em que essa legislação comporta um controle médico dos pobres. A partir do momento em que o pobre se beneficia do sistema de assistência, deve por isso mesmo se submeter a vários controles médicos. Com essa lei, aparece de maneira ambígua algo importante na história da medicina social: a idéia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres, quanto um controle pelo qual as classes ricas asseguram a saúde dos pobres e consequentemente se protegem. Um cordão sanitário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo-se contra as epidemias originárias dos pobres.

Mas esse é apenas o primeiro elemento de um complexo sistema cujos outros elementos aparecerão por volta de 1870, com os grandes fundadores da medicina social inglesa e a organização de

[131] *Cf. FOUCAULT, M., op. cit., p. 94.*

unesp

um serviço autoritário, não de cuidados médicos, mas de controle médico da população. Trata-se do *health service* de *health officers* que começaram na Inglaterra em 1875. Suas funções são o controle da vacinação, o registro das doenças capazes de se tornarem epidêmicas e a localização dos lugares insalubres e a sua eventual destruição. As características desse novo serviço são atingir toda a população com medidas preventivas a serem tomadas e, como na medicina urbana francesa, as coisas, os locais, o espaço social, etc.

Essa medicina autoritária suscita resistências de grupos que lutam contra a medicalização, reivindicando o direito das pessoas não passarem pela medicina oficial, o direito sobre o seu próprio corpo, o direito de viver, de estar doente, de se curar e morrer como quiserem.

Essa medicina praticada na Inglaterra no século XIX, controlando a saúde e o corpo dos pobres visa torná-los mais aptos ao trabalho e menos perigosos às classes mais ricas.

O hospital como instrumento terapêutico é uma invenção relativamente nova, do final do século XVIII. A consciência de que o hospital pode e deve ser um instrumento destinado a curar aparece em torno de 1780 e é assimilada por uma nova prática: a visita e a observação sistemática e comparada dos hospitais.

Embora o hospital exista desde a Idade Média, não é um meio de cura, não é concebido para curar, não é uma instituição médica, e a medicina é, nesta época, uma prática não hospitalar. Daí a importância da novidade no século XVIII, quando se constitui uma medicina hospitalar ou um hospital médico-terapêutico.

unesp

Até então o hospital era uma instituição de assistência aos pobres, como também de separação e exclusão. O personagem ideal do hospital até o século XVIII é o pobre que está morrendo e que deve ser assistido material e espiritualmente, que precisa dos últimos cuidados e do último sacramento. Esta é a função essencial do hospital. Ele é um morredouro, um lugar onde morrer. O pessoal hospitalar não é destinado a realizar a cura do doente, é um pessoal caritativo, religioso ou leigo, que está ali para fazer uma obra de caridade, que lhe assegure a salvação eterna e também a salvação da alma do pobre.

A prática médica é individualista da parte do médico que é iniciado pela corporação dos médicos através do conhecimento de textos e receitas. A experiência hospitalar está excluída da formação ritual do médico.

O hospital foi medicalizado e a medicina se torna hospitalar com a anulação dos efeitos negativos do hospital. O primeiro passo é purificá-lo dos efeitos nocivos e da desordem que ele acarreta. Desordem no sentido de doenças que ele pode suscitar nas pessoas internadas e espalhar na cidade. A reorganização do hospital é através da disciplina, introduzida nesse espaço confuso que vai possibilitar sua medicalização. A partir do momento em que o hospital é concebido como um instrumento de cura e a distribuição do espaço torna-se um instrumento terapêutico, o médico passa a ser o principal responsável pela sua organização. O grande médico até o século XVIII, não aparece no hospital; é o médico de consulta particular.

Na França, procura-se no século XVIII a distribuição homogênea do corpo médico nas cidades e no campo, há a obrigatori-

unesp

edade dos médicos exercerem a profissão nas cidades pequenas antes de irem para as grandes cidades.

A crença na possibilidade de cura pela eliminação das impurezas do corpo e deste como expressão da alma será importante para a medicina do final do século XIX, que pretende ser a porta voz de uma nova visão de mundo através da valorização da higiene corporal.

4.1.9 - Maneira de Usar o Espaço Público

A história das palavras *público* e *privado* é uma chave para se compreender essa transformação básica em termos de cultura ocidental. Por volta do século XVII a oposição entre as duas palavras é matizada de modo mais semelhante ao de seu uso atual. *Público* significa aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto *privado* significa uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos[132].

O sentido de quem é o *público* e de onde se está quando se sai *em público* amplia-se no início do século XVIII, tanto em Paris, quanto em Londres. As cidades estão se tornando um mundo em que grupos muito diversos estão entrando em contato na sociedade. A palavra *público* significa não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos inclua uma diversidade relativamente grande de pessoas.

Assim, *público* veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos. À medida que as cidades crescem, aumentam os locais onde estranhos podem regularmente se encontrar. Foi a época da construção de parques urbanos e das ruas de pedestres; os cafés, bares e estalagens para paradas de diligências tornam-se centros sociais; o teatro e a ópera se abrem para um grande público graças à venda aberta de entradas. As classes laboriosas co-

---

[132] *Cf. SENNET, R.., **O declínio do homem público. As tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 30.*

unesp

meçam a adotar alguns hábitos de sociedade, como passeios em parques.

Na década de 1860, o barão Haussman constrói os *grands boulevards* e aí surge a figura do *flâneur*, o homem do *boulevard*, que Baudelaire disseca muito bem, que *se veste para ser observado*, cuja própria vida depende desse suscitar o interesse dos outros na rua; o *flâneur* é uma metáfora da pessoa ociosa que não é um abastado aristocrata. O *flâneur* que Baudelaire toma como o ideal dos parisienses da classe média é diferente do *O homem na multidão* de E. A. Poe que este cria como o ideal dos londrinos da classe média. O flâneur e o homem da multidão serão o emblema do burguês do século XIX, na leitura feita por W. Benjamin[133].

Segundo Alain Corbin, o *perambulador* traduz simultaneamente a mutação do espaço público e o avanço da *privacy*. Ele, o *perambulador* inaugura as estratégias de privatização que se desenvolverão no seio do espaço público; neste sentido ele aparece como um elemento de transição. Na sua exploração da cidade, ele aprecia o espaço público que lhe permitirá reconstruir as condições da vida privada; a própria rua tende a constituir para ele a imagem do apartamento. As passagens que se multiplicam com o urbanismo e os cafés, são para ele como interiores. Com a haussmanização e as lojas de departamentos, estas se tornam seu último refúgio. Tornado insólito, ele abandona aos poucos a calçada ao passante. O pedestre apressado e absorvido por suas preocupações já não pode dar atenção ao espetá-

[133] *Cf. BENJAMIN, W., op. cit., p. 263-64.*

unesp

culo da rua; para ele não se trata mais de fazer dela o prolongamento de sua residência[134].

Na aldeia simples dos mineiros, a vida pública se passa entre um copo de cerveja ou num bar, num jogo de bilhar ou de boliche ou num baile, para onde se dirigem os mineiros de ambos os sexos após o trabalho, em fins de semana ou nos feriados.

Na festa do padroeiro, após o almoço a aldeia fica vazia, apenas com as mulheres e as crianças, o restante dirige-se para o Avantage, o café Piquette, o café L'Enfart e o Volcan. Das casas até esses locais, as ruas e estradas são ocupadas por barracas que vendem lenços e espelhos para as moças e facas e bonés para os rapazes, guloseimas, confeitos, biscoitos, batatas fritas e a de tiro ao alvo com arco e flecha. Há também locais onde se joga bola, onde há briga de galos e torneio de pintassilgos verdes. Tudo é decorado com guirlandas de flores de papel. A cerveja é a bebida predileta, mas também bebe-se muita genebra. Todos se conhecem, não há estranhos. À noite chegam à festa as mulheres e as crianças.

Nos dias de semana, após o trabalho, os homens costumam conversar nas ruas, acocorados, encostados nas paredes ou vão tomar um copo de cerveja na taberna, onde o taberneiro é sempre visto como um amigo, toma parte na conversa e desempenha o papel de confidente. Aqui o álcool não é apenas uma necessidade psicológica, é o pretexto para a relação privada. Ele consagra a socialidade ao trabalho, o que não bebe arrisca-se a ser excluído. A rodada acompanha qualquer acontecimento alegre: o encontro com um amigo, a festa do

[134] *Cf. CORBIN, A.., **A História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 469.*

padroeiro ou o dia do pagamento. Os mais tentados pelos prazeres da taberna são os trabalhadores que desfrutam de certa abastança. Aí se embaralham as fronteiras e há uma mescla de condutas públicas e privadas.

As ruas e estradas da aldeia são usadas também para protestar, fazer passeatas durante as greves; os galpões e galerias abandonadas servem para a prática do sexo.

Quando se produz um rompimento no ritmo da vida cotidiana, o camponês se embriaga. As festas do padroeiro, a feira, as cerimônias familiares constituem a ocasião dos transbordamentos, que se operam numa atmosfera festiva e conduzem a uma embriaguez ostentatória, mal compreendida pelos burgueses. A Lei de 1873 persegue o bêbado público, mas ignora o alcoolismo oculto. Ela atinge somente os marginais geralmente sem domicílio, incapazes de privatizar sua prática etílica.

Na triste aldeia dos mineiros, não há jardins ou praças públicas onde eles possam passear e de divertir.

Com a definição do público e do privado há a separação sexual do espaço, com a exclusão cada vez maior das mulheres. Os espaços mistos são reduzidos e o espaço público torna-se um espaço político masculino. A circulação nas cidades é cada vez mais controlada; a vagabundagem regride.

Portanto, a sociedade dita *tradicional* que tinha elaborado uma estrutura bastante acentuada dos espaços masculinos e femininos, sofre mudanças com o desenvolvimento urbano (1760/1830), com o afluxo dos migrantes e com o desequilíbrio dos sexos (mais

homens do que mulheres e concentradas em bairros diferentes) o que aumenta a disparidade.

Os locais mistos, a indeferenciação do público e do privado caracterizam a cidade, onde as mulheres fazem parte integrante. A dona de casa circula por tudo, instala-se em qualquer lugar e pára quando quer: ela ocupa um trecho da calçada, estende um pano e expõe objetos à venda (produtos artesanais, mercadorias compradas a baixo preço ou roubadas, coisas pessoais); torna-se camelô.

A segregação sexual do espaço é pouco marcada: nas tavernas onde muitas famílias inteiras se reúnem, num baile de aldeia, nos trabalhos públicos, nas minas, etc.

Na rua, as mulheres sabem se manifestar: conduzem motins por alimentos, os charivais contra os proprietários dos imóveis de aluguel, associam-se aos homens durante as jornadas revolucionárias (1830-1848-1871).

A distinção entre o público e o privado segundo M. Perrot, implica numa segregação sexual crescente do espaço. Uma das sua chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens.[135]

A burguesia exclui da política os operários e as mulheres; os operários, quando reivindicam o acesso à esfera política, reproduzem o modelo burguês, excluindo as mulheres. Através da coisa pública, dos assuntos políticos, desenha-se um mundo da sociabilidade masculina de onde as mulheres estão excluídas. Segundo Philippe Ariès, é a "***civilização do café***"[136].

---

[135] *PERROT, M.,* ***Os excluídos da história****. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 218.*
[136] *PERROT, M., op. cit., p. 218.*

unesp

Esse fenômeno da exclusão das mulheres da esfera pública, também ocorre na Inglaterra, onde até o início do século XIX nos *pubs* e *inns* (tavernas) os homens e as mulheres estavam juntos, cantando, reinvidicando, preparando as manifestações; a partir daí a presença delas se torna marginal, inabitual e depois excepcional. À partir de 1840 e do cartismo, desaparecem totalmente e o *pub* inglês torna-se exclusivamente masculino.

A circulação das coisas e das pessoas é cada vez mais regulada; a vagabundagem regride e se torna quase inacessível às mulheres.

Paralelamente ao retraimento da mulher real, desenvolve-se uma ampliação de imagens: a mulher enfeita a cidade (estátuas), a casa (retratos, quadros e fotos) e as igrejas (culto da Virgem Maria).

A cidade aos poucos se quadricula em espaços masculinos, femininos e mistos; que podem ser espontâneos ou organizados. Exemplo de local de encontro organizado: o bordel.

Outro exemplo: o baile, ponto alto da sociabilidade (popular, burguesa e aristocrática) do século XIX. Podem ser públicos, privados, improvisados, organizados, temporários, permanentes, etc., mas acontecem em número considerável. Local de encontro entre os sexos separados pela cidade, o baile é um lugar de busca e desejo, carregado de desafio, de paixão, mas também de rixas e rivalidades. Nos bailes populares, as saídas podem ser momentos de extrema violência.

unesp

"***O historiador, diante do privado hesitou durante muito tempo, por pudor, incompetência e respeito pelo sistema de valores que fazia do homem público o herói e o ator da única história que merece ser contada: a grande história dos estados, das economias e das sociedades***"[137].

Mas, finalmente o privado assumiu o seu lugar, deixou de ser uma zona maldita, proibida e obscura, para ser o centro reconhecido, visitado e legitimado.

[137] *PERROT, M., **A história da vida privada**. op. cit., p. 09.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

4.1.10 - Concepção de Beleza

A operária mineira de 15 anos, franzina, os pés azulados pelo carvão, braços delicados e brancos como leite, rosto macilento e estragado apesar da pouca idade, boca grande, belos dentes, olhos cinzentos, expressão dolorosa e abatida, é considerada bela pelos mineiros. Num lugar onde as mulheres andam mal vestidas têm muitos filhos, os cabelos estão sempre desgrenhados, mal alimentadas e murchas diante de tanta miséria, a mocinha, apesar de não ser nenhum ideal de beleza, se sobressai nesse mundo de fealdade.

Outras jovens mineiras, igualmente franzinas, pálidas, turbeculosas e mal vestidas já são mães. Já as burguesas são gordas, rosto arredondado, pois são bem alimentadas não trabalham, não têm maiores preocupações e não se estragam como as mineradoras.

A mulher mais bonita da aldeia com seus vinte e oito anos, morena, testa pequena, olhos grandes e boca bem feita; é coquete, anda sempre limpa e os seios são perfeitos pois não teve filhos, mas muitos amantes.

As crianças são feias, cabeça enorme como um balão, esquálidas, cabelos descoloridos amarelos e eriçados, anêmicas com a fealdade típica dos esfomeados.

O quadro de Van Gogh "***Os comedores de batatas***"[138] ilustra bem essa fealdade e aspecto grosseiro do trabalhador pobre. Feito com o intuito de chamar a atenção para a situação de penúria dos trabalhadores, num período em que o pintor se preocupa e se interessa

---

[138] *Figura 1*

unesp

por problemas sociais pode ser usado como testemunho, como fonte histórica iconográfica. As personagens do quadro são como as do romance, macilentas, pálidas, magras, decorrentes de muito trabalho e pouca alimentação, rostos angulosos retratados num realismo direto e amargo, os semblantes são tristes e silenciosos, não sorriem.

Escrevendo para o seu irmão Theo, Van Gogh afirma: "***esforcei-me mesmo muito, para fazer pensar o observador que esta gente que aqui sob a lamparina come batatas, alcança a gamela com as mesmas mãos com que também as retirou da terra; o quadro fala pois do trabalho das suas mãos e do ganho honesto da sua comida... Mas quem prefere ver os camponeses sentimentalmente pode ficar na sua opinião***"[139].

O quadro recebeu muitas críticas por supostos *erros* como: braços muito curtos, rostos balofos e má proporção. Mas este é o cânone de beleza de Van Gogh, orientado pela gente que não é bonita mas personifica o seu conceito de veracidade. O belo e o feio são critérios individuais e não categoriais de um acordo geral. A estética do feio de Van Gogh é uma característica da sua criação.

Nas aldeias do século XIX, ninguém possui um verdadeiro espelho, a não ser os pequenos comprados pelas mocinhas nas barracas dos ambulantes no dia do padroeiro. O único que possui um verdadeiro é o barbeiro, reservado para uso masculino. Os pequenos espelhos difundidos pelos mascates permitem contemplar apenas o rosto, não existe espelho em que se vê o corpo inteiro. Entre os aldeões a identidade corporal é lida nos olhos dos outros. Como é possível

---

[139] *WALTHER, I. F.,* ***Vincent Van Gogh 1853/90. Visão e realidade****. Koln: Taschen, 1990, p. 12.*

unesp

viver num corpo que não se viu em seus menores detalhes? Pesam interdições sobre o uso do espelho: não se deve mostrá-lo a um bebê pois atrasa o seu crescimento e deixar o espelho descoberto após uma morte traz azar.

Nas classes abastadas, as boas maneiras proíbem que uma moça se admire nua, mesmo que seja através dos reflexos de sua banheira; para isso existem pós que turvam a água e impedem tal vergonha.

O estímulo erótico da imagem do corpo, exacerbado pela proibição, freqüenta esta sociedade que enche os bordéis de espelhos e que tardiamente é colocado na porta do armário nupcial. Com a difusão do armário com espelho no final do século XIX[140], organiza-se uma nova identidade cultural: o espelho de corpo inteiro autoriza o afloramento da estética do esbelto e dá novos rumos à nutrição. Há uma profunda ligação entre a higiene e a beleza: o banho ameaça a beleza. As mu-



Figura 13

[140] *Figura 13: "**Diante do espelho**", 1890, IN: Perrot, M., op. cit., 1992, p. 422.*

lheres que tomam muito banho, em geral, não são coradas e se expõem até à debilidade. O cascão corresponde aos cânones brancos da beleza; ele preserva do bronzeamento a camponesa submetida ao sol ardente. Sob o cascão forma-se a bela tez. Os cânones da estética corporal incitam à mais escrupulosa higiene. A cosmetologia é dominada pelo ideal aristocrático da pele nacarada, que deixa entrever a palpitação do sangue azul. A referência suprema é a brancura do lírio e da tez da Madame Pompadour.

Entre todas as virtudes atribuídas à mulher, o século XIX privilegia o pudor, e a proibição atinge a maquiagem e o perfume indiscreto num sistema complexo de representações, ao mesmo tempo moral, visual e estético.

unesp

4.1.11 - Brincadeiras das crianças

Os brinquedos de dentro de casa para as crianças bem comportadas são o teatrinho infantil, o Polichinelo, cavalos de madeira e as bonecas, que povoam o imaginário e animam o diálogo infantil.[141] Os brinquedos das crianças estão por toda parte, inclusive nos quadros de pintores. Na cidade o brinquedo se torna um objeto de uso corrente, um produto industrial; no campo, é ignorado, nos meios populares é feito pelos próprios pais.



Figura 14

[141] *Figura 14: DARGELAS, A. H., "**A família feliz**". IN: Perrot, M., op. cit., 1992, p. 200.*

No início do século XIX, as bonecas são relativamente assexuadas e ocupam um lugar importante no universo infantil, servindo mais como simulacros sujeitos à destruição do que como objetos de carinho.

Na primeira metade do século XIX, a boneca francesa tem o aspecto de uma mulher em miniatura, com cintura fina, quadris largos, roupas bem cuidadas, correspondendo aos cânones da beleza feminina da época. O corpo da boneca é de pano ou de pele de carneiro com enchimento de serragem. A cabeça e o colo são de papier mâché, os dentes de palha ou metal. A boneca acompanha o passeio da criança. Desde 1824, fabricam-se brinquedos que falam; em 1826 aparecem as primeiras bonecas que andam.

Por volta de 1855 opera-se uma revolução e a boneca tende a torna-se uma menina, impropriamente chamada de *bebê*. Bordar o enxoval da boneca, organizar um baile para ela, imaginar seu casamento delineiam o destino que virá; toda esta atividade compreende uma sociabilidade infantil que permite o aprendizado dos papéis femininos e dos usos mundanos.

Em 1879 aparece o *bebê-chupeta* vestido apenas de cueiro e fralda reduzindo a casa de bonecas às proporções do berço. Em 1909 a evolução se completa e aparece o *bebê-natureza*, que tem a cabeça de um recém-nascido. Já começa a aparecer nessa época também o animal de pelúcia.

Mas as crianças dos pobres mineiros não possuem brinquedos, brincam com qualquer coisa: um pedaço de papel, cascas

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

de nozes, e em geral estão brigando. As pequenas permanecem em casa e só saem com a mãe, já as crianças maiores, quando se encontram após o trabalho na mina, saem para o campo, e ai seu brinquedo é maltratar animais, espiar os namorados, praticar pequenos delitos ou rolar no chão imitando os adultos. Apesar de serem filhos de trabalhadores honestos, a marginalidade se faz presente.

unesp

4.1.12 - Relações de Trabalho

O ambiente de trabalho nas minas é descrito com detalhe, desde a chegada, o aquecimento no fogão do vestiário, a retirada da jaqueta e dos tamancos, pois trabalham descalços, a descida dos mineiros, os elevadores, o veio de carvão a extração e os perigos subjacentes, com a preocupação do engenheiro com a segurança, o madeiramento de sustentação e a pouca importância dada ao assunto pelos trabalhadores, pois o trabalho de escora atrapalha a extração que é a principal fonte do salário.

Os mineiros não têm direitos, leis trabalhistas que os protejam, apenas deveres. A velhice e a possibilidade de não poder mais trabalhar é um fantasma que assombra esses trabalhadores, pois a aposentadoria é irrisória e eles mentem sobre seu estado de saúde para poderem continuar trabalhando.

Não se percebe no texto, o conceito que o autor tem do trabalhador; ele constrói uma visão da exploração a que ele é submetido, seus protestos, sua luta, como um conflito entre o capital e o trabalho.

O trabalho é realizado em grupo, por empreita e as multas em geral pesadas, recaem sobre o grupo. Eles não têm espírito capitalista, submetem-se ao patrão e aceitam a vida miserável. Acham que a greve não vale a pena e não são muito receptivos à idéia de organização, como formação de um caixa de auxílio ou mesmo a filiação ao sindicato.

unesp

No trabalho exige-se silêncio/submissão e pontualidade. O absenteísmo (Segunda-feira) não é freqüente e nem a rotavidade é muito grande, porque o medo de perder o emprego é geral; só há este serviço na região e eles só conhecem esse tipo de trabalho. Além do que é uma época de crise, com as fábricas que existem na redondeza fechadas e algumas minas paralisadas. Não passa pela cabeça de ninguém migrar para uma cidade grande e nem procurar outro emprego em outro lugar.

Quando a greve dura mais do que o imaginado, eles não têm como sobreviver, pois não há a possibilidade de poupança, de reserva com o pouco que ganham, a solução é vender o que têm: a lã dos colchões, os utensílios de cozinha, o relógio, os móveis, os lençóis, a caixa de cartão cor de rosa, tudo vai parar nas mãos do belchior.

Por outro lado, o patronato hesita em fazer concessões, continuando aferrado à sua autoridade e levando a melhor.

O patrão é encarnado na figura do dirigente geral, uma vez que o verdadeiro proprietário é uma sociedade anônima sediada em Paris, algo muito abstrato e distante, para esses simples e rudes trabalhadores.

Muitas mulheres trabalham nas minas apesar disso ser considerado incompatível com a natureza delas, principalmente se for num ambiente misto. Uma comissão nomeada para investigar o trabalho infantil nas minas ficou assombrada e horrorizada ao ver as condições de trabalho das mulheres. Além do mais, elas trabalham ao lado de homens, sem estarem vestidas como deveriam.

unesp

4.1.13 - Como o Operário vê o Burguês e Vice-Versa

Textos sobre esse assunto são raros, curtos e dispersos, reduzindo-se a frases ou palavras: mais se qualifica do que se descreve o patrão.

O paternalismo foi por muito tempo um dos sistemas mais importantes de relações sociais do trabalho. O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protege-os, associa-os à história de sua família, como festas de casamento e os operários se identificam com a *casa* onde trabalham, vangloriando-se de sua estabilidade, do recrutamento hereditário que os une à empresa. Industriais como Schneider, Baccarat, Wendel, mantinham o velho hábito de convidar seus operários para o casamento de seus filhos ou qualquer outro acontecimento feliz para a sua família.

Nessas condições, os conflitos e as greves são raros. Mas no final do século XIX o paternalismo apresenta sinais de esgotamento, resultante da desindustrialização do campo e da concentração dela decorrente que acarreta o distanciamento físico do patronato. O patrão não reside mais ali, substituído por gerentes, cúmplices servis do poder, anteparo arbitrário e mentiroso. O operário tem vontade de falar com o patrão, mas não pode fazê-lo pela distância em que se encontra e se frustra e se irrita porque imagina que os administradores lhe ocultam a verdadeira situação.

Os laços são rompidos e o patrão é identificado como inimigo, perceptível no final do século XIX quando os trabalhadores se exprimem a respeito dos seus patrões com hostilidade. Segundo

unesp

Michelle Perrot, um trabalhador escreve sobre o seu patrão: "***Tenho estima pelo meu patrão, mas bem que gostaria de vê-lo enforcado***"[142].

Em tempos normais, essa hostilidade é calma e contida, mas explode em tempo de greve, no gesto e nas palavras: gritos, insultos, slogans, discursos, etc. Esse discurso repetido é estruturado por uma visão dicotômica: as duplas senhor escravo, exploradores / explorados, desperdício dos ricos / miséria dos pobres formam sua trama simples e eficaz. Como a pedagogia escolar, a pedagogia operária também funciona por um jogo de oposições: as longas jornadas de trabalho tornam as famílias infelizes / as curtas jornadas tornam as famílias felizes.

No discurso operário, o patrão é sempre o déspota; explorador, opressor, o ladrão que pouco faz, mas usufrui uma situação privilegiada. Detentor de um poder arbitrário, é considerado um desfrutador, *mandrião*, incapaz, especulador, opulento, parasita, sanguessuga, piolho, ave de rapina, vampiro (gravuras esboçam uma espécie de Nosferatu) que vive da labuta dos operários, grudado no corpo dos produtores.

Um *Chant dês Mineurs* (Canto dos Mineiros) de 1896 mostra que a aristocracia continua sendo um modelo cultural:

Quando eles demoliam as torres nas colônias
Tínhamos pensado que era para sempre,
E o castelo renasce de suas ruínas,
Ninho de burgueses, refúgio de abutres,

[142] *PERROT, M.*, **Os Excluídos da História**. *São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 85.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

As residências patronais mesmo burguesas eram chamadas pelos operários de *castelos*, para designar sua opulência e poderio e certas fábricas enfeitam-se com ameias e torres e têm portas que imitam pontes levadiças. Por ocasião das greves essas residências são alvo de manifestações:

> ***Aos tiranos! Aos ladrões!***
> ***Esses palácios feitos com nosso suor.***
> ***E nosso sangue, que eles os rendam!***[143]

O patrão, *capitalista*, não *faz outra coisa além de comer, beber e dormir enquanto nós trabalhamos*, levanta tarde *às dez horas da manhã*, veste roupas finas e se pavoneia sem fazer nada; *ele chafurda em vinhos finos e pratos delicados*, nas festas extravagantes. Os sinais exteriores de riqueza que os textos operários mais se referem são: os castelos e palácios de *salões suntuosos*, os coches e cavalos e as mulheres[144].

No livro, está presente o mecanismo social burguês, profundamente cruel, injusto e desumano: os trabalhadores cada vez mais explorados pelos ricos que enriquecem cada vez mais e os pobres cada vez mais pobres.

O retrato físico do patrão oscila entre o aristocrata *com o porte arrogante, o passo livre*, o talhe ereto e o outro, dominante, do burguês arqueado, *pançudo e de barriga cheia, inchado, bochechudo, obeso, estufado de ouro, engordado com o suor do povo*.

No discurso patronal, o trabalhador é sempre preguiçoso, ganha bem, mas gasta sem controle, está sempre reclamando à toa,

---

[143] *Cf. op. cit., p. 86.*
[144] *Idem, ibidem, p. 88.*

unesp

são felizes, pois têm casa, carvão e cuidados médicos à custa da companhia, mas têm filhos demais. Em geral a postura diante dos problemas dos trabalhadores é de irritação diante de suas descabidas reivindicações.

A partir de 1880, a impossibilidade de se tornar patrão reforça o sentimento de injustiça, de arbitrariedade e de fragilidade. Não se percebe o capitalismo como um sistema que rodeia, mas como um poder pessoal.

Sustentada pelas greves, manifestações e canções, essa representação do patronato se mantém por um longo período.

unesp

5 - ENREDANDO AS PARTES: (IN) CONCLUSÃO

O historiador como intérprete e narrador dos eventos *reais* das orações, situa-se no ponto zero do sistema de coordenação espaço-temporal. Ao sujeito real dos enunciados corresponde a realidade dos objetos projetados pelo enunciado.

Daí ser altamente improvável que o historiador use advérbios de tempo em suas orações: *amanhã*, *hoje*, *ontem*, *daí a pouco*, *dias atrás*. Num escrito eles são possíveis somente a partir do narrador fictício, pois na ficção narrativa desaparece o enunciador real. O narrador fictício passa a fazer parte do mundo narrado identificando-se com uma das personagens ou tornando-se onisciente. Ele não é sujeito real das orações como o historiador; ele desdobra-se imaginariamente e torna-se manipulador da função narrativa; ele não narra "*de*" pessoas, eventos ou estados, ele narra pessoas (personagens), eventos e estados.

Em virtude da obra ficcional ter um número limitado de orações, as personagens adquirem um cunho definido e definitivo que dificilmente observamos nas pessoas reais. Por se tratar de orações e não de realidades, o autor pode realçar aspectos, dando às personagens um caráter mais nítido do que a observação da realidade permite e levando-as à situações mais decisivas e significativas do que na vida real. Por essa limitação de orações, as personagens têm mais coerência do que as pessoas reais, são mais exemplares, com maior significação e "*maior*" riqueza.

unesp

As personagens, como seres humanos, também possuem seus valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social; em função desses valores tomam determinadas atitudes, passam por conflitos, enfrentam situações-limite que revelam aspectos essenciais da vida humana: aspectos trágicos, sublimes, grotescos ou luminosos.

Nós, no entanto, contemplamos estes destinos e conflitos à distância, pois na vida real, não podemos contemplá-los por estarmos muito envolvidos neles. É justamente a ficção que possibilita viver e contemplar essas possibilidades. O próprio cotidiano, quando se torna tema de ficção, adquire outra relevância e condensa-se na situação limite do tédio, da angústia e da náusea.

Quando lemos um romance, envolvemo-nos com o enredo e com as personagens; pensamos em ambos simultaneamente e de maneira indissolúvel. O enredo existe através das personagens e elas vivem no enredo. Ambos exprimem os intuitos do romance, a visão da vida que dele decorre, os significados e valores que o animam. Mas o essencial do romance não é a personagem; ela é o elemento mais atuante, mais comunicativo, mas só adquire significado completo no contexto da enunciação. A personagem é um ser fictício, que comunica a impressão da mais verdadeira realidade. Entre o ser vivo e o de ficção há afinidades e diferenças, importantes para criar o sentimento de verdade que é a verossimilhança.

Como a nossa visão da realidade em geral, é extremamente fragmentária e limitada, o romance ao abordar as personagens de modo fragmentário, nada mais faz do que retomar a maneira com

unesp

que elaboramos o conhecimento dos nossos semelhantes. Mas, há uma diferença entre uma posição e outra: na vida, a visão fragmentária é imanente à nossa própria experiência, ao passo que no romance ela é estabelecida e dirigida pelo narrador.

O narrador estabelece uma linha de coerência da personagem, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo de ser. Graças aos recursos de caracterização, ele é capaz de dar a impressão de um ser ilimitado, contraditório, infinito na sua riqueza. Ele pode combinar com perícia esses elementos e criar uma personagem complexa e múltipla.

O estudo das personagens tornou possível a definição de duas famílias de personagens, que desde o século XVIII são chamadas de *personagens de costumes* e *personagens de natureza*. As primeiras são divertidas, facilmente compreendidas, apresentadas por traços distintivos, escolhidos e marcados. O narrador de *costumes* vê o homem pelo seu comportamento em sociedade, pelas suas relações e pela visão do próximo. As *personagens de natureza* são apresentadas pelo seu lado íntimo de ser, isto impede que tenha a regularidade dos outros, não são imediatamente identificáveis. O narrador *de natureza* vê o homem à luz da sua existência profunda.

O escritor, como criador da realidade que apresenta, comunica-nos um conhecimento mais coeso e completo do que a visão fragmentária que temos das pessoas.

A personagem, por sua vez deve dar a impressão de que vive, de que é como um ser vivo; representa modos de ser e aparência física de uma pessoa existente. A obra de Émile Zola por

unesp

exemplo, parece baseada em observações da vida real, tal a *veracidade* que suas personagens transmitem. Esta visão faz parte da estética naturalista adotada por ele.

A natureza da personagem, porém, depende da concepção que preside o romance e das intenções do romancista. Embora, a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá como tal, na medida em que for organizada numa estrutura coerente, no caso eminentemente monológica, no sentido dado por Backthin.

Se os romancistas do século XVIII aprenderam que a noção de realidade se reforça pela descrição de pormenores (móveis num aposento, enfeites, o fogo se apagando), os realistas do século XIX (tanto românticos como naturalistas) levaram ao máximo o gosto pelo detalhe. Haja visto os pormenores descritos por Zola no *Germinal*.

Pintura e História, a primeira representada por Van Gogh e a segunda pelos Annales. Isto é possível? Sim, pois ambos representam rupturas importantes com o tradicional: o conceito de estética do pintor rompe com a noção do belo tradicional e a história lançada pelos historiadores franceses, onde o herói, deixa de ser o rei, o governante, para ser o excluído, o trabalhador, o camponês que tradicionalmente era esquecido. É portanto, um casamento perfeito.

Tanto Van Gogh como os Annales se atreveram a apresentar os homens como eles são, em geral, com muito pouco de belo e *a imagem da mentalidade* e não do mundo real. Os dois tiveram preocupação com o social: Van Gogh ao retratar o trabalhador para chamar

a atenção para a sua situação de pobreza e miséria e os historiadores ao enfatizarem o sócio-econômico.

É a história por toda a parte, acima de tudo e para todos.

Os códigos alimentares e do vestuário são mais determinantes da vida dos grupos sociais do que as instituições políticas.

A revolução dos Annales, foi um deslocamento do olhar do historiador do aspecto político, para o sócio-econômico e a primeira fase de adaptação à modernidade.

Por seu lado, Daumier é mundialmente conhecido por sua crítica bem humorada e ao mesmo tempo impiedosa, da política e da sociedade francesas do século XIX. Suas litogravuras dissecam a sociedade francesa deste século, uma época politicamente conturbada e economicamente progressista. Ele dedicou séries de gravuras aos personagens da vida cotidiana de Paris, aos bastidores dos teatros, cabarés, circos e lutas livres. Mas também mostrou ao grande público o mundo pomposo e arrogante dos advogados e juízes (que observou quando trabalhou como contínuo no Palácio da Justiça) com gestos e expressões grandiloqüentes, prontos para ditar o destino dos comuns mortais que recorriam à justiça.

Mas a melhor definição de Daumier talvez esteja numa observação que fez a um amigo, quando passaram por um bairro operário de Paris; ele comentou para o outro: "***Nós, nós ainda temos a arte para nos consolar. Mas, e eles? O que é que eles têm?***"[145].

---

[145] *DAUMIER:* ***Gênios da Pintura.****, São Paulo: Abril Cultural, 1968, p. 06.*

6 - BIBLIOGRAFIA

ARGAN, G. C., ***Arte Moderna 1770/1970***. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARIÈS, P., ***História Social da criança e da família***. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (trad.)

ARRUDA, J. J. de, ***A revolução industrial***. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1994.

ASHTON, T. S., ***A revolução industrial***. 2ª ed., Lisboa: Publicações Europa – América, 1971. (trad.)

BACKTHIN, M., ***Questões de Literatura e Estética***. São Paulo: Hucitec e Edunesp, 1988.

BARTHES, R., ***Os Rumos da língua***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

_____, ***O prazer do texto***. São Paulo: Perspectiva, 1977.

BENJAMIN, W., ***Obras completas III, Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo***. São Paulo: Brasiliense, 1989. (trad.)

_____, ***Textos escolhidos. Os pensadores***. São Paulo: Abril Cultural, 1975, Volume XLVIII.

BERGER, J. e outros, ***Modos de ver***. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, SA, 1974.

BERMAN, M., ***Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade***. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (trad.)

BERRIO, A. G., ***Ut Poesis Pictura***, Madrid: Tecnós, 1988.

BOSI, A., ***Reflexões sobre a arte***. São Paulo: Ática, 1989.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

BOSI, E., ***Cultura de massa e cultura popular. Leitura de operários***. São Paulo: Vozes.

BRAUDEL, F., ***Escritos sobre a História***. São Paulo: Perspectiva, 1992. (trad)

BRECHT, B., ***Poemas. 1913/56***. São Paulo: Brasiliense, 1986. (trad.)

BRESCIANI, M. E. M., ***Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza***. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

BURKE, P., ***A escrita da História. Novas perspectivas***. 2ª ed., São Paulo: Edunesp, 1992. (trad.)

_____, ***A escola dos Annales 1929/89. A revolução francesa da históriagrafia***. 2ª ed., São Paulo: Edunesp, 1991. (trad.)

CALABRESE, O., ***Como se ler uma obra de arte***. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

CÂNDIDO, A. e outros, ***A personagem de ficção***. São Paulo: Perpectiva, 1974.

CARAMELLA, E. G. de P., ***História da arte. Fundamentos semióticos***. 1ª ed., Bauru: Edusc, 1998.

CARDOSO, C. F., ***Narrativa, Sentido, História***. 1ª ed., Campinas: Papirus, 1997.

_____, ***Uma introdução à História***. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CERTEAU, M. de, ***A Invenção do cotidiano. Artes de fazer***. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1998. (trad)

_____, ***A escrita da História***. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982. (trad)

unesp

CONTE, G., ***Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo***. 2ª ed., Lisboa: Edições Presença Ltda. Trad. Ana Falcão Bastos e Luis Sertão, 1976.

CORBIN, A., ***Sabores e odores: o olfato e imaginário social nos séculos XVIII e XIX***. São Paulo: Cia das Letras. (trad.)

D'ALESSIO, M. M., ***Reflexões sobre o saber histórico***. São Paulo. Edunesp, 1997.

DECCA, E. de, ***O nascimento das fábricas***. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

DIAS, O., ***Daumier chega aos Estados Unidos***. In Folha de São Paulo, p. 5/12. 19/02/2000.

DOBB, M., ***A evolução do capitalismo***. 7ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara S/A, Trad. Manuel do Rêgo Braga, 1987.

DORFLES, G., ***L'oscilazione del gusto***. Torino: Einaudi, 1970.

DOSSE, F., ***A História em migalhas***. 1ª ed., São Paulo: Ensaio S/A, 1992. (trad.)

ENGELS, F., ***Situação da classe trabalhadora na Inglaterra***. São Paulo: Global, 1988. (trad.)

FERRARA, L. D., ***Olhar periférico***. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993.

FLAUBERT, G., ***A educação sentimental. História de um moço***. São Paulo: Difel, 1959.

_____, ***Bouvard e Pécuchet***. São Paulo: Melhoramentos.

FOUCAULT, M., ***Microfísica do poder***. Rio de Janeiro: Graal; Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado, 1992.

FRANCASTEL, P., ***A realidade figurativa***. São Paulo: Perspectiva, Trad. Mary Amazonas Leite de Barros, 1965.

unesp

GÊNIOS DA PINTURA, Daumier. São Paulo: Abril Cultural, 1968, Fascículo 55.

HELLER, A., ***O cotidiano e a História***. 4ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1970. (trad.)

HOBSBAWM, E. J., ***A era das revoluções***. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (trad.)

_____, ***A era do capital***. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (trad.)

_____, ***Da revolução industrial inglesa ao imperialismo***. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. (trad.)

_____, ***Mundos do trabalho. Novos estudos sobre a história dos operariado***. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (trad.)

_____, ***Sobre História***. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (trad.)

_____, ***Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (trad.)

_____ e Ranger, T., ***A invenção das tradições***. 1ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (trad.)

KOTHE, F. R., ***Walter Benjamin***. São Paulo: Ática, 1985.

LE GOFF, J., ***A nova História***. 2ª ed., Lisboa: Edições Setenta, 1984. (trad.)

_____, ***A História nova***. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1990. (trad.)

_____, ***História e nova História***. 1ª ed., Rio de Janeiro: Teorema, 1993. (trad.)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

_____ e NORA, P., ***História: Novos problemas***. 1ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. (trad.)

_____, ***História: Novos objetos***. 1ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. (trad.)

_____, ***História: Novas abordagens***. 1ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996 (trad.)

_____, ***Memória e História***. 1ª ed., Campinas: Ed. Unicamp.

MORIN, E., ***A cabeça bem feita***. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

MUMFORD, L., ***A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas***. São Paulo: Martins Fontes, 1991 (trad.)

PERRONE e MOISÉS., ***L. Baudelaire. reabilitado*** in ***Folha de São Paulo***. p. 5/5. 11/05/1997.

PERROT, M., ***Os excluídos da história: operários, mulheres, e prisioneiros***. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (trad.)

_____, ***História da vida privada. Da revolução francesa à primeira guerra***. São Paulo: Cia das Letras. 1992 (trad.)

PIGNATARI, D., ***Semiótica e Literatura***. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____, ***Informação, Linguagem e Comunicação***. São Paulo: Cultrix, 1980.

PRAZ, M., ***Literatura e Artes Visuais***. São Paulo: Cultrix, 1986 (trad.)

PRIGOGINE, Y., ***O nascimento do tempo***. Lisboa: Edições Setenta.

RIBEIRO, R. J., ***A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida***. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

RICOEUR, P., ***O tempo relatado in Correio da Unesco***, p. 7, 1951.

SENNETT, R., ***O declínio do homem público. As tiranias da intimidade***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (trad.)

SEVCENKO, N., ***Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república***. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

SINGER, P., ***A formação da classe operária***. São Paulo: Atual, 1986.

STAROBINSKI, J., ***A invenção da liberdade***. São Paulo: Edunesp, 1994. (trad.)

_____, 1789. ***Os emblemas da razão***. São Paulo: Cia das Letras, 1988 (trad.)

THOMPSON, E. P., ***A formação da classe operária inglesa***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (trad.)

VESCIO, L. E., ***História e literatura: fronteiras e possibilidades***. Bauru: Mimesis, USC, 1993.

_____, ***Os Annales, a história e a literatura***. Bauru: Mimesis, USC, 1995

VEYNE, P., ***Como se escreve a História***. Lisboa: Edições Setenta, 1983 (trad.)

VOVELLE, M., ***Ideologias e Mentalidades***. São Paulo: Brasiliense, 1987 (trad.)

WALTHER, I. F., ***Vicent Van Gogh – 1853/90. Visão e realidade***. Köln: Taschen, 1990 (trad.)

ZOLA, E., ***Germinal***. São Paulo: Abril Cultural. 1972 (trad.)

_____, ***A batalha do impressionismo***. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. (trad.)

unesp


0810000946